

ROBERTO RESENDE SIMIQUELI

**ENTRE AS NAÇÕES E O IMPÉRIO: SMITH, COBDEN E
OS RUMOS DO LIBERALISMO BRITÂNICO**

CAMPINAS, 2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Roberto Resende Simiqueli

**Entre as Nações e o Império: Smith, Cobden e os rumos do
liberalismo britânico**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Mestre em Ciência Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de
Moraes**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO ROBERTO RESENDE SIMIQUELI, E ORIENTADA PELO PROF.DR
REGINALDO CARMELLO CORREA DE MORAES.
CPG, ____/____/____**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Si45e	<p>Simiqueli, R. R. 1984- Entre as nações e o império: Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico / Roberto Resende Simiqueli. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Smith, Adam, 1723-1790. 2. Cobden, Richard, 1804-1865. 3. Liberalismo – Grã-Bretanha. 4. Política econômica. 5. Ciência política. I. Moraes, Reginaldo C. Corrêa de, (Reginaldo Carmello Corrêa), 1950-II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p>
-------	--

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Between nations and the empire: Smith, Cobden and the course taken by british liberalism

Palavras-chave em inglês:

Liberalism – Great Britain
Economic policy
Political science

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes [Orientador]
Eduardo Barros Mariutti
Armando Boito Junior

Data da defesa: 28-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Roberto Resende Simiqueli

Entre as nações e o império – Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico.

Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes - Orientador - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Armando Bello Junior - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - IE/UNICAMP

Suplentes:

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Ligia Maria Osório Silva – IE/UNICAMP

Campinas
Março de 2012

ERRATA: Onde se lê “Entre as nações e o império – Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico” leia-se “Entre as nações e o império: Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico”.

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

2012/6690

RESUMO

Este trabalho trata de dois períodos distintos da reflexão liberal britânica sobre economia e política, assim como das possíveis ligações entre os autores estudados e seu contexto específico. Em um primeiro momento, analisamos as teses de Adam Smith sobre as colônias inglesas, e o que estas teriam a dizer sobre os rumos tomados pelo Império Britânico. Posteriormente, nos concentramos sobre a atuação da Manchester School e de seu representante mais vocal (Richard Cobden) nos embates políticos da década de 1840. Com isto, visamos construir, em alguma medida, uma breve história da incorporação dos argumentos smithianos sobre colonialismo na prática política liberal da Era Vitoriana.

ABSTRACT

This work deals with two distinct moments of the British liberal thought on economy and politics, as well as the possible links between the authors studied and their specific context. At first, we analyze the theories of Adam Smith on the English colonies, and what they would have to say about the courses taken by the British Empire. Subsequently, we focus on the performance of the Manchester School and its most vocal representative (Richard Cobden) in the political struggles of the 1840s. With this, we aim to present a brief history of the incorporation of smithian arguments about colonialism in the liberal political practices of the Victorian era.

Para meu amigo Ozzy, que partilhou das agruras da redação deste trabalho mas não pôde partilhar da alegria de vê-lo defendido.

ÍNDICE

Agradecimentos	13
Introdução	15
I - O Iluminismo Escocês em Perspectiva Histórica	25
<i>A Escócia de Smith e o Iluminismo Escocês</i>	29
<i>Política e Teoria Política na Escócia do séc. XVIII</i>	42
<i>Uma breve biografia</i>	51
II - <i>Apoikia e Colonia</i> - posições sobre o sistema colonial britânico	57
<i>Smith e a crítica ao colonialismo em perspectiva histórica</i>	63
<i>O papel do colonialismo antigo na redação do Livro IV</i>	71
III - Manchester e o Império	85
Richard Cobden, Robert Peel e a Lei do Cereal	104
Considerações finais	121
<i>Referências Bibliográficas</i>	127

Agradeço, antes de mais nada, a meus pais, Carmen Lúcia e Sebastião, que sempre me incentivaram a perseguir meus interesses e nunca deixaram de apoiar minhas opções profissionais ou pessoais. Meu irmão, Felipe, também merece agradecimentos especiais – principalmente pelas muitas e frutíferas conversas sobre História Moderna, e a (às vezes mais, às vezes menos) difícil relação entre cientistas sociais e historiadores.

Aos colegas do Mestrado em Ciência Política, da Graduação em Economia e do Doutorado em Desenvolvimento Econômico, agradeço pelo suporte constante e pelo apoio nos momentos difíceis dos últimos três anos. Andrej Slivnik, Felipe Martinez, Marcos Favaretto, Vitor Bukvar, Leandro Pereira, Gustavo Zullo e Fábio Aquino muitas vezes foram forçados a discutir as teses de Smith sobre moral e economia, e seus comentários foram importantes para que avançássemos não só nesse trabalho como em outros, e em nossa compreensão mais ampla dos meandros das idéias políticas e econômicas liberais.

Sem o apoio e incentivo dos professores tanto do Departamento de Ciência Política, do IFCH, quanto do Núcleo Interno de História Econômica, provavelmente não teríamos nem mesmo nos disposto a ler criticamente as dimensões políticas de Smith. Assim, agradeço ao prof. Paulo Fracalanza, pelas primeiras conversas sobre a importância do filósofo escocês na construção da idéia de utilidade. A profa. Lígia Osório acompanhou a redação de minha monografia em economia, onde discuti o papel das colônias na obra de Smith pela primeira vez, e seu cuidadoso trabalho de orientação foi indispensável em sua realização. Agradeço também ao prof. Eduardo Mariutti, tanto por aceitar ao convite para participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, como pelo constante apoio ao longo dos últimos anos, agora como orientador no Doutorado em Desenvolvimento Econômico; e, por fim, meus

agradecimentos ao prof. Armando Boito, tanto pelos comentários nos Seminários de Dissertação (que serviram para aprofundar minha compreensão das teses de Skinner e Pocock sobre história das idéias), quanto pelo aceite em participar da banca de defesa.

Ao prof. Reginaldo, meus profundos agradecimentos. Como orientador, soube indicar os pontos em que o trabalho poderia avançar e tolerar os deslizes e atrasos de um orientando pouco pontual, e por vezes um tanto desorganizado. Apesar das dificuldades, sua atenção, dedicação e irreverência foram fundamentais à realização deste trabalho.

Minha maior dívida, no entanto, é com minha namorada, Carla. Ao longo dos dois anos que se passaram, seu carinho, dedicação, bom humor e, principalmente, paciência, mostraram-se indispensáveis para que eu pudesse conduzir minha pesquisa e crescer, não só como profissional mas como ser humano. Mesmo quando as coisas pareciam não ir tão bem assim, ou quando os liberais ingleses não se mostravam uma companhia tão agradável, sua presença e apoio constantes me ajudaram a levantar a cabeça e seguir em frente. Muito obrigado.

“People of the same trade seldom meet together, even for merriment and diversion, but the conversation ends in a conspiracy against the publick, or in some contrivance to raise prices. It is impossible indeed to prevent such meetings, by any law which either could be executed, or would be consistent with liberty and justice. But though the law cannot hinder people of the same trade from sometimes assembling together, it ought to do nothing to facilitate such assemblies; much less to render them necessary.”(SMITH, 1981:145)

Ao longo dos quase dois séculos e meio de leitura d'A *Riqueza das Nações*, a passagem acima foi evocada como reforço a posições das mais distintas. Enunciada em um dos momentos fundamentais da argumentação smithiana sobre trabalho e capital, constitui um dos muitos clichês apropriados por seus intérpretes. Juntamente com a fábrica de alfinetes e as motivações de açougueiros, cervejeiros e padeiros, possui lugar de destaque entre as frases de efeito repetidas *ad nauseam* por diferentes leitores do texto clássico. E, como muitos dos outros lugares-comuns revividos em exegeses contemporâneas, é alvo de constante deturpação.

Se tomado isoladamente, o fragmento citado poderia nos dar uma ideia objetiva da reflexão do autor (e de outros expoentes do liberalismo clássico) não somente sobre economia, mas também no tocante às relações políticas entre trabalhadores, membros de um mesmo ofício. Olhando para a realidade da Escócia de

seu tempo, os resquícios das corporações de Glasgow ou Kirkcaldy poderiam ter servido de inspiração para as ressalvas do filósofo quanto aos riscos da associação entre artesãos que se ocupassem da mesma atividade produtiva. O pavor que Smith sentiria pela conspiração, articulação de poucos favorecidos contra o restante da sociedade, poderia ter justificado, portanto, muitos dos argumentos chave da ardorosa defesa das liberdades econômicas encampada pelo autor. No entanto, os cinco livros da obra magna do pensador escocês não podem ser resumidas em um parágrafo isolado, lido em um aberrante vácuo intelectual – distante não somente do restante do trabalho mas, principalmente, do *contexto* de sua produção. Por mais que nos dedicássemos a essa empreitada, seu fracasso seria ditado logo em seus primeiros passos; ao nos confundirmos quanto às perguntas a fazer aos textos de Smith, jamais encontraríamos respostas adequadas. Nos perderíamos em reafirmações do senso comum, da construção de uma figura mitológica do autor, visto como o pai de um liberalismo seco e estanque, redutível a duas ou três citações convenientes aos compêndios de História do Pensamento Econômico. Felizmente, o legado teórico smithiano é muito mais interessante do que as leituras convencionais nos levariam a crer.

Autor de um vasto sistema filosófico, o pensador transitou pelas diferentes artes liberais de seu tempo. Tido como sucessor de Hutcheson, um dos grandes nomes da filosofia moderna na Escócia, ministrou aulas sobre justiça, linguística e a formação do gênio humano. Escreveu sobre moral e ética, adotando uma posição peculiar no debate entre estoicos e epicuristas escoceses. Próximo de Hume, Gibbon e de outros notáveis do Iluminismo Escocês, foi tutor (e mentor intelectual) de uma geração de nobres e dignitários do Império – muitas vezes fornecendo argumentos a lados opostos de uma mesma contenda política. Teórico social, filósofo, moralista e,

por fim, economista, Smith foi bem mais do que o reducionismo de algumas de suas apropriações nos levam a crer. Em nosso trabalho, seguimos os passos de uma recente corrente de releitura desse pensador – exemplificada por nomes como Perelman, Haakonsen, Arrighi, Chang, Cerqueira e Skinner – e entretemos, como modesto objetivo, o resgate de algumas das posições políticas do 'maior dentre os escoceses', nas palavras de J. K. Galbraith.

A motivação para discutir a política em Smith surgiu da leitura de um texto particularmente instigante, escrito por um acadêmico inglês do começo do século XX. Ernest H. Benians, catedrático de Cambridge ao longo das primeiras décadas do século passado, acreditava ter encontrado nas posições do economista escocês sobre as colônias uma proposta objetiva de reformulação do Império Britânico. Em *Adam Smith's Project of an Empire*, o professor de Economia Política versa sobre o que considera ser a releitura smithiana do Imperialismo inglês – seguida, em certa medida, pelos homens de Estado da segunda metade do século XIX. Escrevendo durante o colapso da hegemonia inglesa sobre as relações econômicas internacionais, Benians foi capaz de observar algo que muitos de seus contemporâneos deixaram de lado – o significado político das passagens d'*A Riqueza das Nações* que lidavam com a história das nações modernas e as estratégias adotadas por estas ao longo de suas trajetórias de desenvolvimento.

A ignorância quanto a estas passagens decorre, a nosso ver, de duas razões. Lendo no sistema de Economia Política delineado pelo autor seu argumento central, gerações de economistas, historiadores e cientistas sociais foram levados a relegar as asserções dos livros finais da obra ao segundo plano. Para muitos desses intérpretes, a inacurada história do sistema colonial moderno apresentada nos Livros III e IV e a enciclopédica lista de exceções à norma geral de liberalização absoluta elencada no

Livro V figurariam como um 'apêndice' confuso e mal acabado às teses magistrais dos dois primeiros livros. Afirma-se, por esse raciocínio, o valor do texto enquanto registro objetivo das 'leis gerais' da economia política clássica, ao mesmo tempo em que todo o resto torna-se mero acessório, um requinte equivocados do estilo vigente no período em que o autor compôs seu grande trabalho.

Outros leitores, no entanto, classificaram os momentos da *Riqueza* sobre os quais Benians se deteve como o incoerente resultado da apressada redação dos capítulos finais da obra, muito distantes de seu ótimo início. Ao que tudo indica, muito da reação ao texto de Smith no continente foi nesse sentido – viam-se com bons olhos as primeiras duas partes, compreendidas como um legado abrangente e acessível da longa tradição de reflexão moral e aritmética política empreendida nas ilhas, e perdoavam-se os equívocos da metade final. Firmou-se lentamente a crença de que o Livro IV, especificamente, seria o espaço em que o sistema smithiano, caricaturalmente, 'revelava seus vícios cosmopolitas' (para seus detratores), ou 'era deixado de lado em prol de uma convoluta e despropositada narrativa histórica' (para seus defensores). Tal qualificação deveu-se, em grande medida, à mudança nos termos em que os argumentos do autor eram apresentados: a vasta abstração dos primeiros momentos da obra dá lugar à enumeração de variados casos históricos, relatos tanto da atuação das potências modernas quanto dos impérios da antiguidade.

Seguindo as inquietações de Benians, nos detivemos sobre o que convencionou-se denominar 'as peculiaridades do Livro IV' (e, mais especificamente, do capítulo VII desse mesmo livro). Da preocupação do autor em lidar com as colônias partimos para o formato específico deste tratamento (que é feito a partir de um léxico diverso do presente em outros momentos da obra), seu histórico e a tentativa de desvelar as diferentes referências mobilizadas na construção de sua

revisão das relações entre o centro decisório do Império e suas possessões. As questões postas ultrapassavam em muito os domínios do puramente econômico, de modo que nos vimos frente a um novo dilema: ler as facetas da política *em* Smith.

É importante enfatizar que tratamos da política *em* Smith, e não da política *de* Smith. Da mesma forma que referir-se à *Riqueza das Nações* como *plain common sense*¹ seria fazer pouco à obra, afirmar a existência de uma teoria sistemática da política dentre os escritos de seu autor também não seria apropriado. De acordo com investigações recentes (como as teses de Knud Haakonsen e Andrew Skinner), ainda que houvessem indícios do interesse em redigir um texto com essa proposta (algo aparentemente evidenciado pela estrutura das *Lectures* e da *Riqueza*, que têm início com discussões sobre a natureza humana e são concluídas com a problemática relação entre esta e o Estado), o pedido do filósofo escocês de que seus trabalhos não publicados fossem queimados, com seu falecimento, inviabiliza qualquer asserção objetiva nesse sentido. Devemos, portanto, nos contentar com as efêmeras paisagens do político nos textos tidos como marcadamente 'morais' ou 'econômicos' de Smith, mas com uma séria ressalva – que compreendamos estes não como tal ou qual aspecto de sua vasta produção, mas como elementos constitutivos de um sistema amplo de teoria social.

Acreditamos que ler Smith sobre essa ótica nos proporciona um interessante ponto de partida para uma reavaliação não apenas do legado intelectual do filósofo escocês, mas da forma como esse legado foi percebido por gerações posteriores de teóricos e homens de Estado. Partindo, portanto, da controversa relação entre política e economia nas teses smithianas sobre as colônias, nos dedicamos a uma (ainda que breve) investigação dos 'ecos' dessa reflexão nos discursos de um grupo político

¹ Que é, *ipsis literis*, a definição empregada por Schumpeter em sua *History of Economic Analysis* (SCHUMPETER, 1954:185).

britânico particularmente vocal, na metade do século XIX: a Manchester School. Uma lista das várias influências teóricas e práticas que convergem no vocabulário político dos manchesterianos mereceria, por si só, outro trabalho de extensão comparável à deste – e não é, de forma alguma, nossa pretensão.

Nossa ambição, colocada de forma objetiva, é reconstruir o contexto específico a dois momentos da 'gênese' do liberalismo contemporâneo. Em uma primeira etapa, nos ocupamos de revisitar as posições políticas de Adam Smith, o célebre autor da *Teoria dos Sentimentos Morais* e d'*A Riqueza das Nações*, principalmente no tocante às colônias inglesas na América. Tido por muitos como um dos fundadores do paradigma econômico liberal, Smith é, apesar das controvérsias em torno da originalidade de seu trabalho, um dos marcos fundamentais da economia moderna. Nos valendo do mote de transformação do pensar abstrato em prática política concreta, nossa proposta, em um segundo momento, é avaliar a apreciação das teses smithianas por um seleto conjunto de luminares políticos britânicos – a controversa Escola de Manchester, capitaneada por Richard Cobden e John Bright. Acreditamos poder encontrar, no contraste entre esses dois momentos, alguma medida das mudanças experimentadas pelas teses smithianas sobre a política em sua incorporação no léxico de um grupo de interesse que transformaria, com sua atuação, não somente o *fazer* político liberal, mas a compreensão do próprio caráter político e econômico do liberalismo.

É importante, no entanto, que algumas ressalvas sejam feitas. Quando enunciamos nosso interesse em estudar as leituras manchesterianas de Smith, não nos dispomos a realizar uma genealogia do pensamento econômico liberal contemporâneo. Tal proposta não somente excederia em muito as ambições dessa dissertação, como a idéia, em si, já invalidaria sua realização. É impossível ler nos

discursos de Cobden uma transcrição *ipsis litteris* dos argumentos de Smith, e tentar algo nesse sentido é, pura e simplesmente, suprimir nos autores o que há de mais rico, mais interessante: a influência do contexto em sua obra. Mais do que uma suposta linearidade na argumentação dos textos analisados, buscamos as diferenças entre as políticas econômicas liberais da metade do século XIX e seus supostos fundamentos teóricos.

No mesmo sentido, pretendemos trabalhar com o dualismo entre as idéias encampadas pelos pensadores analisados e os desafios postos por seu tempo, as demandas concretas da Escócia das luzes ou da Inglaterra vitoriana. As teses de Quentin Skinner sobre as relações entre contexto e produção intelectual no pensamento político moderno nos foram imensamente úteis, na construção de um arcabouço metodológico (e de um pequeno arsenal teórico) que nos ajudasse não somente a buscar as respostas a nossas inquietações, mas a fazer as perguntas adequadas ao texto clássico. Ainda que motivados, inicialmente, pelo apelo skinneriano à validação do contexto linguístico de produção dos textos clássicos enquanto o referencial base para sua leitura, acreditamos que não seria possível reconciliar essa proposta, em seus termos canônicos, à discussão da *intertemporalidade* desse mesmo texto; isto é, as formas pelas quais o texto clássico é não somente produzido e recebido no momento de sua produção (em que as questões abordadas por seu autor fazem parte dos debates pertinentes, travados a partir de um léxico comum, e com referências a um conjunto de posições conhecido pelos participantes do certame em que a tese é formulada e no qual representa uma posição original) mas os usos e desusos desse referencial ao longo das décadas posteriores à sua enunciação. Em termos mais claros, preferimos ceder à argumentação ou ao rumo tomado pela investigação do que aderir de forma estrita aos termos postos em

Meaning and Understanding in the History of Ideas, sacrificando, em vários momentos, as sugestões do historiador inglês. Com isto, acreditamos ter conseguido garantir alguma medida de entendimento sobre a transformação das teses de Smith, de marco do debate ilustrado a reservatório de autoridade científica, moral e política.

Seguindo esses determinantes gerais, dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro (*O Iluminismo Escocês em perspectiva*), tratamos brevemente do contexto que dá origem às teses de Smith sobre moral, política, legislação e economia. Tínhamos em mente apresentar um pequeno panorama do cenário intelectual em que o filósofo de Kirkcaldy se encontrava inserido, e, desta forma, procuramos nos concentrar nas relações entre o autor d'*A Riqueza das Nações* e outros dos grandes expoentes do Iluminismo Escocês, como Hume, amigo de longa data e um dos principais responsáveis pela difusão de seu trabalho, e Hutcheson, mestre e figura de grande valor afetivo.

Dedicamos especial atenção ao tratamento dado pelo intelectual escocês ao sistema colonial britânico no segundo capítulo. Em *Apoikia e Colonia – posições sobre o sistema colonial inglês* buscamos detalhar os argumentos smithianos sobre as colônias americanas, e as relações entre a redação destes e a vida política de seu tempo, marcada pelos debates parlamentares quanto aos rumos que deveriam ser dados à legislação mercantil inglesa e a eventual independência das colônias, um dos grandes fatos políticos do fim do século XVIII. Acreditamos que, nessas passagens, encontra-se a chave para muitas das aparentes inconsistências no que outros autores apontaram como o 'grande plano' da produção smithiana, e que um debate aprofundado sobre os elementos presentes na argumentação apresentada pelo filósofo nos ajudaria não somente a compreender os papéis desempenhados pela política na sua teoria social como os ecos dessa posição na formulação de política econômica por

movimentos liberais posteriores.

Revistas as teses de Smith sobre a vida política de seu tempo, passamos, portanto, à análise do contraste entre estas e sua apropriação pelos cobdenitas. No capítulo III, *Manchester e o Império*, procuramos delinear (ainda que de forma muito resumida) as principais transformações no cenário político no período que se estende entre a publicação da terceira edição d'*A Riqueza das Nações* (a última a contar com adições significativas pelo autor²) e os viscerais debates públicos entre Radicais e Imperialistas nas décadas de 1840 e 1850. A apreciação desses argumentos é feita ao longo do mesmo capítulo, por meio de alguns dos discursos de Richard Cobden, marcadamente nos debates em torno da revogação das Leis do Cereal, causa à qual o nome do político vitoriano está indissociavelmente ligado.

Esperamos ter conseguido apresentar nossas posições sobre a reflexão política em Smith de forma relativamente clara, apesar das muitas dificuldades presentes em nossa proposta. Em todo caso, lamentamos o eventual desvio de curso, e as digressões ou descaminhos do texto, necessários no trato com um trabalhos que possuem não somente um certo teor revolucionário, para seu tempo, como conteúdo fortemente persuasivo.

² Smith pôde assistir ainda à publicação de duas reedições da obra, em 1786 e 1789, mas nenhuma das duas contava com mudanças substantivas no texto ou nos argumentos apresentados.

NOTA SOBRE AS REFERÊNCIAS:

Sempre que possível, tentamos nos ater às 'edições canônicas' dos textos discutidos. Desta forma, as referências são feitas, em primeiro lugar, a partir da *Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*, publicada pelo Liberty Fund de 1978 a 1982³, ou das traduções d'*A Riqueza das Nações* publicada como parte da coleção *Os Economistas*, em 1983. De forma análoga, os discursos e panfletos de Cobden foram lidos a partir das compilações organizadas pela mesma editora, assim como em trabalhos realizados por contemporâneos ao industrial inglês, em memória de seu legado político.

³ Disponível eletronicamente no endereço oll.libertyfund.org

O Iluminismo Escocês em Perspectiva Histórica

Escritos entre as décadas de 1760 e 1780, os cinco livros d'A *Riqueza das Nações* são tomados, há gerações, como o marco zero da reflexão moderna sobre Economia Política. Smith é lido, a um só tempo, como patrono da 'ciência' nascente, fundador do liberalismo econômico e responsável pelo avanço ideológico do *laissez faire* enquanto componente fundamental da ideologia secular burguesa. Tal reputação, ainda que descartadas as celeumas em torno da originalidade do texto, acaba por acrescentar uma série de obstáculos ao trabalho de releitura da obra do filósofo escocês.

Primeiramente, é importante enfatizar que esse enquadramento do autor é obviamente feito *a posteriori*, com base não na sua obra e nas motivações subjacentes a esta, mas nos séculos de apropriações dos enunciados apresentados pelo mesmo. Olhando para o que hoje conhecemos como Teoria Econômica, Economia Política ou Pensamento Político Liberal, nos lançamos ao passado armados das reflexões contemporâneas sobre esses temas – e somos levados, por via dos enganosas reafirmações da paternidade smithiana sobre este ou aquele campo, a lê-lo como mais um dos luminares dentre o vasto panteão de dignatários da História do Pensamento Econômico: Ricardo, Malthus, Marx, Keynes, Walras, Say, Mill, Marshall.

Nessa linha, afirma-se muitas vezes que as teses marxianas sobre alienação estariam presentes, ainda que em forma embrionária, na reflexão empreendida pelo pensador escocês sobre os efeitos colaterais da divisão do trabalho. Da mesma forma,

a conjugação das palavras 'demanda' e 'efetiva', em partes do texto que versam sobre o papel do consumo nas economias modernas, franqueariam a Smith o honroso papel de antecessor da Teoria Geral keynesiana. Poderíamos preencher mais alguns parágrafos com exemplos de leituras próximas a essas, mas isso não seria oportuno, conveniente ou mesmo necessário – elas constam aqui tão somente como um testemunho ao patente anacronismo em que incorremos ao qualificar os Economistas Políticos Clássicos como os *precursores* de um pensar sistemático sobre a vida material.

É perfeitamente aceitável que se reconheça o papel desses intelectuais para as gerações futuras de economistas, e é certo que tanto Marx quanto Keynes e Mill não somente tiveram acesso ao legado teórico smithiano antes e durante a redação de suas teses como fazem referências claras à *Riqueza das Nações* em vários momentos. No entanto, não é digno que leiamos o autor clássico somente com os olhos de seus intérpretes, presentes ou pretéritos, e percamos aquilo que fez com que seu texto sobrevivesse ao desafio dos séculos: sua importância para o contexto específico em que foi escrito.

Tal preocupação tem sido o mote de uma ambiciosa revitalização dos estudos em História do Pensamento Econômico, encampada por um vasto grupo de pesquisadores preocupados com as relações entre o texto clássico e as demandas objetivas do momento de sua redação. A proposta geral de ler Smith com base em suas contribuições para a realidade política e econômica do século XVIII é resumida magistralmente por Hugo da Gama Cerqueira, um dos expoentes dessa nova tradição analítica no cenário nacional. Em um artigo lidando com o ambiente intelectual em que se inseria o pensador em questão, afirma:

“Em uma palavra, trata-se de recusar o anacronismo e aceitar que o sentido de proposições e conceitos empregados no passado não é imediatamente acessível a nós, que sua efetiva

compreensão exige que consideremos o ambiente intelectual em que brotaram e as intenções do autor. No caso de Smith, isso significa, entre outras coisas, situar seu pensamento em relação aos movimentos intelectuais de sua época e, particularmente, em relação ao iluminismo escocês, do qual foi figura chave.”(CERQUEIRA, 2006:2)

A preocupação de Cerqueira justifica-se pelas mesmas razões que elencávamos anteriormente – grande medida dos compêndios de História do Pensamento Econômico apresenta-se como um registro quase enciclopédico de ideias jogadas no tempo, posições mais ou menos controversas e muitas vezes lidas como perdoáveis equívocos de pensadores que antecederam o advento da institucionalização da reflexão acadêmica sobre economia. Indo para além da crítica ao que consideramos o grande equívoco das leituras tradicionais sobre Economia Política Clássica, o que seria, então, o *modus operandi* aceitável para que revisitássemos Smith e suas teses? Quais procedimentos devem ser tomados para que não caiamos nas mesmas armadilhas apontadas por Cerqueira?

Antes de mais nada, é preciso que tomemos o texto por aquilo que ele se *propôs ser*, em um dado momento histórico – *um enunciado objetivo sobre questões tocantes aos homens daquela época*. Ainda que haja, em Smith, uma forte dimensão normativa, a proposição desta não levava em conta a situação do Império Britânico nas décadas seguintes à publicação de suas teses, o avanço Whig do começo do século XIX, o marchar incessante do *Grand Armée* napoleônico sobre a Europa, o avanço dos nacionalismos, a arrancada Imperial pós-1873, as crises financeiras que pontuaram o século XX ou mesmo o desenvolvimento das técnicas de produção industrial nas ilhas inglesas⁴, se optarmos por um fenômeno mais próximo no tempo à

⁴ Que ainda não se mostravam como um fenômeno tão palpável nas décadas em que Smith escrevia seu trabalho.

redação de sua obra magna. Devemos ler *A Riqueza das Nações*, *A Teoria dos Sentimentos Morais* e o conjunto das *Lectures* não na busca de bem sucedidos prognósticos ou vaticínios sobre o presente (ou nosso passado recente), mas na tentativa de encontrar indicativos das motivações do autor em apresentar tais teses, suficientemente relevantes, no momento em que são escritas, para merecerem não só a publicação como amplo debate. Por mais que estejamos contaminados por nosso tempo e nossa história, e que, em última instância, também sejamos condicionados a reler o texto clássico tendo em vista os dilemas do presente, acreditamos que alguma medida de distanciamento seja bem vinda, no fazer da História das Ideias. Devemos, de acordo com essa premissa, partir do *contexto específico* em que os trabalhos são escritos.

Nesse sentido, nos foram particularmente úteis as teses de Quentin Skinner, autor de renomado trabalho sobre o pensamento político moderno. Uma das referências da chamada Escola de Cambridge, o historiador inglês afirma-se enquanto um dos defensores da ideia de *contextualismo linguístico*, propondo a importância de reconstruir o cenário intelectual em que um dado autor interagiu, identificando o léxico empregado por este, seus usos e seus prováveis interlocutores. Ao ressaltar a necessidade de que leiamos o texto por si e por seu contexto, Skinner afirmaria a linha mestra do que compreende como o método em história intelectual:

*“I have been anatomising the dangers that arise if one approaches the classic texts in the history of ideas by treating them as self-sufficient objects of enquiry, concentrating on what each writer says about each of the canonical doctrine and thereby seeking to recover the meaning and significance of their works. [...] If we want to understand any such text, we must be able to give an account not merely of the meaning of what was said, but also of **what the writer in question may have meant by saying what was said.**”*(SKINNER, 2002, p.79)

Como artifício à disposição do historiador das ideias, nesse caso, figura a leitura cuidadosa de quaisquer referências históricas que legadas pelo autor do texto clássico – a correspondência é o exemplo mais óbvio. Fora isso, é importante que se tenha em mente um quadro claro da realidade em meio à qual o texto é produzido, para que possamos devidamente enquadrá-lo nas questões pertinentes a seu tempo. No entanto, por trás das recomendações aparentemente simples de Skinner, encontramos uma série de dificuldades. Procuramos, ao longo de nosso trabalho, reconstruir o cenário no qual Smith produz e divulga seus textos partindo de dois níveis distintos - um, mais abrangente, aparentemente incompatível com a proposta skinneriana, em que tentamos traçar o movimento geral das forças sociais responsáveis por dar forma à vida material na Escócia de finais do século XVIII e da Inglaterra mid-vitoriana. Dialogando com esse pano de fundo histórico, lançamo-nos ao estudo do contexto linguístico em que os textos são produzidos, revisitando algumas das posições de intelectuais próximos a Smith (e seu possível diálogo com o autor d'*A Riqueza das Nações*).

I - A Escócia de Smith e o Iluminismo Escocês

Situar o iluminismo escocês dentro do contexto histórico que lhe é peculiar é, sob muitos aspectos, uma tarefa tão complexa quanto delinear o papel desempenhado por Smith dentro do movimento. Se partimos para um nível muito amplo de reflexão sobre a crise sistêmica dos modos de vida feudais, preservados nas estruturas modernas do Antigo Regime, corremos o risco de enquadrar todo o movimento como um breve lampejo de uma razão superior à história, a manifestação escocesa do *zeitgeist* iluminista. No entanto, tais assertivas pouco ou nada nos diriam sobre a vida desses homens. Nos limites opostos do espectro de registros sobre a realidade do

século XVIII, encontraríamos o vasto referencial biográfico sobre Smith, Hume, Ferguson *et alli*. Da mesma forma, essa abordagem apresenta riscos particulares – entre eles que percamos a perspectiva da magnitude dessas transformações, e das forças contra as quais esses autores se posicionavam.

A grande história do período nos dá uma medida interessante do impacto do iluminismo, e principalmente de sua vertente escocesa. Para Eric Hobsbawm (2004), por exemplo, o primado da razão enquanto referencial de compreensão dos fenômenos naturais e sociais representa o marco fundamental das novas formas do pensar peculiares ao fim do século XVIII. Analisando o que qualifica como a emergência de uma *ideologia secular* relativamente autônoma de sua contraparte religiosa, o historiador enquadraria o que considera os principais determinantes da reflexão empreendida pelos autores do período. Em seus termos mais essenciais, esses pensadores pautavam-se por leituras racionalistas do real, unidas por um determinante comum: a crença de que a humanidade se encontrava em um movimento constante de transformação, deixando para trás suas humildes e primitivas origens rumo à grandeza da civilização ocidental moderna. A noção de *progresso*, portanto, era a chave do pensar iluminista. Outro elemento importante é que esse progresso não se restringe, em termos filosóficos, aos espaços geográficos em que se apresentava de forma mais acentuada – propunha-se sobremaneira *universal*, uma afirmação de novos princípios não para os intelectuais franceses, escoceses ou alemães, mas para a humanidade como um todo⁵.

A incorporação dessa noção e seu inevitável distanciamento de concepções

⁵ Immanuel Wallerstein traça as linhas fundamentais dessa longa transformação no conjunto de palestras agrupado sob o título de 'O Universalismo Europeu: a retórica do poder' (WALLERSTEIN, 2007). Particularmente interessante é o tratamento dado pelo autor aos desdobramentos políticos deste fenômeno, que implantaram sobre o mundo colonial formas de pensar peculiares à realidade européia dos séculos XVII e XVIII, moldando-o à imagem da metrópole e condicionando-o à subserviência econômica e intelectual.

vigentes até então é perfeitamente compreensível, se pensamos no mundo visualizado por esses intelectuais. Entre os homens do XVIII – e mesmo do XVII – e suas contrapartes do século XVI, por exemplo, se tomamos por base o magnífico retrato elaborado por Lucien Febvre, há um gigantesco abismo. Ainda que partes significativas do *mapa mundi* permanecessem em alguma medida desconhecidas, esses indivíduos tinham condições de olhar para a história e perceber quão longe haviam avançado. As colônias no Novo Mundo, o desenvolvimento das ciências naturais, urbanização, modernização das estruturas produtivas e a drástica mudança dos modos de vida do europeu médio representam o ápice do que Braudel lia como o longo movimento de emergência do capitalismo. Olhando para trás, os grandes luminares intelectuais do período percebiam uma finalidade objetiva na história, um *télos* que conduzia os primatas do nomadismo à agricultura, da agricultura ao comércio, do comércio à indústria, e desta à grandeza.

Todas essas leituras são tributárias da reflexão moderna sobre o Iluminismo, e sobre seu papel na conformação do homem contemporâneo e de seu pensar. A definição canônica do termo nos é dada por Immanuel Kant, como resposta direta à controversa questão sobre a essência desse fenômeno. Ao se indagar *was ist Aufklärung?*, o filósofo alemão responderia:

“Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.”(KANT, 1984:100)

Leitor ávido de Smith, Kant vê de forma clara a revolução intelectual representada pela afirmação da razão sobre a tradição e o conservadorismo de momentos anteriores. A exaltação da liberdade, da primazia da reflexão autônoma, da livre troca de ideias e da prioridade de argumentos de fundamentação lógica sobre aqueles amparados na autoridade dos clássicos são, de forma bastante apressada, as características do esclarecimento enquanto uma forma nova de pensar a realidade – e sua enunciação constitui um dos problemas fundamentais da reflexão filosófica moderna. Abandonando as autoridades religiosas e seculares tradicionais, o homem do esclarecimento é deixado à sua própria conta e risco, e reinventa sua moral, sua ética e, fundamentalmente, sua política.

A mesma interpretação aparece sumarizada na leitura de Safo Testoni Binetti, pesquisador responsável pelo verbete *Iluminismo* no Dicionário de Política organizado por Bobbio, Mateucci e Pasquino. Sua definição nos dá mais alguns indicativos de como ler a emergência do pensamento ilustrado na modernidade:

“Não se trata de um movimento homogêneo; não é possível encontrar nele um sistema de idéias ou uma escola; dir-se-ia que é, acima de tudo, uma mentalidade, uma atitude cultural e espiritual, que não é somente dos filósofos, mas de grande parte da sociedade da época, de modo particular da burguesia, dos intelectuais, da sociedade mundana e até de alguns reinantes, O termo philosophe, com que o próprio iluminista se autodefine, indica a figura de um vivificador de idéias, de um 'educador', isto é, daquele que em tudo se deixa guiar pelas luzes da razão e que escreve para se tornar útil, dar sua contribuição para o progresso intelectual, social e moral e debelar toda forma de tirania, seja esta intelectual, moral ou religiosa.”(BINETTI, 1994:605-6)

No bojo da complexidade exposta por Binetti, duas ressalvas precisam ser feitas sobre esse movimento e a tradicional leitura kantiana. Em primeiro lugar, o imperativo da razão não se afirmou sem resistência, e nem foi aceito/apresentado de

forma imediata em suas vertentes locais. Razão e progresso, enquanto novidades intelectuais, tinham à sua frente antagonistas em voga por décadas, séculos, milênios, e os anos que se estendem de 1730 a 1790 são ocupados, quase que inteiramente, pela progressiva derrota – que não se dá sem sobressaltos – de um pensar profundamente conservador. Um retrato das instituições de ensino do período é essencial, se pensamos na absorção dessa ideologia pelo cenário acadêmico moderno, e se tomássemos apenas este, no período, como referencial para discutir o resultado do enfrentamento entre o Iluminismo e seus adversários intelectuais, as chances de 'vitória' penderiam significativamente para o segundo contendor.

As origens religiosas das instituições educacionais modernas eram sentidas de forma clara não somente no conteúdo lecionado, mas na aceitação ou recusa de alternativas aos métodos de análise costumeiramente empregados nesses espaços. Nas palavras de um estudioso britânico das estruturas educacionais do período, “*o século XVIII presenciou a transformação da educação primeiramente como problema, posteriormente como ciência e, finalmente, como arte – e, só então, como pedagogia propriamente dita*”(JUDGES, 1971:143). Antes mesmo do primeiro estágio, no entanto, havia o enfrentamento entre duas forças opostas no cenário intelectual moderno: a do pensador autônomo, atuante fora do *behemoth* educacional tradicional, e a do acadêmico de carreira, forte mantenedor das tradições medievais de reflexão. Um elemento é central na construção desse cisma – a recusa do *philosophe* em recorrer a argumentos de autoridade consagrados pela tradição na comprovação de seus argumentos. Não há prova maior, no pensar esclarecido, do que a racionalidade; e isso significa, de acordo com a leitura de Binetti, a multiplicidade de dimensões presentes no enfrentamento entre as novas formas do pensar e suas antecessoras no tempo.

Hume representou a linha de frente iluminista nas duas contendas, se pensamos na vertente escocesa – e, portanto, foi alvo de severo ostracismo pelo *establishment* acadêmico das ilhas. Ainda que reconhecido, independentemente, como um dos intelectuais de grosso calibre de seu tempo, suas controversas posições sobre religião, verdade filosófica e natureza humana lhe franquearam mais do que a antipatia do outro campo. Dadas as suas crenças – situadas, pela maioria dos intérpretes, entre os extremos de um 'salutar distanciamento das instituições religiosas inglesas' e um 'ateísmo libertário' –, o filósofo escocês teve sérios problemas com o meio acadêmico, sendo rejeitado em suas aplicações para as cadeiras de filosofia de Edimburgo e Glasgow, em 1744⁶. Longe de uma transformação repentina, a ascensão da Ilustração ao status de sustentáculo da ordem intelectual dos novos tempos foi resultado de um árduo embate.

Além das dificuldades de sustentação política e social dos ideais iluministas, em seu alvorecer, há um outro problema na concepção usual do fenômeno – ou mesmo na adoção desta por leitores posteriores do esclarecimento. Mais do que a emergência concomitante de um conjunto relativamente unificado de pensadores, ligados por ideias comuns em diferentes partes do globo, o Iluminismo define-se pela localização geográfica de diferentes grupos de intelectuais com tendências libertárias, mas posições muitas vezes radicalmente distintas. Assim, se a concepção de Kant pode ser tomada por válida no caso dos principados que um dia se conformariam na Alemanha, seria um erro adotá-la literalmente ao tratar das vertentes escocesa ou francesa.

Tal engodo é apontado por Cerqueira, que lança-se sobre as peculiaridades do iluminismo escocês a partir da problematização do referencial kantiano:

⁶ Hume eventualmente é aceito pela academia escocesa, mas somente como bibliotecário.

“O próprio Kant reconheceu cautelosamente que não vivia em uma época esclarecida (aufgeklärten Zeitalter), mas em uma época de esclarecimento (Aufklärung). Convém, entretanto, não tomar o diagnóstico de Kant como igualmente válido para toda a Europa. Em outras partes do continente, o debate sobre o esclarecimento já estava posto há mais tempo. D’Alembert, por exemplo, já divisara uma “extraordinária mudança” nas idéias e declarara que aquele seria o “Século da Filosofia por excelência”. [...] Rejeitando os padrões monolíticos e anacrônicos deste tipo de abordagem, a historiografia mais recente sobre o iluminismo tem se voltado para a diversidade de suas manifestações nacionais e para as particularidades destas diferentes expressões que, nas leituras convencionais, ficavam obscurecidas ou eram simplesmente tomadas como sinais de sua insuficiência, da ausência do “verdadeiro” iluminismo. De fato, a presença das luzes na Inglaterra era plenamente sentida no século XVIII: o florescimento da razão, o respeito à liberdade de expressão e a tolerância religiosa foram reconhecidos e celebrados pelos estrangeiros que a visitaram.”(CERQUEIRA, 2006:8-10)

Ao invés de pensarmos o Iluminismo como um monolito intelectual, convém que o leiamos como a confluência de uma série de movimentos locais (ainda que dotados de certa dose de cosmopolitismo, que facilitava a difusão/incorporação de ideias no âmbito internacional), cada qual com demandas e aspirações específicas, que tornam-se similares quando contrapostos às grandes estruturas históricas, políticas e econômicas contemporâneas aos autores estudados. Desta forma, mais do que levá-lo em conta como um imperativo imediato e universalmente aceito, a seu tempo, é fundamental que nos detenhamos sobre as dimensões históricas e regionais de cada uma de suas facetas – das quais a escocesa representa maior interesse para este trabalho.

A diferença entre a ilustração francesa e sua contraparte escocesa seria, portanto, derivada das idiosincrasias de cada 'nação'. Os séculos XVI e XVII representam, na França, a ascensão dos Bourbon ao status de monarquia absoluta

quintessencial, e do auge de uma longa tradição de intervenção e regulação estatal sobre o fazer econômico e político. Se nos afastamos de Versailles, Paris e do Loire, a realidade é outra – afirma-se uma França camponesa, de comunidades dispersas ao longo de um vasto território, cultivando os campos como seus pais e os pais de seus pais cultivaram – mas mantém-se o determinante geral: a aceitação inquestionável do tempo, dos ventos, das chuvas, senhores incontestes da vida rural. Tanto no nível das mentalidades – em que o homem francês se situaria entre o imutável revezar das estações, no tradicional meio rural, ou a submissão aos interesses estabelecidos da nobreza, na cena urbana – quanto nos círculos intelectuais vinculados à burocracia venal absolutista, a presença de uma *autoridade* inatingível permeia as práticas do cotidiano. Tal sujeição marcaria de forma indelével os *sistemas naturels* da fisiocracia, assim como sua crença quase absoluta no papel da terra como provedora da riqueza econômica. Sumarizada de forma emblemática na relação de Quesnay com o jusnaturalismo, os direitos naturais do homem são vistos como *immuables et irréfragables* – como as estações, o controle da dinastia reinante ou as normas da política econômica mercantilista e seus bons frutos nas colônias. Obviamente, o pensamento político francês ocupar-se-ia, no período, de encontrar soluções objetivas a essa situação (levadas a cabo pelas massas enfurecidas de 1789 e pela justiça metálica das guilhotinas), mas a reflexão sobre comércio manteria, por muito tempo, o mesmo tom das formulações dos ministros do tesouro absolutistas.

Como acertadamente afirmam Cerqueira, Paula e Albuquerque (2007), o cenário era muito diverso nas ilhas. Desde o século XVII os ingleses já vivenciavam um ensaio de parlamentarismo, com os poderes absolutos do rei mitigados pelas convenções políticas do restante da elite. Distante da submissão e centralização presentes no cenário francês, a realidade política inglesa é definida, no mesmo

período, pela incorporação de um sistema de valores com ênfase na auto determinação dos indivíduos e em seu direito à escolha. Com o diferencial da dinâmica agrária inglesa e sua conseqüente mercantilização, expedientes econômicos simples passam a fazer parte do cotidiano de todo o espectro social. Posto de forma clara, “Destas tradições emergiram tanto o substrato das mentalidades, que possibilitaram o surgimento destas criações intelectuais tipicamente inglesas – o empirismo, o liberalismo e o utilitarismo – quanto a motivação política para as revoluções do século XVIII, que consolidaram o poder burguês na Inglaterra”(CERQUEIRA, PAULA E ALBUQUERQUE, 2007:4-5).

O ambiente que serve de berço à filosofia moral britânica é drasticamente diverso do francês, e o século XIX assiste ao progressivo distanciamento entre as duas potências políticas e intelectuais, culminando com o domínio hegemônico dos economistas políticos ingleses sobre o cenário intelectual ocidental, e de seu sustentáculo material, o Império Britânico, sobre boa parte do mundo civilizado. Acreditamos, no entanto, que uma última questão pode ser lançada a essa interpretação do fenômeno – por qual razão esse salto teórico tem seu início na Escócia, e não nos centros metropolitanos do sul da Inglaterra?

Uma breve história do reino poderia nos ajudar a compreender a peculiaridade de uma vertente escocesa do iluminismo. Antes um amálgama instável de diferentes tribos, a Escócia passa por uma longa fase de gradativa centralização, até assumir algo próximo a sua forma moderna por volta do século XII. A dicotomia entre o Norte bárbaro e o Sul romanizado ditam a história desses territórios ao longo da Idade Média, e definem outro traço determinante da vida social escocesa: a presença de uma camada nobre que, com o tempo, assemelha-se mais e mais à sua contraparte inglesa (ligada a esta tanto pelas relações políticas quanto por laços de parentesco), e de um

conjunto de valores e práticas populares distintas das do restante do arquipélago.

A aproximação entre as elites dos dois reinos ganha novo sentido em 1603, quando James VI da Escócia herda o trono inglês, mudando-se para Londres. Ainda que tenha permanecido um Estado separado, durante essa etapa, a ausência da corte real em Edimburgo já representava forte elemento de instabilidade social, com o fortalecimento de nobres locais e contestação da autoridade monárquica. Com a Revolução Gloriosa e a queda da dinastia Stuart, a situação torna-se ainda mais grave – garantindo que os dois parlamentos firmassem, no início do século XVIII, os Atos de União. Nestes atos estabelece-se a dissolução das câmaras e sua restauração sob uma única bandeira, a do Reino Unido da Grã-Bretanha, com a sede do novo parlamento em Westminster.

Ainda que mantendo instituições políticas e econômicas unificadas⁷, cada região preservou, em grande medida, sua identidade local, e a Escócia ainda desfrutava, após a União, de significativa autonomia religiosa e cultural – autonomia esta que se revelaria não só em manifestações populares como na emergência de uma 'alta cultura' escocesa, de formas de reflexão peculiares ao norte do Reino Unido. Alexander Broadie (2007), um dos principais analistas deste fenômeno, recoloca a questão do forma intrigante: esta *intelligentsia* teria se estabelecido, pelas peculiaridades de sua formação e das dinâmicas sociais a que estava sujeita, como um grupo de intelectuais relativamente cosmopolita. A antinomia entre os grupos de 'pensadores independentes' escoceses e o *establishment* acadêmico inglês teria sido responsável pelo intercâmbio intelectual entre a região e alguns dos grandes referenciais continentais do período. Ironicamente, quando unificam-se as coroas, os elos das elites ilustradas escocesas e com os pensadores franceses eram muito mais

⁷ Com ressalvas – por um longo período as moedas inglesa e escocesa mantêm-se distintas, mesmo com as duas economias ligadas por uma União Aduaneira.

fortes do que com seus 'compatriotas' britânicos.

Atendo-se às raízes históricas do cosmopolitismo intelectual escocês, Broadie afirma ainda

“Speaking generally, it is evident that the Scotland of the fifteenth and sixteenth centuries was an outward-looking country, well aware of European high culture and wide open to its new ideas. It is also demonstrable that Scots of the period contributed substantially to that shared European culture.”(BROADIE, 2007:11)

Apresentado nesses termos, o livre trânsito dos pensadores escoceses entre seus pares continentais teria sido o fator chave na emergência de correntes intelectuais dotadas de tamanho vigor. Seus astrônomos teriam estudado com Brahe, Kepler e Galileo; seus teólogos e filósofos, como no notável exemplo de John Mair, ainda no século XVI, teriam interagido diretamente com Rabelais, Loyola e Calvino. Se observarmos a longa lista de pensadores elencada por Broadie, é evidente a relação destes com o continente, e a liberdade de que desfrutavam para formular e apresentar suas teses.

No entanto, neste ponto reside um elemento deixado de lado em sua crônica do Iluminismo Escocês – o quanto a relativa distância de um poder central não teria favorecido essa singular autonomia intelectual. Colocados à margem dos centros decisórios do Reino Unido desde sua criação, os escoceses conviviam com um dilema político claro, reafirmado na presença limitada do poder estatal. Frente à existência de uma autoridade remota, incapaz de policiá-los ou incorporá-los às redes de produção intelectual inglesa, esses pensadores habituaram-se a trabalhar à margem da academia britânica, afirmando, a um só tempo, a alta cultura local, uma boa medida de desapego às instituições existentes e um saudável desrespeito pelas tradições do meio

acadêmico inglês.

No entanto, há divergências sobre o quanto as propostas da intelectualidade escocesa no período teriam de efetivamente contestadoras, e quão distante do establishment inglês estaria a elite intelectual de Glasgow e Edimburgo. Em um vasto conjunto de trabalhos lidando com a falência das aspirações nacionalistas escocesas, Tom Nairn dedica-se à desmistificação do pretense elo entre Iluminismo e afirmação nacional. Para o autor, a noção iluminista de progresso (e, principalmente, de sua difusão de sociedades mais avançadas para suas contrapartes menos favorecidas⁸) seria em grande medida responsável pela sujeição à dominação inglesa. Nas palavras do autor, essa divisão tem um efeito curioso sobre qualquer possível esboço de sentimento nacional escocês, ainda nos séculos XVII-XVIII:

“Scotland's progress was all the more striking because there was this one large part of it which did not 'improve' at all. Scotland beyond the Highland line remained 'under-developed'. This fissure through Scottish society had been left by the failure of later feudalism; now it was, if anything, aggravated by the swift rise of Lowland culture in the 18th century. A 'gulf' was formed which resembles in many ways the gulf that opened across Europe as a whole - that is, the very gap I tried to describe previously, the development-gap with all its accompanying dilemmas and ambiguities. Highland Scotland, like most of Ireland, was in effect a part of Central or Eastern Europe in the West. Therefore it was bound to have a distinct development from the 'successful' civil society south of it. It had, as everyone knows, a distinct history of just this sort one which painfully resembles the history of Ireland or many of the weaker peoples of Mitteleuropa, far more closely than it does that of the Scottish industrial belt. The Highlands were to suffer the fate characteristic of many countries and regions which generated nationalist movements in order to resist. But (here unlike Ireland) Highland society did not possess the prerequisites for

⁸ Cujá automática adoção pela *intelligentsia* escocesa era plenamente justificável partir da coexistência de uma elite letrada, moderna, e de populações que dedicavam a maior parte de seus esforços econômicos ao cultivo de rebanhos de ovelhas. Com apreciável ironia, Nairn (2003:99) menciona o fato de Ferguson, autor de *Essay on the History of Civil Society*, ter vivido boa parte de sua vida nas highlands - i.e., como um 'observador ilustrado' da chegada do progresso a uma sociedade primitiva.

nationalist resistance. Its position was too marginal, its social structure was too archaic, and too much of its life had been actually destroyed in the terrible reaction to 1745.”(NAIRN, 2003:99-100)

As raízes da aceitação da união dos parlamentos, do sufocamento de qualquer tentativa de autonomia e da emergência de uma espécie de 'vácuo' cultural nacional, no início do século XIX, são compreensíveis a partir da aceitação do *status quo* pela aristocracia escocesa - e por seus homens de letras. Mesmo que evitemos as minúcias da leitura de Nairn dos nacionalismos modernos, um componente afirma-se fundamental para que o 'sentimento nacional' seja fomentado⁹: a presença de setores da burguesia local dispostos a liderar a 'guinada' rumo ao nacionalismo. A rapidez das transformações econômicas do fim do século XVIII, a facilidade de trânsito dos literatos escoceses nos salões europeus e a possibilidade de realização (material, intelectual, social ou política) dos dignitários das Lowlands fora dos limites nacionais garantem a adesão da Escócia moderna a um confuso 'internacionalismo', em que abre mão de sua soberania para afirmar-se parte integrante de um Império que cobre os confins do planeta. Mais uma vez, remetendo à clássica tese de Nairn, temos um retrato claro dos condicionantes (e consequências, principalmente se levarmos em conta a variante escocesa de iluminismo) dessa trajetória:

“No new intellectual class at once national in scope and basically disgruntled at its life prospects arose, because the Scottish petty bourgeoisie had little reason to be discontented. In the overwhelming rush of the Scottish industrial revolution, even the regions of intermediate social change were quickly sucked in. Hence no new 'intelligentsia' in the relevant sense developed, turning to the people to try and fight a way out of its

⁹ Seguindo a partir daí o curso delineado por Gellner, Anderson e Hobsbawm, em que nacionalismo não é compreendido como a emergência de paixões nacionais, ou a lembrança de um passado comum, mas o reforço a um sentimento de comunidade (incentivado pelo resgate de um conjunto de tradições, muitas vezes fictícias) por meio do arcabouço institucional estatal (forças armadas, sistema de ensino público, registro civil, etc.).

intolerable dilemma. [...] The old Edinburgh elite was guilty of the (Romantic) original sin: cutting themselves off from the people. Second only to 'community' in this value-vocabulary is the unpleasant term 'roots'. The Enlightenment intelligentsia sold out its birthright - its roots in the Scottish national-popular community - for the sake of its pottage of tedious abstractions.”(NAIRN, 2003:99-100)

Se formos, portanto, retornar à tese de Cerqueira sobre a presença de um 'estilo' específico de produção teórica à inglesa, é necessário não somente que trabalhe com um recorte temporal um pouco mais amplo, como que matizemos a participação dessa elite intelectual na vida política britânica e nos primeiros ensaios de uma teoria social sistemática, ordenada, abrangente.

II - Política e Teoria Política na Escócia do século XVIII

O equacionamento da questão jacobita e a união parlamentar deixam os pensadores escoceses (principalmente seus filósofos morais) em uma situação peculiar - a partir do abandono de qualquer tentativa de afirmação nacional, a Escócia torna-se uma aberração da jurisprudência moderna. Em um período em que a autoridade dinástica encontrava-se inexoravelmente atrelada à existência de um Estado, os escoceses abrem mão de uma dinastia reinante; 'trocam' sua soberania pelas vantagens presentes participação em uma estrutura política mais ampla. A especificidade da situação escocesa é responsável pela busca de formas originais de compreensão da vida política, pautadas por sucessivas tentativas de revisão do léxico maquiavélico e adequação de seus preceitos à realidade local.

A raiz da questão está na incorporação da idéia de liberdade civil ao arrazoado político britânico, operada, de acordo com um breve porém esclarecedor ensaio de Skinner (1998), no curso da Revolução Inglesa de 1640. Contraposta às teses

hobbesianas, a proposta neo-romana defendida por Milton, Nedham, Sidney e Harrington gravitava em torno da assunção de que um Estado livre e soberano era aquele regido por cidadãos livres e soberanos. O historiador inglês demonstra a vinculação das primeiras cartas da *Commonwealth* inglesa aos preceitos contidos nos *Discorsi* maquiavélicos, retratando cuidadosamente a apropriação do *vivere libero* italiano pelos revolucionários britânicos.

Assentada sobre essas noções, a legitimidade do parlamento (enquanto veículo da vontade popular) ganha força, e consolida-se uma das principais bases ideológicas do parlamentarismo britânico. O problema fundamental reside no caso de Estados que não sejam governados pela vontade de seus cidadãos, mas por uma vontade externa, ou por uma parcela pequena da coletividade. A resposta dada por esses autores à questão em pauta é sumarizada por Skinner:

“Speaking of such states, they again disclose how seriously they take the analogy between natural bodies and political ones. They assume that what it means to speak of a loss of liberty in the case of a body politic must be the same as in the case of an individual person. And they go on to argue - in the clearest proclamation of their classical allegiances - that what it means for an individual person to suffer a loss of liberty is for that person to be made a slave. The question of what it means for a nation or state to possess or lose its freedom is accordingly analyzed entirely in terms of what it means to fall into a condition of enslavement or servitude.”(SKINNER, 1998:37)

O desafio posto aos pensadores escoceses, nos anos entre os séculos XVII e XVIII, é óbvio - como pensar em liberdade civil a partir dessas analogias? Como compreender - e dialogar - com uma teoria do Estado que é consistentemente negada pela realidade escocesa? A primeira resposta é dada por Andrew Fletcher, em

Discourse of Government with Relation to Militias, publicado em 1698. Lendo a política de seu tempo para além dos embates entre Whigs e Tories - e dos panfletos publicados por cada facção para legitimar sua postura nas polêmicas pós-Revolução Gloriosa -, Fletcher ocupa-se de uma enumeração dos 'vícios' do Estado moderno, assim como da forma como este mascararia seus reais interesses (ou aqueles de seus beneficiários). Não por acaso, afirma-se como um dos principais opositores do *Act of Union* de 1707, após ser eleito por duas vezes para o parlamento escocês. O primeiro parágrafo de seu *Discourse* já é bastante elucidativo do teor crítico de seus escritos:

“There is not perhaps in human affairs anything so unaccountable as the indignity and cruelty with which the far greater part of mankind suffer themselves to be used under pretence of government. For some men falsely persuading themselves that bad governments are advantageous to them, as most conducing to gratify their ambition, avarice, and luxury, set themselves with the utmost art and violence to procure their establishment: and by such men almost the whole world has been trampled underfoot, and subjected to tyranny, for want of understanding by what means and methods they were enslaved. For though mankind take great care and pains to instruct themselves in other arts and sciences, yet very few apply themselves to consider the nature of government, an enquiry so useful and necessary both to magistrate and people. Nay, in most countries the arts of state being altogether directed either to enslave the people, or to keep them under slavery; it is become almost everywhere a crime to reason about matters of government. But if men would bestow a small part of the time and application which they throw away upon curious but useless studies, or endless gaming, in perusing those excellent rules and examples of government which the ancients have left us, they would soon be enabled to discover all such abuses and corruptions as tend to the ruin of public societies. It is therefore very strange that they should think study and knowledge necessary in everything they go about, except in the noblest and most useful of all applications, the art of government.”(FLETCHER, 2011:5)

Essa primeira peça, assim como *Two Discourses Concerning the Affairs of Scotland*, escritos no mesmo ano, carregam na crítica ao domínio britânico sobre as

instituições políticas escocesas, revisitando a metáfora da escravidão e do corpo natural comparável ao corpo político. No entanto, antes que neguemos a leitura de Nairn do posicionamento das elites escocesas, o que Fletcher advoga é a manutenção de milícias locais pelos barões escoceses - i.e., o embate não é entre escoceses e ingleses, mas entre frações rivais da aristocracia britânica.

Ainda assim, como conciliar os discursos inflamados do político escocês à suposta ausência de nacionalismo? Em nível mais amplo, a leitura de Fletcher da política transcende a crítica do imediato, alçando-se ao patamar de uma defesa da representação local dentro de uma estrutura política mais ampla. Mais do que a negação da união, o cerne de sua proposta reside na paridade de representação entre os diferentes reinos agrupados sob a mesma coroa:

“For I considered that in a state of separation from England, my country would be perpetually involved in bloody and destructive wars. And if we should be united to that kingdom in any other manner, we must of necessity fall under the miserable and languishing condition of all places that depend upon a remote seat of government. And pray where lies the prejudice, if the three kingdoms were united on so equal a foot, as for ever to take away all suspicion and jealousy of separation? that virtue and industry might be universally encouraged, and every part contribute cheerfully and in due proportion to the security and defence of this union, which will preserve us so effectually from those two great calamities, war and corruption of manners. This is the only just and rational kind of union. All other coalitions are but the unjust subjection of one people to another.”(FLETCHER, 2011:112)

O tema da opressão de um Estado sobre outros é complementado com outra linha de reflexão, complementar à primeira e responsável por muitos de seus desenvolvimentos futuros. Bernard de Mandeville, que deixa Rotterdam no fim do século XVI e instala-se no Reino Unido, é responsável por um dos grandes marcos

teóricos da filosofia moral britânica. Médico, filósofo e literato, o pensador ganharia reputação no cenário intelectual inglês através de um poema satírico publicado anonimamente em 1705. *The Grumbling Hive, or Knaves Turn'd Honest* (repblicado dez anos mais tarde como *A Fábula das Abelhas*) representa um dos marcos da reflexão moderna sobre individualidade. Com uma fina ironia, Mandeville critica o apego dos homens de seu tempo a uma moral decadente, demonstrando como, em essência, a ordenação geral da sociedade seria dada pelas motivações individuais dos agentes. Um exemplo claro das incendiárias propostas do pensador neerlandês é a afirmação da falibilidade de preceitos morais absolutos enquanto norteadores do comportamento individual sumarizada na máxima *private vices, publick benefits*. Se há, de fato, uma virtude absoluta, esta é o egoísmo (*selfishness*), posto nesses termos por Mandeville:

*“Fraud, Luxury and Pride must live,
While we the Benefits receive :
Hunger’s a dreadful Plague, no doubt,
Yet who digests or thrives without?
Do we not owe the Growth of Wine
To the dry shabby crooked Vine?
Which, while its Shoots neglected stood,
Chok’d other Plants, and ran to Wood ;
But blest us with its noble Fruit,
As soon as it was ty’d and cut :
So Vice is beneficial found,
When it’s by Justice lopt and bound ;
Nay, where the People would be great,
As necessary to the State,
As Hunger is to make ’ern eat,
Bare Yirtue can’t make Nations live
In Splendor ; they, that would revive
A Golden Age, must be as free,
For Acorns, as for Honesty.”*(MANDEVILLE, 1988:36-37)

Suas teses sobre moral alcançaram repercussão internacional, sendo combatidas, em momentos distintos, por intelectuais da estatura de Berkeley e

Rousseau. Nas ilhas, o grande referencial das críticas a Mandeville era o irlandês Francis Hutcheson, que atuou em Glasgow como professor de sentimentos morais a partir de 1729. Diferentemente do pensador holandês (que foi perseguido pelas polêmicas em torno da *Fábula* até seu falecimento), Hutcheson tinha as instituições acadêmicas escocesas a seu lado. Após malfadadas tentativas de estabelecer-se como pastor presbiteriano, o filósofo irlandês dedica-se ao estudo da moral, e publica uma longa série de ensaios sobre o tema.

As divergências entre Hutcheson e Mandeville ficam claras em um destes trabalhos, *An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue*. Desviando da leitura do comportamento individual entretida pelo filósofo de Rotterdam, o pensador reafirma o papel de um *ethos* constituído *a priori* como norteador das motivações do sujeito – ainda que esta submeta-se ao filtro do julgamento individual – ao defender a proposta de que a noção de beleza seria não somente *absoluta*, como *universal*. Quanto aos teoremas, por exemplo, demonstraria a beleza destes em um capítulo versando sobre as qualidades intrínsecas de sistematizações do real

“The Beauty of Theorems, or universal Truths demonstrated, deserves a distinct Consideration, being# of a Nature pretty different from the former kinds of Beauty; and yet there is none in which we shall see such an amazing Variety with Uniformity: and hence arises a very great Pleasure distinct from Prospects of any further Advantage. [...] That we may the better discern this Agreement, or Unity of an Infinity of Objects, in the general Theorem, to be the Foundation of the Beauty or Pleasure attending their Discovery, let us compare our Satisfaction in such Discoverys, with the uneasy state of Mind in which we are#, when we can only measure Lines, or Surfaces, by a Scale, or are making Experiments which we can reduce to no general Canon, but only# heaping up a Multitude of particular incoherent Observations. Now each of these Trials discovers a new Truth, but with no Pleasure or Beauty, notwithstanding the Variety, till we can discover some sort of Unity, or reduce them to some general Canon.”(HUTCHESON, 2004:36-37)

As posições de Shaftesbury e Hutcheson são de especial interesse por ter sido o debate entre estes autores e sua contraparte epicurista (da qual Hume é um dos principais expoentes) o grande marco filosófico dos primeiros momentos do Iluminismo Escocês. A participação de Smith nesse debate estaria dada por sua proximidade com Hutcheson, tido por muitos intérpretes como seu maior mentor intelectual.

As primeiras tentativas de uma leitura ordenada, cientificamente informada da realidade social, nesse contexto, vêm da aposta de Hume na viabilidade de uma *science of Man*, externalizada logo na introdução de seu *Tratado da Natureza Humana* (HUME, 1896). Em nota similar, o autor explicita seus cuidados com a realização desse projeto teórico na primeira seção de sua *Investigação sobre o entendimento humano*:

“Mas não nos será lícito esperar que a filosofia, cultivada com esmero e encorajada pela atenção do público, possa avançar ainda mais em suas pesquisas e revelar, pelo menos até certo ponto, os móveis e princípios ocultos que impulsionam a mente humana em suas ações? Os astrônomos por muito tempo se contentaram em deduzir dos fenômenos visíveis os verdadeiros movimentos, ordem e magnitude dos corpos celestes, até surgir finalmente um filósofo que, pelos mais afortunados raciocínios, parece ter determinado também as leis e forças que governam e dirigem as revoluções dos planetas. Resultados semelhantes têm sido alcançados em outros domínios da natureza, e não há razão para não esperarmos um igual sucesso em nossas investigações acerca dos poderes e organização da mente, se levadas a cabo com a mesma competência e precaução.”(HUTCHESON, 2004:36-37)

No entanto, Hume não era o único dos intelectuais escoceses de seu tempo a refletir sobre esses temas, e nem era sua posição a única em pauta. Ferguson seguiria em uma linha mais próxima à de Fletcher, analisando o Estado moderno, seus

problemas e potenciais avanços no campo da jurisprudência. Como afirma uma estudiosa do tema (OZ-SALZBERGER, 2003:169-170), a preocupação desse autor gravitava em torno não da teorização sobre política, mas da organização de um conjunto de informações necessárias à prática informada dos homens de Estado ingleses. Como em uma passagem particularmente irônica resgatada de Ferguson por Oz-Salzberger, "to what extent could communities of men be compared to beehives?"

Tanto em Ferguson quanto em Hume, o problema analítico é justamente localizar os espaços da produção sobre política, uma vez que os ensaios de teoria social desenvolvidos por esses autores não se submetem aos limites disciplinares contemporâneos. O problema torna-se evidente justamente na contraposição das teses dos dois autores. Hume enquadra o entendimento humano e as determinações subjacentes à tomada de ação política/social a partir da tradição estabelecida de discussão sobre filosofia moral, que tomava os debates sobre política como uma disciplina auxiliar. Ferguson, por outro lado, observa a questão do comportamento político e do 'bem-fazer' dos homens de Estado britânicos pela ótica da jurisprudência, que perpassava também a discussão sobre formas históricas do Estado e sistemas legais. Por sua vez, todos esses campos reúnem-se em torno da nascente 'Economia Política', que tenta sistematizar o conhecimento acumulado por essas disciplinas e prover uma resposta a outra questão posta pelos escoceses - como pensar a sociabilidade humana em uma sociedade de mercado?

Aqui reside o principal ponto de inovação frente à incorporação britânica de Maquiavel, na leitura de Fania Oz-Salzberger

“Two major fault lines run across the Scottish discussion of man’s sociability: the right balance between the social and unsocial elements of human nature, and the part-overlap and part-incongruity between society and polity. The

first of these lines marked the limits of the civic, or Machiavellian, idiom of republican virtue and opened up new possibilities of accounting for non-virtuous, yet socially beneficial, behaviour. The second line involved a conscious expansion of political theory beyond the core issues of government and constitution. What was common to both sets of problems was the need to incorporate commerce, a factor unaccounted for by Machiavelli and Hobbes, into political theory. Man's social nature was reassessed against the rise of modern trade and manufacture, consumerism and material refinement, as the distinctive attributes of modern states. Here, Scotland's unique perspective as a post-sovereign member of the British union, a state that traded independence for empire, proved invaluable.”(OZ-SALZBERGER, 2003:164-5)

Ainda que Mandeville tenha garantido uma primeira resposta a essa indagação, o tratamento mais longo do tema só viria com as teses de Smith sobre moral e economia. Articulando jurisprudência, filosofia moral e economia política, o filósofo ainda primária por promover a reconciliação entre as duas principais facções conflitantes na intelligentsia escocesa, no período.¹⁰

III - Uma breve biografia

A trajetória pessoal de Smith justifica, em vários aspectos, a apresentação de uma proposta conciliatória entre epicuristas e estoicos. “Smith's systematic achievement”, afirma Haakonsen, “can be understood as a bold undermining of an

¹⁰ Optamos por não entrar no mérito do debate sobre uma teoria social ou da política em Smith, dado o volume de trabalhos já publicados sobre o tema. Para uma leitura abrangente dos temas políticos presentes nos dois grandes trabalhos do filósofo escocês, assim como seu primeiro tratamento nas *Lectures*, o trabalho de Donald Winch (1978) revela-se indispensável. Adicionalmente, o capítulo dedicado ao tema no *Cambridge Companion to Adam Smith*, escrito por Douglas Long (2005), apresenta uma tentativa de reconstrução da trajetória de formulação das teses sobre comportamento individual, contrapondo-as à produção de Hume e aos debates entre os dois autores. Em português, o artigo de Giannetti da Fonseca (2004) desperta algum interesse, rapidamente frustrado pela coleção de lugares-comuns e truísmos empregada pelo autor (que parece ler nas teses de Hume e Smith sobre comportamento pouco mais do que um esboço do utilitarismo benthamniano, justificando, a cada parágrafo, a secular defesa do *self-interest* e da autorregulação da vida social). Lewis (2000), em *Persuasion, Domination and Exchange: Adam Smith on the Political Consequence of Markets*, dá uma ideia mais clara dos elos entre a reavaliação do sistema de virtudes elaborada por Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais* e algumas das passagens marcadamente 'individualistas' d'A *Riqueza*, demonstrando como a busca por realização comercial presente na ideia de propensão à troca teria origem no dom da fala e no desenvolvimento da língua.

ancient dispute between Stoics and Epicureans, which had been revived in early modern philosophy” (HAAKONSEN, 2006:1). A influência das duas correntes na reflexão smithiana sobre moral são evidenciadas nas posições defendidas pelo autor em suas primeiras iniciativas acadêmicas, as *Lectures on Rethoric and Belles Lettres* e *Lectures on Jurisprudence*. Anotações das aulas proferidas pelo filósofo escocês ao longo das décadas de 1750 e 1760, estes textos revelam muitos dos fundamentos históricos das investigações sistematizadas na *Teoria dos Sentimentos Morais* e n'A *Riqueza das Nações*.

A importância dos sentimentos de surpresa, espanto e admiração, de acordo com sua *History of Astronomy*, seria alimentar a curiosidade humana. Reafirmando a proposta da “Beleza dos Sistemas”, Smith explicitaria sua dívida para com Hutcheson, definido, por um de seus biógrafos, como “libertarian, rationalist, utilitarian, plain speaker and thorn in the side of authority – who seems to have infected Smith with some of the same characteristics”(BUTLER, 2007:32). O contato entre os dois pensadores se dá em Glasgow, após a saída de Smith de Kircaldy, sua cidade natal, um entreposto portuário na costa Oeste da Escócia. É na Universidade de Glasgow que Smith é apresentado a alguns dos grandes nomes dos debates filosóficos de seu tempo, e é lá que começa a construir sua reputação como pensador autônomo.

No entanto, mais do que evidenciar a proveitosa relação entre Smith e seu professor, sua *História da Astronomia* nos dá três interessantes elementos para compreensão de momentos posteriores do desenvolvimento da obra: a dívida intelectual para com os matemáticos e físicos de seu tempo (dos quais Newton é de grande importância), a crença de que o esforço intelectual é associado a alguma forma de prazer – a satisfação da descoberta, a beleza da união de uma infinidade de causas em uma mesma explicação – e, principalmente, a afirmação de um

propósito para a investigação filosófica. Para Smith, o fim último da reflexão é encontrar (e explicitar) a coerência da natureza por meio da interligação de fenômenos *aparentemente independentes* mas, em verdade, *interligados* por um vasto e complexo *sistema*.

Presente em seus primeiros trabalhos, essa norma mantém-se ao longo da vasta produção do autor, matizada pelo intercâmbio com diferentes correntes intelectuais e pela interação com a vida política de sua época. Um dos marcos curiosos de sua trajetória profissional é a transição de Glasgow (onde conclui seus estudos) para Oxford, no que termina em uma malfadada empreitada acadêmica. A atitude dos professores de Oxford impressionou negativamente Smith em medida tal que algumas das passagens d'*A Riqueza das Nações* apresentam críticas severas ao tradicionalismo do sistema¹¹. Os registros deixados pelo autor (em correspondências trocadas com a mãe e alguns dos professores da Universidade) nos legam um Smith melancólico, por vezes catatônico, e ansioso por voltar à Escócia. Convenientemente, o retorno a Glasgow vem acompanhado de uma interessante oportunidade: contratado como *lecturer* por Lord Kames, influente advogado conhecido pela família, foi convidado a conferir uma série de apresentações públicas em Edimburgo sobre literatura e filosofia do direito, onde muitas de suas ideias centrais gradativamente tomariam forma. Além da vivência, a estadia do filósofo de Kirkcaldy lhe apresentaria a oportunidade de trabalhar na companhia de David Hume, em uma fortuita parceria intelectual que duraria quase três décadas. Com a experiência adquirida pela prática das *Lectures*, inicia em 1751 sua carreira como professor em Glasgow¹², responsável

¹¹ Alguns analistas creditam a esse conflito uma das raízes das críticas aos “incentivos perversos” oferecidos pelo Estado às companhias comerciais inglesas (dada a forma de remuneração dos docentes – fundos próprios à universidade, distantes dos pagamentos efetuados pelos estudantes).

¹² A correspondência de Smith nos garante outro interessante registro das difíceis relações de Hume com os poderes estabelecidos. Em carta ao médico e administrador colonial William Cullen, ainda em 1751, Smith lamenta a aparente impossibilidade de que ele e Hume trabalhassem juntos como

pelas cadeiras de lógica, filosofia moral, literatura e retórica, cobrindo os temas anteriormente apresentados por Hutcheson. É ainda dessas aulas que surge a motivação de redação de sua primeira grande obra, a *Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada em 1759 – que, graças ao empenho de Hume, grande responsável pela difusão de seus primeiros trabalhos, lhe franquearia o reconhecimento da comunidade científica do período e de grupos eminentes de notáveis britânicos. Ao longo dos anos seguintes, Smith se dedicaria a revisar essas teses extensivamente, incorporando novos argumentos à base de sua leitura do comportamento individual. Como registro dessa revisão, um segundo conjunto de *Lectures* foi preservado, com diferenças significativas quanto às teses apresentadas de 1748 a 1751.

Graças ao impacto de seu tratado de Filosofia Moral, é contratado por Charles Townshend como tutor para seu enteado, o Duque de Buccleuch, o que lhe renderia (além das 300 libras de estipêndio anual) uma prolongada estadia na França. A dificuldade de comunicação (não era particularmente proficiente em francês) e o tédio guiaram-no a escrever um livro, “para passar o tempo” - *A Riqueza das Nações*. Com o tempo, Smith e seu pupilo tiveram a oportunidade de viver em Toulouse, assim como Genebra (onde conhece Voltaire) e Paris, na época o centro da reflexão iluminista sobre política e economia. Nos salões parisienses Smith conhece Quesnay, Turgot, Jean D'Alembert e Benjamin Franklin, que manteria em grande estima. O contato com as políticas protecionistas postas em curso no continente (e os resultados para a França, em um momento pouco glorioso de sua trajetória política e econômica, sob o reinado dos ineptos sucessores de Luís XIV), alguns dos grandes luminares do pensamento econômico e político francês e as ideias então em voga representaram

professores em Glasgow: “I should prefer David Hume to any man for a colleague; but I am afraid the public would not be of my opinion; and the interest of the society will oblige us to have some regard to the opinion of the public. If the event, however, we are afraid of should happen, we can see how the public receives it.”(SMITH, 1987:5).

importante contribuição às críticas que começavam a tomar forma, naquela que seria sua obra magna.

Retornando às ilhas em 1766, Smith encontrava-se munido de conhecimento sobre o funcionamento das diversas faces do sistema mercantilista. Por um lado, foi criado em meio à realidade das cidades portuárias britânicas, familiarizado com o incessante murmúrio e agitação dos postos mercantis escoceses. Por outro, as desastrosas medidas de proteção levadas a cabo pela administração dos Bourbon proveram farta munição para os ataques contra o sistema colonial. É importante frisar que muito da crítica fundamenta-se não na perspectiva de libertação pessoal, atribuição de autonomia política e econômica aos indivíduos cujos interesses até então haviam sido preteridos em benefício das metas de acumulação e fortalecimento do Estado apregoadas pelo discurso mercantilista, mas em argumentos de política econômica e história comparativa. Se *A Riqueza das Nações* pode ser compreendida, em conjunto, como o veículo dos ideais políticos e econômicos liberais do período, a metodologia utilizada na proposição dos argumentos de seus dois eixos mestres – a defesa das liberdades econômicas individuais e o virulento ataque ao exclusivo colonial – apresenta severas diferenças. Em seus primeiros momentos, as conclusões de Smith brotam de constatações sobre o comportamento usual dos indivíduos, sua propensão à troca e a busca interminável de satisfação pessoal, em uma vertente de empirismo tão peculiar aos pensadores britânicos. Já nas passagens dedicadas à análise dos “equivocos” de política econômica severamente criticados pelo autor, o discurso muda de forma – tomam-se por base duas camadas distintas de historicismo racionalista: uma, lidando com os casos recentes de intervenção econômica de diversas potências mercantis europeias, como França, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal ou Países Baixos; outra, em plano ideal, lidando com os grandes impérios da

antiguidade: Roma, Grécia, Pérsia, exemplos notáveis da grandeza e poder a que aspirariam as nações da época moderna¹³.

A primeira edição da *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* é publicada em Março de 1776, e a recepção nas ilhas é muito positiva. Segundo Andrews e Skinner (1982), a estrutura geral desta seria tributária de um rascunho preliminar finalizado ainda em Londres, e de onde são retiradas a grande maioria das evidências sobre a construção da obra e a ordenação dos capítulos durante a redação. Nesse sentido, os Livros I e II teriam sido os de redação mais antiga, seguidos pelo III e V, com um detalhe curioso: o Livro IV seria concluído apenas oito anos após a publicação da primeira edição, com a inclusão do Capítulo VII. As edições de 1778 (segunda edição), 1785 (quarta) e 1789 (quinta) não contariam com mudanças substanciais no texto ou nos argumentos apresentados. Resta, portanto, à terceira edição – de 1784 – o papel de primeira e única revisão publicada das teses originais da Riqueza. A justificativa para tal é simples – Smith ainda não tinha condições de elaborar uma análise objetiva das “perturbações recentes na América”, como nomeou a Independência das Treze Colônias em carta a Hume, antes de seu desfecho, com o fim da guerra, em 1783.¹⁴

¹³ As bases dessa curiosa concepção do labor histórico podem ser provavelmente ligadas ao círculo de intelectuais próximos a Smith nos estágios finais da redação de sua grande obra. Nos três anos anteriores à publicação (1773 a 1776), desfrutava, em Londres, da companhia de notáveis da ordem de Thomas Reid, Adam Ferguson, Edmund Burke e Edward Gibbon, então ocupado da escrita de sua obra prima, *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Que a colônia romana seja tomada, por Smith, como o tipo “negativo” de dominação colonial, responsável por uma série de malefícios não só ao território colonizado como à metrópole nos leva a questionar quanto a proximidade de Gibbon não teria influído na redação das passagens da Riqueza das Nações que fazem referência à antiguidade clássica – e ao ocaso do império romano.

¹⁴ É interessante notar como recepção do texto é diferente nas ilhas e no restante da Europa: no Reino Unido, os livros finais são tidos como a resposta imediata do autor aos dilemas enfrentados pelo Império, e lidos como uma notável contribuição aos debates políticos em curso. Já na França e em outras partes do continente, os dois primeiros livros são lidos com mais interesse, por representarem o que se via, no momento, como a posição de Smith quanto ao avanço da reflexão sobre economia nos termos da fisiocracia. Quando da publicação do texto, Hume escreve a Stratham: "Dr. Smith's Performance is another excellent Work that has come from your Press this Winter; but I have ventured to tell him, that it requires too much thought to be as popular as Mr. Gibbons."(HUME, 1888:p.315)

Apoikia e Colonia – posições sobre o sistema colonial britânico

Procuramos demonstrar, no capítulo anterior, como o conjunto dos trabalhos teóricos de Adam Smith – principalmente suas obras magnas, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* – encontra-se circunscrito por um amplo debate sobre a natureza humana, representando a tentativa de diálogo entre uma longa tradição de filosofia moral britânica, pautada pela constituição de um dado modelo de sujeito econômico, e os ecos da reflexão social do continente. Travando um embate clássico contra o legado do mercantilismo, claramente perceptível na Inglaterra do século XVIII, apresenta os argumentos definitivos para a inversão das políticas econômica e externa postas em curso pela coroa britânica.

No entanto, há entre a formulação original destes argumentos e sua incorporação ao léxico político liberal, em meados do século XIX, uma série de discrepâncias. Muito do trabalho teórico realizado pelo autor acerca das motivações do sistema colonial e de sua lógica fundamental de atuação é perdida em meio aos libelos pela revogação das *Corn Laws* e maior liberalização do Império. Acreditamos, neste sentido, que uma releitura de algumas das teses centrais de Smith sobre as colônias modernas, enunciadas no Capítulo VII do Livro IV é extremamente oportuna, se buscamos compreender o distanciamento entre teoria econômica liberal e sua práxis política.

A independência das colônias norte-americanas figura como um dos tópicos centrais da discussão entre os escoceses, no período. Hume, mesmo debilitado e

prestes a expirar, não se furta a discutir extensivamente o tema. Do conjunto das menções aos 'problemas na América', as missivas trocadas com William Straham¹⁵ e o Barão Mure de Caldwell dão exemplos da postura do filósofo quanto ao rumo a ser tomado pelo Império.

Ainda em Outubro de 1775, escreve a Straham:

“I must, before we part, have a little Stroke of Politics with you, notwithstanding my Resolution to the contrary. We hear that some of the Ministers have propos’d in Council, that both Fleet and Army be withdrawn from America, and these Colonists be left entirely to themselves. I wish I had been a Member of His Majesty’s Cabinet Council, that, I might have seconded this Opinion. I should have said, that this Measure only anticipates the necessary Course of Events a few Years; that a forced and every day more precarious Monopoly of about 6 or 700,000 Founds a year of Manufactures, was not worth contending for; that we should preserve the greater part of this Trade even if the Ports of America were open to all Nations; that it was very likely, in our method of proceeding, that we should be disappointed in our Scheme of conquering the Colonies and that we ought to think beforehand how we were to govern them, after they were conquer’d. [...] Let us, therefore, lay aside all Anger; shake hands, and part Friends. Or if we retain any anger, let it only be against ourselves for our past Folly; and against that wicked Madman, Pitt; who has reduced us to our present Condition.”(HUME, 1888:288-89)

O tom cauteloso que introduz a inflamada crítica de Hume às hostilidades pode ser justificado por dois fatores. Ele e Straham haviam deixado de trocar cartas após um desentendimento, reatando a amizade depois de algumas iniciativas tímidas do segundo. No entanto, mais do que isso, talvez justifique-se pelo posicionamento mantido pelo editor no fim de sua carreira política - com a substituição das simpatias Whig comuns aos escoceses ilustrados do período por uma sólida defesa do

¹⁵ Amigo próximo, membro do parlamento e livreiro responsável pela publicação não só das obras de Hume, como das de Smith e Gibbon. Ainda que Straham tenha estabelecido laços de amizade com alguns dos líderes do movimento - como Benjamin Franklin, que conhece em função de interesses editoriais comuns -, sua leitura dos acontecimentos revela uma clara antipatia pelos insurretos.

tratamento Tory à insubordinação colonial. A provocação do fim da carta anterior não é deixada sem resposta:

“But I differ from you, toto caelo, with regard to America. I am entirely for coercive methods with those obstinate madmen: And why should we despair of success? - Why should we suffer the Empire to be so dismembered, without the utmost exertions on our part? I see nothing so very formidable in this business, if we become a little more unanimous, and could stop the mouths of domestic traitors, from whence the evil originated. - Not that I wish to enslave the Colonists, or to make them one jot less happy than ourselves; but I am for keeping them subordinate to the British Legislature, and their trade in a reasonable degree subservient to the interest of the Mother Country; an advantage she well deserves, but which she must inevitably lose, if they are emancipated as you propose. I am really surprised you are of a different opinion.”(STRAHAM a HUME, 1888:288-89)

Dois elementos constituem especial interesse, nesse fragmento. Em primeiro lugar, a menção (ainda que breve - e possivelmente apressada) à associação entre dominação colonial e escravidão nos dá alguma idéia dos ecos do debate sobre soberania travado ao longo do século XVIII, mencionado no capítulo anterior. Mais importante, no entanto, é o reconhecimento de Straham da questão fundamental presente na disputa com a América - o comércio colonial e os ganhos auferidos deste, principalmente via tributação. Em alguns dias, Hume esclarece a Straham o que considera serem os verdadeiros prejuízos da perda dos territórios norte-americanos - "but the worst effect of the loss of America, will not be the Detriment of our Manufactures, which will be a mere trifle, or to our Navigation, which will not be considerable; but to the Credit and Reputation of Government, which has already but too little Authority."(HUME, 1888:308). Pouco mais tarde, ao fazer a defesa da Independência ao Barão Mure de Caldwell, evocaria mais uma vez a pouca diferença que faria a perda das colônias ao comércio inglês, recorrendo também a um breve

apelo aos sentimentos libertários do aristocrata: "I am American in my Principles, and wish we would let them alone to govern or misgovern themselves as they think proper: The Affair is of no Consequence, or of little Consequence to us."(HUME, 2011:303)¹⁶

Incapacitado de debater abertamente a questão¹⁷, o filósofo reduz-se à troca de opiniões sobre a Guerra de Independência no âmbito privado. Outros de seus contemporâneos, no entanto, não hesitaram em fazer uso da oportunidade para lançar panfletos em defesa dos americanos. Burke, defendendo ideias próximas às de Hume, escreveria ainda em Março de 1775 que o comércio com as Américas perfazia 1/3 do total mantido com o restante do globo, representando as hostilidades grande prejuízo para os cofres ingleses (BURKE, 1999:231)¹⁸. Mais do que isso, avançaria na chave dos valores políticos comuns a ingleses e americanos, buscando atrair a simpatia de seus compatriotas pela causa da Independência. Em seu *Discurso sobre a Conciliação com as Colônias*, afirma:

"In this character of the Americans, a love of freedom is the predominating feature which marks and distinguishes the whole: and as an ardent is always a jealous affection, your colonies become suspicious, restive, and untractable, whenever they see the least attempt to wrest from them by force, or shuffle

¹⁶ O tratamento dado por Hume à questão deriva, em grande medida, de seus escritos anteriores sobre o comércio britânico (e a necessidade de não intervenção política sobre a vida comercial). Uma quantidade razoável de material pode ser encontrada sobre esse tema; para uma leitura introdutória, concentrada na relação entre esse debate e o tema geral da Independência, ver LIVINGSTON, 2010 e 2009, GALLEGOS, 1998, e DANFORD, 2006.

¹⁷ Menos de um ano após a troca de idéias com Straham, Hume falece. Quem escreve ao editor sobre a morte do amigo comum é Smith, que menciona sua perseverança e espírito crítico, mesmo nos momentos finais. (HUME, 1888:xxiv-xl)

¹⁸ O risco de destruição dos recursos naturais e humanos é mencionado, também: "A further objection to force is, that you impair the object by your very endeavours to preserve it. The thing you fought for is not the thing which you recover; but depreciated, sunk, wasted, and consumed in the contest. Nothing less will content me, than whole America. I do not choose to consume its strength along with our own; because in all parts it is the British strength that I consume. I do not choose to be caught by a foreign enemy at the end of this exhausting conflict; and still less in the midst of it. I may escape; but I can make no insurance against such an event. Let me add, that I do not choose wholly to break the American spirit; because it is the spirit that has made the country."(HUME, 1888:236)

from them by chicane, what they think the only advantage worth living for. This fierce spirit of liberty is stronger in the English colonies probably than in any other people of the earth; and this from a great variety of powerful causes; which, to understand the true temper of their minds, and the direction which this spirit takes, it will not be amiss to lay open somewhat more largely.”(BURKE, 1999:236)

Logo adiante, complementa:

“How long it will continue in this state, or what may arise out of this unheard-of situation, how can the wisest of us conjecture? Our late experience has taught us that many of those fundamental principles, formerly believed infallible, are either not of the importance they were imagined to be; or that we have not at all adverted to some other far more important and far more powerful principles, which entirely overrule those we had considered as omnipotent. I am much against any further experiments, which tend to put to the proof any more of these allowed opinions, which contribute so much to the public tranquillity. In effect, we suffer as much at home by this loosening of all ties, and this concussion of all established opinions, as we do abroad. For, in order to prove that the Americans have no right to their liberties, we are every day endeavouring to subvert the maxims which preserve the whole spirit of our own. To prove that the Americans ought not to be free, we are obliged to depreciate the value of freedom itself; and we never seem to gain a paltry advantage over them in debate, without attacking some of those principles, or deriding some of those feelings, for which our ancestors have shed their blood.”(BURKE, 1999:245)¹⁹

Smith, que não tinha por hábito a publicação de panfletos políticos comum aos pensadores do período, também dedica-se extensivamente ao tema. Segundo Donald Winch (WINCH, 2008:146), um estudioso dos temas políticos no trabalho do filósofo escocês, apesar das constantes referências à Revolução Americana simplesmente como as 'perturbações recentes', há razão suficiente para crer que o tema interessava

¹⁹ Além da postura de Hume e Burke, Ferguson também emite declarações sobre a Guerra de Independência. No entanto, o conjunto de suas manifestações vão no sentido da defesa da posição britânica e da intervenção direta sobre os territórios insurrectos. Para um registro cuidadoso das declarações e do embate com Price, já assinado o armistício, ver HAMOWY, 2006

muito mais a Smith do que o aparente descaso presente na descrição deixa transparecer. Ao longo dos anos passados em Londres logo antes da publicação d'A Riqueza das Nações, o autor teria dedicado boa parte de seus esforços na discussão do tema, aprofundando seus conhecimentos sobre a Guerra de Independência. A confirmação desse interesse vem em uma carta de Hume, enviada a Smith em 8 de Fevereiro:

“The Duke of Buccleugh tells me, that you are very zealous in American Affairs. My Notion is, that the Matter is not so important as is commonly imagin'd. If I be mistaken, I shall probably correct my Error, when I see you or read you. Our Navigation and general Commerce may suffer more than our Manufactures. Should London fall as much in its Size, as I have done, it will be the better. It is nothing but a Hulk of bad and unclean Humours. Yours.”(SMITH, 1981:149)

Diferentemente de Hume, Smith via, sim, um ponto central de interesse nas recentes complicações na América. Em alguma medida, essa dedicação poderia ser explicada pelos conselhos dados a Townshend quanto à tributação das colônias na década de 1760 (que levaria o autor a ver na Revolução uma consequência de um ato falho seu, ou de sua incapacidade em antever os resultados da medida proposta), como defende Winch. Andrew Skinner (1976), por outro lado, vê na leitura de Smith da emancipação das colônias americanas uma figura histórica conveniente para ilustrar alguns dos preceitos mais amplos de sua teoria; tese esta que encontra-se de acordo com a leitura de Pocock (1996) da peculiar utilidade da história nos trabalhos do filósofo escocês.

Ambos os textos remetem, em última instância, ao artigo de Ernest H. Benians, publicado ainda na primeira metade do século passado, lidando com um suposto projeto de Império desenvolvido pelo pensador escocês. Reavaliando a

trajetória do Império Britânico nas décadas seguintes à publicação d'A *Riqueza das Nações*, Benians problematizaria a incorporação de alguns dos elementos da análise smithiana às motivações dos formuladores da política econômica/externa britânica no período, constatando grande adesão à idéia de liberalização das relações mantidas com as possessões coloniais sem o estabelecimento de vínculos políticos duradouros entre os vários “ramos” do Império, na forma do sistema de representantes coloniais preconizado por Smith.

Nas páginas seguintes, tentamos lançar luz não só sobre a peculiar leitura da crítica de Smith ao colonialismo feita por Benians como sobre alguns de seus problemas estruturais. Ainda que aprofundada, criteriosa, a análise desenvolvida pelo catedrático de Cambridge é fruto das limitações teóricas inerentes ao período em que é elaborada e ao contexto circundante a seu autor, deixando de lado alguns componentes de importância do pensamento smithiano e culminando em uma série de conjecturas que pouco contribuiriam para o desenvolvimento posterior das asserções levantadas.

I – Smith e a crítica ao colonialismo em perspectiva histórica

Partindo da simultaneidade entre a publicação d'A *Riqueza das Nações* e a Declaração da Independência norte-americana, E. H. Benians, discípulo direto de Alfred Marshall e titular da cadeira de economia política de Cambridge na década de 1920, se propõe a investigar a presença, na obra magna de Smith, de um projeto de revisão do Império Britânico. Autor de críticas paradigmáticas ao sistema colonial, o pensador escocês teria sido responsável pela formulação de propostas objetivas de reformulação do arcabouço institucional mercantilista e progressiva “liberalização”

do Império.

De acordo com o catedrático de Cambridge, a proposta smithiana poderia ser resumida na oposição em termos morais à opressão colonial, aos privilégios corporativos preservados nos braços ultramarinos do *Ancien Régime*. Nas palavras de Benians,

“In place of this fictitious empire, with its lack of cohesion, its 'impertinent badges of slavery' on the colonies and its burdensome futility for the mother country, he proposed a close and equal union of Great Britain and her colonies - a united Parliament, a common system of taxation and complete freedom of trade within the empire - equality, in fact, of status, burden and opportunity between mother country and colony. The proposal entailed a complete departure from the old colonial system in certain fundamental matters to which either British or colonial opinion was firmly wedded - the abolition of the monopoly of colonial trade, a proportionate distribution of the burden of imperial defense and a proper representation of the colonies in the Parliament”(BROADIE, 2007:11)

A partir da passagem supracitada, podemos abstrair simultaneamente as motivações para a revisão desse “Império fictício” e o que Benians compreende como a proposta normativa desenvolvida por Smith. A crítica ao sistema colonial estaria centrada em três problemas distintos - falta de coesão política, relações de desigualdade entre colônias e império e as despesas excessivas envolvidas em sua manutenção -, representativos dos dilemas políticos e econômicos enfrentados pela administração metropolitana. A trajetória dessa empreitada é brevemente delineada pelo pensador, partindo de sua origem nas iniciativas das potências ultramarinas ibéricas. Caracterizando os alicerces da empresa colonial espanhola, Smith determina o atrativo exposto por Colombo ao Conselho de Castela como justificativa para suas atividades no Novo Mundo: a aquisição de *bullion*, riqueza mineral manifesta em ouro e prata, em sua fonte direta. Nas palavras do autor, “a project of conquest gave

occasion to all the establishments of the Spaniards in those newly discovered countries. The motive which excited them to this conquest was a project of gold and silver mines; and a course of accidents, which no human wisdom could foresee, rendered this project much more successful than the undertakers had any reasonable grounds for expecting.” (SMITH, 1981:564)

Partindo dos problemas envolvidos na constituição das primeiras colônias em solo americano, Smith analisa os caminhos que conduziram à situação diversa dos territórios ocupados pelas levas colonizatórias seguintes. As terras abundantes das colônias norte-americanas assim como a pouca interferência do Estado em seus regimentos internos são vistas como elementos responsáveis pela sua ventura, independente (e contrária, em certa medida) ao projeto dos Estados modernos para o novo mundo:

“In the plenty of good land, the European colonies established in America and the West Indies resemble, and even greatly surpass, those of ancient Greece.⁸ In their dependency upon the mother state, they resemble those of ancient Rome; but their great distance from Europe has in all of them alleviated more or less the effects of this dependency. Their situation has placed them less in the view and less in the power of their mother country. In pursuing their interest their own way, their conduct has, upon many occasions, been over-looked, either because not known or not understood in Europe; and upon some occasions it has been fairly suffered and submitted to, because their distance rendered it difficult to restrain it. [...] The progress of all the European colonies in wealth, population, and improvement, has accordingly been very great.” (SMITH, 1981:567)²⁰

²⁰ Um ponto que consideramos de suma importância para a compreensão dos argumentos smithianos sobre o sistema colonial – a analogia entre colonialismo moderno e clássico, assim como a distinção entre colônias romanas e gregas, na antiguidade – faz-se presente nessa passagem. Pretendemos retomá-lo posteriormente, desenvolvendo as implicações dessa distinção dentro das teses de Smith e Benians.

Por mais criticável que seja a crença exposta por Smith no “progresso e desenvolvimento” das colônias americanas, este não é ponto central da menção feita acima à posição do autor sobre o sistema colonial. Com a passagem supracitada, evidencia-se a continuidade dada à *proposta* de intervenção das potências mercantis européias nos territórios coloniais, e como a *inviabilidade* de manutenção desta permitia aos colonos perseguir seus próprios interesses. Se esses territórios prosperam, é *apesar* e não *em função* dos esforços empreendidos pelas potências mercantilistas em fortalecer o domínio sobre suas colônias. E é sobre os encargos advindos das sucessivas tentativas de interferência das potências continentais que situam-se as críticas mais severas de Smith aos monopólios comerciais dos quais os territórios americanos eram vítimas. Discutindo as possibilidades de tributação dos territórios ocupados, demonstraria, a partir das despesas envolvidas no negócio colonial, que parcela significativa destas era destinada essencialmente à defesa dos territórios conquistados no ultramar e à preservação do status político dos mesmos – enquanto um montante relativamente reduzido tinha por fim a constituição de uma estrutura voltada à administração dos negócios locais. Segundo Smith,

“The English colonists have never yet contributed any thing towards the defence of the mother country, or towards the support of its civil government. They themselves, on the contrary, have hitherto been defended almost entirely at the expence of the mother country. But the expence of fleets and armies is out of all proportion greater than the necessary expence of civil government. The expence of their own civil government has always been very moderate. [...] The most important part of the expence of government, indeed, that of defence and protection, has constantly fallen upon the mother country.” (SMITH, 1981:573-574)

Com os gastos envolvidos na manutenção da ostensiva Marinha de Guerra inglesa, as colônias apresentam-se, para Smith, num sistema não só ineficiente como

oposto à lógica mercantil que motivava as ações governamentais movidas nesse sentido. Prova-se, sem que seja necessário discutir a validade da meta de acumulação de riqueza metálica, que o sistema colonial se apresenta mais como fonte de despesa e instabilidade política do que de divisas para o Estado Absolutista. Benians desenvolve estas críticas em sua análise, concentrando-se na perspectiva da autonomia das partes frente à incapacidade da administração colonial britânica em manter a coesão do todo e de sua fragilidade, no grande jogo da política internacional: “There was no effective collaboration of its different parts for purposes of defence. Local liberty had far outrun imperial organization. There was no adequate central control. An antiquated and ill-adapted machinery, a confusion of authorities, a number of rights exercised and resented, with the vague and disputed power of Parliament in the background - such were the means of colonial government.”(Benians, 1925:254)

Dadas as razões para a crise do sistema, Benians torna claros aqueles que considera os encaminhamentos sugeridos por Smith para a sua reformulação; estes passariam, necessariamente, pela abolição dos monopólios constituintes do exclusivo colonial e pela incorporação da colônia pela mãe-pátria através da abertura de canais de representação no parlamento (Benians, 1925:270). A relação das duas propostas com o restante da obra é evidente. Os monopólios coloniais são compreendidos, economicamente, como uma das causas centrais da ineficiência estrutural das relações mantidas pelo Império Britânico com suas possessões no âmbito do sistema colonial, incapazes de compensar as expensas necessárias à defesa dos territórios dominados ou contribuir com o enriquecimento da nação. Nada poderia ser mais razoável, nessa lógica, do que propor sua abolição. No entanto, a segunda medida merece especial atenção - é nela que reside a inovação da leitura empreendida em *Adam Smith's Project of an Empire* e que representaria, para seu autor, a principal singularidade

teórica da revisão empreendida ao longo do Livro IV. Em que medida podemos pensar a continuidade do elo entre metrópole e colônia subtraído seu determinante central, o exclusivo comercial? E como garantir aos colonos representação política poderia conter a crise iminente?

Para Benians, a proposta smithiana poderia ser compreendida como uma forma pioneira de repensar as receitas do Império. Se as colônias americanas apresentavam potencial para desenvolvimento econômico, melhor do que concentrar-se nos ganhos das tradicionais companhias comerciais seria investir na criação de um arcabouço institucional que favorecesse a tributação direta da produção realizada nas colônias. E a primeira etapa, nesta trajetória, envolveria a concessão de assentos no Parlamento a representantes dos colonos – idéia defendida não só por Smith como por outros pensadores de seu tempo, como Benjamin Franklin, Thomas Pownall e James Otis. Para que os colonos aceitassem as pesadas tarifas a que estariam sujeitos, era necessário que passassem a fazer parte do Império não mais como as populações dominadas de uma terra distante, fruto da conquista territorial e sujeita à expropriação política/econômica em seus termos mais bárbaros. Era preciso que estes fossem compreendidos como cidadãos plenos, compartilhando dos direitos – e deveres – de seus “compatriotas” das Ilhas Britânicas. A abolição dos monopólios pode ser reinterpretada, assim, não como a eliminação de uma das razões da ineficiência econômica do Império – mas como uma das etapas da solução supostamente proposta por Smith para os dilemas enfrentados pelo Antigo Sistema Colonial em sua fase final, pautada na igualdade política entre colônia e metrópole.

Nas páginas finais do capítulo do Livro IV dedicado às questões presentes na relação entre colônias e metrópole, Smith apresenta suas idéias quanto à representação das colônias no parlamento em termos claros:

“The parliament of Great Britain insists upon taxing the colonies; and they refuse to be taxed by a parliament in which they are not represented. If to each colony, which should detach itself from the general confederacy, Great Britain should allow such a number of representatives as suited the proportion of what it contributed to the publick revenue of the empire, in consequence of its being subjected to the same taxes, and in compensation admitted to the same freedom of trade with its fellow-subjects at home; [...] Unless this or some other method is fallen upon, and there seems to be none more obvious than this, of preserving the importance and of gratifying the ambition of the leading men of America, it is not very probable that they will ever voluntarily submit to us; and we ought to consider that the blood which must be shed in forcing them to do so, is, every drop of it, the blood either of those who are, or of those whom we wish to have for our fellow-citizens.”(Smith, 1983:622-623)

O impacto desta proposta na reflexão inglesa sobre política imperial é acompanhado cuidadosamente por Benians, com a conclusão (não sem um certo pesar) de que das duas proposições mais marcantes de Smith sobre a relação entre o Império Britânico e suas colônias, apenas o prognóstico de abandono dos monopólios comerciais coloniais tenha sido seguido em acordo com sua proposição original. Muitas são as razões elencadas pelo autor, em *Adam Smith's Project of an Empire*, para a não realização dessa fraternidade de nações nos termos em que teria sido supostamente idealizada por Smith, com representação igualitária dos colonos no parlamento britânico. A justificativa central, no entanto, remete mais uma vez à discussão sobre os colonialismo em termos morais. Benians vê nos interesses estabelecidos e no apego das populações nas duas margens do atlântico a suas instituições políticas próprias o principal entrave à integração entre a Grã-Bretanha e suas colônias americanas:

“The adaptation and attachment of people on both sides of the Atlantic to the political life and institutions they had shaped for themselves could not be lightly dismissed as

prejudice. Reason and logic and the necessity of the hour might be on the side of a bold reconstruction of the empire, but history could furnish no appropriate parallel or encouraging precedent, and the stream of English tradition had run for long in another channel.”(Benians, 1925:264)

Benians veria na proposta de Smith para as colônias inglesas um modelo politicamente progressista de representação e integração internacional – afirmando-o, em alguns momentos, como uma proposta “muito à frente de seu tempo”. Quando este programa aproxima-se de sua realização, nas décadas de 1850, 1860, já é sob outra forma. Neste momento, “o Império havia se transformado em uma liga de nações, compreendendo vastas dependências em estágios variados de desenvolvimento político, e sua unidade somente poderia ser concebida em outros termos e mantida de maneira apropriada a sua nova forma e espírito.”(Benians, 1925:270) A proposta de integração política por meio de uma estrutura representativa central já não estava mais no horizonte dos parlamentares britânicos, e a alternativa ao “velho Império” não poderia ir muito além de um todo caótico de possessões políticas distintas, com pouco em comum além da demarcação pelas “linhas vermelhas” nos mapas tradicionais.

Concentrando-se sobre a pouco discutida apresentação de um sistema alternativo ao colonialismo moderno por Smith, a interpretação de Benians possui o mérito de trilhar uma trajetória pouco usual na interpretação de um dos pilares teóricos da Economia Política Clássica. Sua análise, dotada de elevado grau de originalidade, distancia-se das interpretações convencionais do pensador escocês e de seu apego aos Livros I e II de sua grande obra, cerne de sua teoria do valor e berço de grande medida das “frases feitas” e citações recorrentes representativas do mito

construído ao redor da figura histórica do autor.²¹

No entanto, acreditamos que a perspectiva analítica defendida por Ernest Benians apresenta algumas deficiências. Ao concentrar-se sobre os argumentos apresentados nas últimas páginas do Capítulo VII, o autor perde o panorama mais amplo da crítica proposta por Smith ao colonialismo moderno – e deixa de lado a forma específica de sua apresentação, dotada de peculiaridades próprias. Acreditamos que a estrutura do capítulo em questão já daria preciosas indicações do significado pretendido por Smith às suas proposições (e ao projeto de revisão do Império), indo além da proposta de representação formal delineada por Benians. Adicionalmente, o economista de Cambridge perde de vista alguns dos objetivos específicos deste projeto, ao ater-se essencialmente à dimensão *moral* dos argumentos smithianos – desenvolvidos, também, em termos *políticos, econômicos e estratégicos*.

II – *Apoikía* e *Colonia*: o papel do Colonialismo Antigo na redação do Livro IV

Como ressaltamos no início do texto, é possível perceber certo contraste metodológico entre os primeiros livros d'A *Riqueza das Nações* e os enunciados desenvolvidos por seu autor sobre o sistema colonial. Se nas elucubrações acerca da Divisão Social do Trabalho, do papel das liberdades individuais para a riqueza de uma nação e das linhas gerais de sua teoria do valor Smith concentra-se nos condicionantes

²¹ Warren S. Gramm desenvolve a problemática da concentração das leituras de Smith nas teses centrais de seus primeiros livros, discorrendo sobre suas razões e desdobramentos em *The Selective Interpretation of Adam Smith*. Como coloca ao enunciar a proposta geral de seu artigo: “Of the 1.438 pages written by Adam Smith in his two major published works, only a few lines from several pages of the *Wealth of Nations* are regularly mentioned in orthodox economics texts. These are the statements on division of labor, paradox of value, the invisible hand, and the functions of government. On these grounds, he is known primarily for rationalizing individual self-interest as the necessary, strategic medium for promoting economic welfare. Yet it may be argued that a correct understanding of Smith's perspective leads to the opposite conclusion. That is, when his life's work is considered as a unit, his political-economic perspective is seen to be social, not primarily individualistic, and his major contributions to economic analysis involve elucidation of economic growth.”(p.120)

morais da propensão dos indivíduos ao trabalho e à troca – a busca por ganho e satisfação individual como força motriz do comportamento econômico – nos Livros III e IV a problemática central parece dar-se em termos *históricos* e *políticos*. A transição da análise da atuação de *indivíduos* para *nações* pressupõe mais do que uma mudança de escopo – transforma-se a estrutura do texto, sua apresentação e, principalmente, a posição das muitas variáveis analíticas presentes no sistema teórico smithiano. Há um certo consenso, entre os analistas, em creditar essa alteração à passagem do autor pela França e ao círculo de intelectuais que acompanha a redação/revisão dos últimos capítulos de sua grande obra. Salim Rashid localiza no período entre 1774 e a efetiva publicação da obra a revisão do livro sobre as colônias e das teses relacionadas à oferta de representação no parlamento aos colonos. Ao longo deste período, o pensador escocês teria aprofundado o contato com os escritos do Reverendo Josiah Tucker, lidando também com a questão da então “compreensível” separação entre América e Grã-Bretanha. Nas palavras do autor,

“If we remember that Smith left for London in 1774 planning to get the Wealth of Nations published but revised it over three years paying special attention to the colonial question (according to his biographer), there seems good circumstantial evidence to suggest that Tucker influenced Smith. The greater political prescience of Tucker is clearly seen by the fact that in the first edition of the Wealth of Nations, Smith refers to the colonial conflicts as the "late disturbances" in the colonies. Smith clearly expected the disturbances to be over by the time his book was published in the spring of 1776.”(Rashid, 1981:456-457)²²

Dalphy Fagerstrom, por sua vez, contextualiza o interesse nos dilemas

²² É importante salientar que os dois autores geralmente encontravam-se em extremos opostos nos debates sobre Economia Política, em sua época. Burke e Pitt, próximos ao autor d'A *Riqueza das Nações* e, em alguma medida, herdeiros diretos de seu legado teórico, eram vítimas constantes da “lógica impiedosa” do Reverendo Tucker.

pertinentes ao binômio político colônia-Império (e as posições tomadas no debate sobre os rumos do mesmo) como consequência de algumas passagens peculiares da biografia de Smith - sua associação aos mercadores de Glasgow durante sua estadia na cidade, de 1751 a 1764, as questões postas à Escócia enquanto parte integrante da União e a relação com Benjamin Franklin desempenhariam papel fundamental na inflexão dos argumentos smithianos. Em todo caso, é claramente perceptível a adoção, ao longo de todo Livro IV mas principalmente em seu Capítulo VII, de um curioso recurso metodológico: o contraste do colonialismo clássico, greco-romano, aos descaminhos das potências coloniais modernas.

A demonstração mais expressiva dos usos da peculiar visão de história adotada por Smith encontra-se, não por acaso, nos fragmentos em que Benians concentra sua análise. Subdividido em três partes - “Os motivos da fundação de novas colônias”, “Causas da prosperidade das novas colônias” e “As vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e da descoberta de uma passagem para as Índias Orientais através do cabo da Boa Esperança” -, o Capítulo VII é iniciado justamente com uma digressão acerca da natureza das colônias gregas e romanas, na antiguidade clássica. Segundo o economista, as manifestações do colonialismo nestes dois impérios eram profundamente distintas. Quanto aos gregos, afirmaria que:

“The mother city, though she considered the colony as a child, at all times entitled to great favour and assistance, and owing in return much gratitude and respect, yet considered it as an emancipated child, over whom she pretended to claim no direct authority or jurisdiction. The colony settled its own form of government, enacted its own laws, elected its own magistrates, and made peace or war with its neighbours as an independent state, which had no occasion to wait for the approbation or consent of the mother city. Nothing can be more plain and distinct than the interest which directed every such establishment.”(SMITH, 1981:556)

Quanto aos romanos, via nas origens da República as razões para a constituição de um sistema colonial muito distinto do aplicado pelas cidades livres gregas. Sendo que “como a maioria das demais repúblicas antigas, foi fundada sobre uma lei agrária, a qual dividia o território público, segundo certa proporção, entre os diversos cidadãos que compunham o Estado”, incorria na necessidade de aquisição constante de novos territórios para manter os estratos possuidores de terras da população em condições favoráveis, dada a gradual fragmentação das posses privadas por casamento, herança e sucessão. Dando continuidade a esta lógica de demanda por propriedade fundiária e conquistas militares, o Império Romano pautou-se por uma prática de colonialismo diretamente intervencionista, derivada de um modelo de centralização do poder político e econômico entre colônias submissas, subalternas, e a “grande loba”, núcleo da vida pública imperial. Quanto ao estabelecimento de populações romanas em novos territórios seguindo este modelo, Smith alegaria que

“[Rome] assigned them lands generally in the conquered provinces of Italy, where, being within the dominions of the republick, they could never form any independent state; but were at best but a sort of corporation, which, though it had the power of enacting bye-laws for its own government, was at all times subject to the correction, jurisdiction, and legislative authority of the mother city. The sending out a colony of this kind, not only gave some satisfaction to the people, but often established a sort of garrison too in a newly conquered province, of which the obedience might otherwise have been doubtful. A Roman colony, therefore, whether we consider the nature of the establishment itself, or the motives for making it, was altogether different from a Greek one.”(SMITH, 1981:557-558)

Tamanha é, para o autor, a diferença entre os dois “tipos ideais” de colonialismo antigo que este dedica-se ao resgate da distinção entre a etimologia dos termos utilizados em sua denominação, no passado em que ainda vigoravam: *Apoikía*

(αποικία) significa uma “separação de moradia, uma partida de casa, uma saída de casa”; enquanto a *Colonia* romana “representa simplesmente uma colonização”(Smith, 1983:50). A distinção, por elementar que possa parecer, é evocada (ainda que sutilmente) nas várias páginas dedicadas ao trato com os malefícios da exclusividade comercial e a constituição de Colônias pelas nações modernas, provendo o plano *ideal* para a análise da *realidade* política e econômica da Europa mercantilista.

Ainda em seu Livro IV, Smith trabalha algumas das peculiaridades das colônias do Norte que confeririam a estas o status de colônia “positiva”, próxima do ideal abstraído do colonialismo grego. Entre estas, digna de destaque é a “ausência” de uma relação de exclusividade comercial entre os territórios dominados e uma companhia mercantil específica, tida como profundamente danosa às possessões de outros impérios. “Under so liberal a policy the colonies are enabled both to sell their own produce and to buy the goods of Europe at a reasonable price”(Smith, 1981:576), afirma Smith, complementando que “this has always been the policy of England”. A diferenciação nos argumentos (que nos é especialmente cara) vem em uma das passagens seguintes, lidando com os gêneros e capacidades advindos do comércio americano, uma vez que as principais mercadorias comercializadas por esses territórios seriam “cereais de todos os tipos, *madeiras de construção*, mantimentos salgados, peixe, açúcar e rum”, todos eles de alta necessidade para o fomento e manutenção das atividades navais britânicas. As atividades pesqueiras empreendidas pelos colonos, por exemplo, são extremamente bem vistas pelo autor:

“To increase the shipping and naval power of Great Britain, by the extension of the fisheries of our colonies, is an object which the legislature seems to have had almost constantly in view. Those fisheries, upon this account, have had all the encouragement which freedom can give them, and they

have flourished accordingly. The New England fishery in particular was, before the late disturbances, one of the most important, perhaps, in the world. The whale-fishery which, notwithstanding an extravagant bounty, is in Great Britain carried on to so little purpose, that in the opinion of many people (which I do not, however, pretend to warrant) the whole produce does not much exceed the value of the bounties which are annually paid for it, is in New England carried on without any bounty to a very great extent. Fish is one of the principal articles with which the North Americans trade to Spain, Portugal, and the Mediterranean.” (SMITH, 1981:577-578)

A passagem acima nos confere um exemplo claro daquilo que buscamos com uma revisão da posição adotada por Smith sobre o sistema colonial. Ao se referir ao desenvolvimento da pesca nas colônias americanas, enuncia um importante princípio de seu sistema de livre comércio, muitas vezes ignorado pelos intérpretes centrados na atuação (e constituição) de agentes racionais, econômicos, ou no debate sobre abertura comercial: o papel *estratégico* da adoção de políticas liberais n'*A Riqueza das Nações*. A liberdade dada aos colonos para que empreendessem a atividade para a qual seu território apresentava capacidades naturais não é meritória somente pela defesa da liberdade individual enquanto ideal, mas também pelo desenvolvimento profissional de mão de obra versada na condução, manejo e manutenção dos pesqueiros, uma camada de cidadãos que poderia ser prontamente incluída às forças navais britânicas, em momento de necessidade. Situação semelhante é observada no tocante ao comércio de madeira entre o novo mundo e as Ilhas Britânicas, ainda que nesse caso o interesse em comercializar tal gênero se deva principalmente a um subsídio mantido pela coroa. A dependência britânica de matérias primas para indústria naval é notória, e sempre representou uma das razões estratégicas presentes na ocupação dos territórios americanos. Curiosamente, Smith vê nesse caso de intervenção resultados muito positivos para o desenvolvimento das colônias enquanto economias autônomas: “a tendência de algumas dessas medidas no sentido de

aumentar o valor da madeira na América e, com isso, facilitar o desbravamento da terra, talvez não tenha sido tencionada nem entendida pelos legisladores. Embora, portanto, os efeitos benéficos dessas medidas tenham sido, sob esse aspecto, casuais, nem por isso foram menos reais”(Smith, 1983:67).

Nesse sentido, a *apoikía* grega é mais uma vez superior à *colonia* romana, se nos valemos da oposição proposta por Smith no início do capítulo. Por promover a autonomia das populações locais, garantiria o envolvimento destas em atividades que terminariam por conferir à metrópole os recursos necessários à manutenção do poderio britânico no cenário internacional – i.e., tripulação e matérias primas para a construção naval – por meio da flexibilização dos monopólios e regulações adotados pela pátria-mãe. A *colonia* latina, por outro lado, representaria uma estrutura aviltante de gastos exorbitantes sem retorno que os compensasse, uma vez que as vantagens estratégicas da possessão colonial seriam gastas na manutenção da mesma, sem benefícios para os territórios recentemente ocupados ou Grã-Bretanha, agindo em proveito somente de camadas internas aos dois extremos do eixo colonial (as elites das duas localidades, beneficiadas pelos privilégios governamentais). Nesse sentido, mais do que um libelo contra o colonialismo, o ataque promovido por Smith ao sistema de monopólios apresenta-se como a crítica de *um* colonialismo específico, havendo alternativas dentro ao sistema mercantil para sua redenção, por meio da liberação (não desinteressada) dos territórios conquistados. A razão maior do atraso dos territórios coloniais, nesse contexto, seria não a sujeição a um governo externo aos seus limites, mas a série de ordenações *econômicas* postas em curso para favorecer setores específicos do comércio intercontinental, visando à ampliação do mercado para a produção empreendida por estes. Retornando ao texto de Smith, “uma vez fundadas essas colônias, e depois de se terem tornado tão consideráveis a ponto

de atrair a atenção da mãe-pátria, as primeiras medidas legais que esta adotou em relação a elas tinham sempre em vista assegurar para ela própria o monopólio do comércio colonial; seu objetivo consistia em *limitar o mercado das colônias e ampliar o dela*, às expensas das colônias e, portanto, mais em refrear e desestimular a prosperidade delas, do que em apressá-la e promovê-la. Nas diferentes maneiras de exercer esse monopólio é que reside uma das diferenças mais essenciais da política de diversas nações européias em relação a suas colônias. A melhor de todas elas, a da Inglaterra, é apenas um pouco mais liberal e menos opressiva que a de qualquer uma das demais nações.”(Smith, 1983:74)

Mais do que condicionantes morais, psicológicos, Smith concentra-se nos desdobramentos políticos e econômicos da dominação colonial como justificativa para seu abandono – e é a partir da ênfase dada a esses condicionantes que justifica-se a contraposição ao caso clássico. Compreendendo sua defesa do liberalismo como análoga à autonomia desfrutada pela *apoikía* grega frente à cidade mãe, procede demonstrando como a liberdade das “pequenas nações” da Grécia Antiga seria meritória não apenas moralmente, mas também (e principalmente) em termos pragmáticos. A defesa do Livre Comércio desenvolve-se, aqui, para além do *laissez-faire* centrado em si mesmo, categoricamente positivo – o abandono dos arcaicos enunciados de política econômica mercantilista poderia ser compreendido como a opção por um sistema mais adequado à consolidação da primazia internacional britânica.

A parte do capítulo em questão dedicada às vantagens auferidas pela Europa no comércio colonial é emblemática, nesse sentido. Smith considera, inicialmente, que a colonização empreendida pelas potências européias teria proporcionado um aumento das satisfações gerais dos seus habitantes, dada a enorme variedade de

mercadorias inseridas em suas pautas de consumo, acrescentando a esse fator um incremento significativo da atividade econômica, dada a intensidade do tráfico comercial entre os territórios recém-ocupados e os centros produtivos-comerciais do velho continente. Contudo, consideraria que a exclusividade de comércio mantida pelos colonizadores acabaria por diminuir – ou “manter abaixo do que de uma outra forma atingiriam” - a satisfação e a atividade do conjunto, mas especialmente das colônias – não sem ganhos específicos para os grandes colonialistas. Curiosamente, a primeira destas (na listagem de Smith) é o reforço *militar e financeiro* proporcionado pelas colônias – francamente questionável, segundo o autor. Retomando a oposição entre os modelos de colônia adotados por gregos e romanos, afirma que “as colônias romanas ocasionalmente proporcionavam as duas vantagens”, enquanto “as colônias gregas, por vezes, contribuía com uma força militar, mas raramente com alguma renda”, para em seguida reforçar os paralelos estabelecidos entre o ideal de *colonia* romana e as colônias européias modernas, que “até agora nunca forneceram nenhuma força militar para a defesa da mãe pátria”, uma vez que “sua força militar até hoje nunca foi suficiente sequer para sua própria defesa”. Ademais, a defesa destes mesmos territórios representaria ocupação permanente das forças militares de cada nação envolvida, razão pela qual constituiriam mais um ônus do que benefício à pátria-mãe.(Smith, 1983:77)

Já a questão da exclusividade de comércio enquanto vantagem específica representa um dos cerne do argumento smithiano sobre abolição dos monopólios comerciais. Por representarem uma desvantagem para os demais países, seriam por analogia um peso para a nação por ela responsável – dado o impacto das perdas dos outros Estados no sistema europeu sobre a economia britânica e o massivo desvio de capital para a empreitada colonial, que terminaria por colocar o país em sérias

desvantagens em negócios dos quais não detém o monopólio. A concentração de parcela significativa do comércio empreendido pelos homens de negócios ingleses em um único canal, os custos da garantia das rotas de navegação da marinha mercante, a distância e inconstância dos fluxos entre os continentes representariam os principais elementos na consolidação da crítica smithiana ao monopólio colonial. Smith, no entanto, ocupa-se de distinguir o que considera essencialmente danoso na relação estabelecida entre a Grã-Bretanha e suas colônias daquilo que considera positivo, dentro do sistema: “É preciso fazer estrita distinção entre os efeitos do comércio colonial e os do monopólio desse comércio. Os primeiros são sempre e necessariamente benéficos, os segundos, sempre e necessariamente danosos. Os primeiros são tão benéficos que o comércio colonial, apesar de sujeito a monopólio, e não obstante os efeitos prejudiciais desse monopólio, continua em seu conjunto benéfico, e até muito benéfico, embora bastante menos do que o seria se não houvesse monopólio.”(Smith, 1983:88) Se as colônias americanas fossem regidas não pelo modelo “romano”, mas pelo “grego”, parte significativa dessas desvantagens seria eliminada, com a manutenção dos aspectos positivos do comércio colonial e de alguns outros resultantes da “amizade” de uma nova nação.

Acreditamos que muito da argumentação desenvolvida por Smith ao longo não só desse capítulo mas como do Livro IV como um todo se encaminha nesse sentido. As menções constantes ao trato com as colônias conforme empreendido pelos impérios da antiguidade não são lançadas, aparentemente, tão somente para conferir um tom clássico ao texto, nem por requintes de estilística, servindo a um propósito maior: localizar as falhas capitais do sistema colonial, marcadamente aquelas resultantes na defesa de uma dada postura por parte da metrópole. As páginas seguintes, carregadas com uma profusa listagem dos malefícios advindos do

exclusivo, reforçam nossos argumentos. No entanto, insistir na menção enciclopédica dos prejuízos resultantes da insistência nesse curso de ação pouco acrescentaria à nossa argumentação. A resposta derradeira de Smith às ineficiências inerentes ao sistema colonial viria logo na página seguinte, com a proposição de formas alternativas de manutenção dos laços econômicos com as colônias por meio de outras vias de subordinação política/econômica. “Propor que a Grã-Bretanha voluntariamente abandone toda a sua autoridade sobre as colônias e deixe que elas elejam seus próprios magistrados, decretem suas próprias leis e mantenham paz ou façam guerra conforme lhes pareça mais apropriado, significaria propor uma medida que nunca foi nem nunca será adotada por qualquer nação do mundo”(Smith, 1983:94), afirma Smith. De fato, os interesses em jogo tornariam a formulação aberta de uma proposta como essa, no período em que *A Riqueza das Nações* é publicada, completamente inviável. As razões para a defesa da empreitada colonial seriam muitas, nesse caso: prestígio, riquezas e, principalmente, o “orgulho” da nação – nada disposta a ceder os frutos de suas conquistas militares. No entanto, ainda segundo o autor

“Se, no entanto, isso acontecesse, a Grã-Bretanha não somente estaria imediatamente livre de toda a despesa anual necessária para manter a administração das colônias em tempo de paz, como ainda poderia celebrar com elas um tratado comercial suscetível de lhe garantir eficazmente um comércio livre, mais vantajoso para o grande conjunto da população – embora menos vantajoso para os comerciantes – do que o monopólio de que desfruta atualmente. Separando-se, assim, como bons amigos, reavivar-se-ia rapidamente o afeto natural das colônias para com a mãe-pátria que, talvez, nossas recentes dissensões quase chegaram a extinguir. Esse gesto poderia não somente dispô-las a respeitar durante séculos o tratado de comércio que tivessem concluído conosco no ato de separação, mas também a favorecer-nos, tanto na guerra como no comércio e, ao invés de se tornarem súditos turbulentos e facciosos, se transformassem em nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e generosos; e entre a Grã-Bretanha e suas colônias

poderia reviver o mesmo tipo de afeição paternal de um lado, e o mesmo respeito filial de outro, os quais costumavam subsistir entre as colônias da Grécia Antiga e a cidade-mãe da qual descendiam.”(Smith, 1983:94)

Explicita-se assim a relação entre autonomia colonial e o apoio político das colônias-libertas. Podemos perceber claramente a constituição de certo grau influência informal por parte da mãe-pátria sobre sua colônia recém-liberta, graças aos laços de fraternidade entre os dois territórios. Em outro plano, percebemos também a natureza do suposto “Projeto de Império” defendido n'A *Riqueza das Nações* – não na forma de uma proposta normativa de reinvenção das relações colônia-metrópole, como defende Ernest Benians em sua leitura, mas uma solução de compromisso. *Dada* a inviabilidade da proposta de eliminação dos privilégios coloniais (e do reconhecimento das colônias como nações, em termos iguais), e *somente* nessas circunstâncias, que estas desfrutem, ao menos, de representantes políticos eleitos localmente.

À luz da releitura dos argumentos de Benians e de alguns pontos negligenciados do Capítulo VII tornam-se mais claros os termos em que discordamos deste autor. Em primeiro lugar, por ter deixado de lado a terminologia empregada na *apresentação* da crítica ao colonialismo moderno, Benians perde de vista o caráter conciliatório da proposta de representação no âmbito do Livro IV - fruto da virtual impossibilidade da proposição de abolição dos laços coloniais no período em que Smith escreve. Mais do que um pensador “à frente de seu tempo”, podemos dizer que este “imagina o imaginável” - sua reflexão sobre as colônias pertence ao contexto específico em que escreve, e o que se propõe a fazer é tratar dos problemas específicos a esse cenário. Mais do que a proposição de “princípios de governo imperial tidos como aplicáveis em toda e qualquer circunstância”(Benians, 1925:268),

temos aqui a resposta pragmática a uma demanda objetiva posta aos pensadores políticos, econômicos e morais da Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII.

Pensar o contexto histórico em que *A Riqueza das Nações* é publicada nos daria outra medida das proposições levantadas por seu autor. Escrevendo no momento de crise do Antigo Sistema Colonial, a obra pode ser encarada como uma análise carregada do espírito de seu tempo - e da transição entre o decadente binômio Antigo Regime e Colonialismo Moderno para a ordem liberal em consolidação. É interessante pensar como, nesse contexto, a concentração de Smith sobre as questões políticas e econômicas envolvidas na preservação do controle exercido sobre as colônias (a inviabilidade de seu projeto de acúmulo de riqueza metálica, as complicações estratégicas inerentes ao plano de dominação territorial posto em curso pelas colônias européias, a instabilidade política inerente ao sistema, entre outras) pode ser lida como um dos atestados da derrocada do Mercantilismo enquanto perspectiva teórica e de seu sustentáculo material enquanto sistema.

Avançando na “nova ordem” que se forma nos séculos seguintes, a dicotomia *apoikía-colonia* tem algo mais a nos dizer. Se tomamos a proposta de representação colonial no parlamento como uma solução de compromisso, resultado das limitações do contexto em que escrevia, qual poderia ter sido o “projeto” de Smith para o Império Britânico? Aqui nos valemos das considerações de Quentin Skinner em seu *Visions of Politics* – mais do que tentar investigar as conotações implícitas do ataque promovido pelo pensador escocês ao sistema de exclusivos metropolitanos e como este poderia ser transposto para os dilemas enfrentados pelo Império ao longo do século XIX, é imperativo que nos atenhamos às propostas explícitas autor. A associação das colônias modernas à *colonia* romana nos confere indicativos da falibilidade estrutural dos dois projetos, e da conveniência da adoção do projeto grego

– compreendido não pela representação política dos colonos dentro do corpo político do Império, mas pelo seu reconhecimento em termos igualitários e liberdade política no cenário internacional. Somente por meio do rompimento dos elos de opressão política e econômica estabelecidos pela metrópole poderiam os dilemas presentes na conservação do Império encontrar sua superação. Com o fim do domínio militar sobre os territórios do além mar, ganha-se em eficiência, por meio do direcionamento dos capitais ingleses ao mercado interno, onde estes seriam melhor utilizados, e em poder militar – pela potencial aliança entre mãe-pátria e ex-colônias, unidas pelos laços de fraternidade resultantes de uma separação pacífica.

Se os escritos de Smith legam ao século seguinte algo como um “Projeto de Império”, é importante compreender que este não se manifesta em termos objetivos. Mais do que os parágrafos em que a idéia de representação colonial é desenvolvida, o principal legado teórico deixado pelo pensador escocês para os proponentes de política externa britânica seria a compreensão de uma dimensão *estratégica*²³ do livre comércio, e de como a adoção e promoção deste poderia beneficiar a Grã-Bretanha no cenário internacional²⁴.

²³ A concepção do Mercantilismo enquanto “Sistema de Poder”, encontrada na seminal análise de Eli Heckscher, nos leva a pensar sobre como a ordem liberal preencheria os espaços deixados pelas grandes máquinas estatais Absolutistas. Como afirma ainda Gustav Schmoller, “in its innermost kernel, it is nothing but state making” (Schmoller, 1989:50). Ainda que o liberalismo econômico smithiano não tenha como objetivo direto o fortalecimento militar (e ler n’A *Riqueza das Nações* qualquer incentivo ao fortalecimento do Estado exigiria uma boa dose de criatividade), este desponta como um de seus resultados indiretos, que não deixa de ser levado em conta pelo autor.

²⁴ Os rumos tomados pelo Império assim como as relações entre Livre Comércio e a manutenção da hegemonia britânica ao longo do século XIX são magistralmente trabalhados em *The Imperialism of Free Trade*, de John Gallagher e Ronald Robinson. Os desenvolvimentos teóricos dos autores envolvidos nas controvérsias Gallagher e Cain-Hopkins, lidando com os desdobramentos dessa tese em sua formulação original nos ajudariam a compreender a razão da não realização do projeto compreendido por Benians – a possibilidade de manutenção do domínio britânico sobre o ultramar sem a necessidade da representação política como contrapartida. Para uma discussão aprofundada do debate sobre Livre Comércio e Império, ler Gallagher e Robinson, 1953 e Cain e Hopkins, 1980

Manchester e o Império

“While the Tories, the Whigs, the Peelites — in fact, all the parties we have hitherto commented upon — belong more or less to the past, the Free Traders (the men of the Manchester School, the Parliamentary and Financial Reformers) are the official representatives of modern English society, the representatives of that England which rules the market of the world. They represent the party of the self-conscious Bourgeoisie, of industrial capital striving to make available its social power as a political power as well, and to eradicate the last arrogant remnants of feudal society. This party is led on by the most active and most energetic portion of the English Bourgeoisie — the manufacturers. What they demand is the complete and undisguised ascendancy of the Bourgeoisie, the open, official subjection of society at large under the laws of modern, Bourgeois production, and under the rule of those men who are the directors of that production. By Free Trade they mean the unfettered movement of capital, freed from all political, national and religious shackles. The soil is to be a marketable commodity’ and the exploitation of the soil is to be carried on according to the common commercial laws. There are to be manufacturers of food as well as manufacturers of twist and cottons, but no longer any lords of the land. There are, in short, not to be tolerated any political or social restrictions, regulations or monopolies, unless they proceed from “the eternal laws of political economy,” that is, from the conditions under which Capital produces and distributes. The struggle of this party against the old English institutions, products of a superannuated, an evanescent stage of social development, is resumed in the watchword: Produce as cheap as you can, and do away with all the faux frais of production (with all superfluous, unnecessary expenses in production). And this watchword is addressed not only to the private individual, but to the nation at large principally.”

Karl Marx, *Free Trade and the Chartists* (1852)

Parte de um artigo publicado na *New York Daily Tribune* de 25 de Agosto de 1852, o fragmento acima nos dá indicativos claros do peso e influência dos

manchesterianos sobre a política de seu tempo. Considerados por muitos intérpretes da arrancada liberal do século XIX como os responsáveis pela efetivação dos preceitos econômicos liberais, os homens de Cobden e Bright desempenham papel fulcral na assimilação das teses de Smith ao conjunto de políticas conduzidas pelo Império Britânico a partir de 1815. Como Marx deixa claro, seu movimento é a síntese da ascensão da burguesia - ou melhor, o *rondo* vitoriano que sucede ao longo *adagio* da reflexão ilustrada setecentista, ápice do avanço e desenvolvimento de um ideal e de uma forma de sociedade que não mais se esforçam em mascarar sua essência, eminentemente capitalista.

A história britânica no período está, portanto, indissociavelmente ligada à ascensão desse grupo e à afirmação de sua vontade sobre o Império. Dada a amplitude das transformações experimentadas pelo mundo ocidental nas décadas que marcam os primeiros ensaios de mobilização contra a lei do cereal, seria virtualmente impossível dispor aqui de um registro apurado das muitas mudanças resultantes do movimento de acumulação originária de capital esmiuçado pelo filósofo alemão, e seus ecos no cotidiano político, social e cultural inglês. Recorremos, portanto, a análises capazes de reunir esse emaranhado de fatos e acontecimentos em torno de um conjunto de linhas e determinantes gerais; e seria difícil encontrar uma síntese do período que se sobreponha à empreendida por Eric Hobsbawm. Célebre intérprete do 'Longo Século XIX', o historiador britânico lê nas décadas finais do XVIII o desencadeamento de uma dupla revolução, que transforma as bases de nossa sociedade com assombrosa velocidade. Logo nos primeiros parágrafos de *Era das Revoluções*, o historiador inglês nos dá a medida dessa mudança, afirmando seu caráter ou fim específico:

“A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da 'indústria' como tal, mas da indústria capitalista; não da

liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade 'burguesa' liberal; não da 'economia moderna' ou do 'Estado moderno', mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.”(HOBSBAWM, 2004:16)

O debate em torno das causas e consequências da Revolução Industrial, assim como do desenrolar do processo, é extenso demais para ser coberto neste trabalho. Deane, Habbakuk, Dobb, Landes e todo um conjunto de pensadores dedicou-se, ao longo das últimas seis ou sete décadas, a discutir seus condicionantes e resultados; seria muita pretensão tentar sumarizar a longa discussão travada sobre esses termos em algumas páginas. Desta forma, nos atemos ao que Hobsbawm considera fundamental, no processo - trata-se de um salto quantitativo drástico dos indicadores de produção e produtividade nas manufaturas fabris inglesas, ocasionado por transformações qualitativas e antecedentes a seu desencadeamento²⁵. Explica-se a primazia inglesa a partir das mesmas vicissitudes que garantem a emergência de sua esfera pública burguesa²⁶ - a transformação das instituições políticas dinásticas e a 'tomada das rédeas' do Estado por setores da burguesia mercantil interessados no comércio de longa distância, responsáveis pela promulgação dos Atos de Navegação cromwellianos e pela expansão (por vias militares) dos mercados externos e das fontes de matéria prima que garantiriam a elevada demanda e os baixos custos necessários à realização da crescente produção de tecidos de algodão em Manchester

²⁵ Fruto das mesmas drásticas transformações observadas por Hill (1987) e Moore (1993), ao longo do conturbado século XVII.

²⁶ Assim compreendida originalmente por Jürgen Habermas e historicizada por James van Horn Melton (2004). Ambos os autores primam por delinear o que denominam 'esfera pública burguesa' - em uma leitura apressada, a parcela da sociedade moderna que pode ser tomada como 'público' das principais teses políticas e econômicas do período -, deixando de lado manifestações populares associadas, por vezes, à difusão das mesmas idéias (fartamente estudadas por Hill e Thompson).

e Liverpool. Ainda que tenha certa importância, a dimensão técnica é certamente secundária e socialmente condicionada; mais do que a maestria na construção de implementos fabris e a destreza do operariado inglês, afirma-se o arcabouço social construído em torno do processo produtivo, e fundamental à realização deste - a submissão das massas, sujeição do trabalhador a um regime de trabalho ordenado²⁷, cotidiano, com tempo e ritmo ditados pelo maquinário, e a efetiva estratificação decorrente dos dois séculos de modificação das estruturas políticas inglesas, culminante na extinção do camponês e de seu modo de vida tradicional. A resposta à difícil questão sobre o pioneirismo inglês - ou, se lida de outra ótica, sobre o atraso francês - encontra-se, logicamente, no campo; ou melhor, no tratamento dado pelos respectivos Estados a seus camponeses.

Dotada de talvez a mais promissora das plantas manufactureiras do continente, a França não logra industrializar-se justamente pela especificidade dos bens produzidos - artigos de alto luxo, fortemente atrelados à lógica mercantil dos artesãos, da corporação, da produção por poucos e para poucos. Falha na massificação econômica, mas sucede, em alguma medida, na massificação da política - tomada de assalto pelas massas descontentes, a monarquia francesa deixa às dinastias reinantes européias uma trágica memória dos resultados da rampante insatisfação popular nas décadas finais do século XVIII. Síntese da antinomia entre o Antigo Regime, caracterizado por Perry Anderson como a última linha de preservação dos privilégios feudais, e as novas forças que tomavam forma com a emergência do capitalismo, a Revolução Francesa afirma-se, para Hobsbawm, enquanto o ápice de todo um conjunto de levantes, como a Guerra de Independência, travada entre 1776 e 1783, e insurreições similares na Irlanda, Bélgica e Holanda. As demandas da burguesia,

²⁷ Magistralmente explorada por Polanyi (2001), que vê no subjugar dos trabalhadores (e transformação do trabalho em uma 'mercadoria fictícia') o componente fundamental à ascensão de uma sociedade de mercado, que tem nas Ilhas Britânicas seu primeiro e mais impactante exemplo.

crystalizadas na derrubada das instituições dinásticas francesas e pelas sucessivas tentativas de implementação de formas republicanas que as substituíssem, eram bastante claras:

“As novas forças sabiam muito precisamente o que queriam. Turgot, o economista fisiocrata, lutou por uma exploração eficiente da terra, por um comércio e uma empresa livres, por uma administração eficiente e padronizada de um único território nacional homogêneo, pela abolição de todas as restrições e desigualdades sociais que impediam o desenvolvimento dos recursos nacionais e por uma administração e taxaço racionais e imparciais. Ainda assim, sua tentativa de aplicação desse programa como primeiro-ministro no período 1774-6 fracassou lamentavelmente, e o fracasso é característico. Reformas desse tipo, em doses modestas, não eram incompatíveis com as monarquias absolutas nem tampouco mal recebidas. (...) Mas na maioria dos países de 'despotismo esclarecido' essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado.”(HOBSBAWM, 2004:45)

A articulação destes dois eventos é de especial interesse para nosso trabalho. Por um lado, por serem os manchesterianos o veículo político mais claro dos interesses dos industrialistas ingleses ao longo da primeira metade do século XIX (e, para Benians e tantos outros, os vetores reais do projeto de liberalização do Império), filhos da abrupta industrialização das ilhas britânicas e sujeitos conscientes das mudanças necessárias à ascensão dos industriais a seu lugar de direito na hierarquia capitalista vitoriana. Por outro, por ser a Revolução Francesa o principal catalizador das alianças, reformas e debates políticos na Inglaterra, entre 1790 e 1830. O assim chamado 'medo da revolução' afirma-se como um dos componentes centrais da retórica partidária pós-1793 e, da carta de Burke a seus companheiros Whigs à nada

convencional associação entre cartistas e Tories, a vida política inglesa é marcada de forma indelével pela difícil relação entre os setores tomados como progressistas, nas ilhas, e a drasticidade dos acontecimentos no continente.

Não por acaso, a tomada da Bastilha ocorre no mesmo ano que a publicação da *Introdução aos Princípios de Moral e Legislação*, de Bentham. A quase concomitância dos dois eventos nos dá uma idéia da disparidade entre as consequências da ilustração e da mobilização que lhe serve de base; se na França o fracasso das reformas propostas pelos intelectuais das luzes conduz ao agravamento das tensões entre Terceiro Estado, aristocracia e clero, no Reino Unido a concepção de ser social elaborada nos diálogos entre Hume, Burke, Smith, Ferguson e seus companheiros é fundamental à construção de uma teoria objetiva da transformação social, que tem em Bentham, James e John Stuart Mill três de seus maiores proponentes. Malthus, Ricardo, Senior, Wakefield - todos derivam suas teses ou debatem, em alguma medida, com os ecos tardios da filosofia moral escocesa, repaginados na leitura utilitarista de comportamento individual consolidada nas teses benthamnianas.

A consequência dessa apropriação da lógica utilitarista de comportamento individual garante um rumo distinto às instituições políticas inglesas, que recusam-se a sucumbir à onda de insatisfação generalizada das três décadas que se estendem de 1789 a 1820. Essa peculiaridade, por sua vez, condiciona uma singular interpretação da história política das ilhas, no período. Se Hobsbawm lê aqui uma *Era de Revoluções*, um grande número de autores adere ao que Thompson ironicamente denomina 'história inglesa oficialmente correta', destacando as primeiras décadas do século XIX, na Grã-Bretanha, como uma *Era de Reformas*. Um breve exame dos marcos políticos ingleses, no período, dá maior clareza sobre essa peculiar

denominação.

O curso usual dos livros-texto sobre as primeiras décadas do século XIX seria composto pela enumeração dos sucessivos gabinetes ministeriais ingleses, acompanhada de detalhadas descrições da personalidade de seus principais membros, complementada pelos 'nexos causais' entre esse peculiar biografismo e as políticas postas em curso pelo Império. Por mais que o componente descritivo presente nessa vertente de interpretação histórica tenha seu valor, acreditamos ser por demais complicado imputar a tomada de decisões que mudariam (e mudaram) os rumos do globo aos caprichos e deslizes deste ou daquele homem de Estado.

Em todo caso, um breve panorama dos rumos tomados pela política inglesa no início do XIX é conveniente, e serve de base para que possamos analisá-la em mais amplo escopo. As duas primeiras décadas são marcadas, obviamente, pelo embate com o *Grand Armée* napoleônico e o medo (infundado, para alguns) de que as massas inglesas seguissem o exemplo francês e avançassem sobre seus senhores. A leitura usual é que esse potencial revolucionário teria sido sufocado por meio de uma astuta inflexão no curso seguido pelos gabinetes Tory do período, que têm na fase de 1815 a 1821 um período de agravado conservadorismo, seguido de reformas liberalizantes pós-1822. Na veia da historiografia personalista sobre essa época, tal curso seria justificável pela entrada de membros mais 'ilustrados' do conservadorismo, principalmente pela sucessão de Castlereagh (associado aos poderes tradicionais e à aproximação com os austríacos) por Canning (que mantinha-se a par dos avanços de movimentos liberais no continente, por vezes incentivando-os).²⁸

A grande mudança na política inglesa no período, no entanto, partiria da

²⁸ Exemplos desse personalismo podem ser encontrados em LEE, 1994 e STEWART, 1989 que, apesar dos vícios, apresentam uma ótima cronologia - indispensável para que possamos romper as barreiras resultantes do quase completo desconhecimento das vicissitudes na política inglesa nesse período, tema pouco discutido aqui. O dicionário on-line elaborado por Marjorie Bloy (disponível em www.victorianweb.org) também foi inestimável, nesse sentido.

reforma parlamentar institucionalizada pelo Reform Act de 1832, levada a cabo pelos Whigs, que permanecem no poder de 1830 a 1841 (interrompidos brevemente pelo gabinete Peel de 1834-5)²⁹. Em linhas mais gerais, representou uma redistribuição da representação parlamentar, beneficiando as cidades mais ao norte (que colhiam os frutos do crescimento manufatureiro do final do século XVIII) e diminuindo a renda mínima necessária ao voto.³⁰ Os rumos tomados pelos autores, defensores e opositores da reforma é fartamente documentado, e, apesar do interesse quase novelístico, não cabe aqui reproduzi-lo. Seu adiamento, no começo da década, suscitou um conjunto de levantes populares em algumas das principais cidades inglesas, levando seus propositores a apressarem sua aprovação (à revelia da oposição Tory). Ainda assim, os termos do documento eram bastante moderados - seu caráter era fundamentalmente redistributivo, com o devido reconhecimento ao ganho de influência das novas elites industriais, e a dissolução do que, no léxico político britânico, convencionou-se chamar de *rotten* ou *pocket boroughs*: zonas eleitorais defasadas, em que um número pífio de eleitores era responsável pela eleição de um membro do parlamento.

Há ainda alguma controvérsia quanto às tensões em torno da reforma. Para Eric Hobsbawm, a insatisfação pode ser compreendida não só a partir da difícil relação com os acontecimentos no continente, como pela crise enfrentada pelo capitalismo inglês entre 1835-40. Nas palavras do historiador,

"A comprovação mais óbvia dessa crise está no vendaval de insatisfação social que se abateu sobre a Grã-Bretanha em rajadas sucessivas entre os últimos anos da guerra e meados da década de 1840; luditas e radicais,

²⁹ Período comumente referenciado como 'década Whig', após o prolongado mandato Tory do começo do século.

³⁰ O número de eleitores passa de aproximadamente 435.000 a 652.000, perfazendo então algo como 20% da população total inglesa.

sindicalistas e socialistas utópicos, democratas e cartistas. Em nenhum outro período da moderna história britânica o povo se mostrou tão contínua, profunda e às vezes desesperadamente insatisfeito. Em nenhum outro período desde o séc. XVII podemos qualificar grandes massas populares como revolucionárias, ou apontar pelo menos um momento de crise política (entre 1830 e o Ato de Reforma de 1832) em que pudesse ter surgido na verdade algo semelhante a uma situação revolucionária. [...] Uma insatisfação como a que havia em estado endêmico na Grã-Bretanha naqueles decênios não pode existir sem desespero e fome. E desespero e fome não faltavam."(HOBSBAWM, 2004:68-69)

Já Barrington Moore Jr. lê o mesmo período de forma um tanto distinta, enfatizando o caráter concessionário das reformas pós-1830³¹:

"To understand why the reactionary phase was relatively brief and why the movement toward a freer society commenced anew during the nineteenth century, it is necessary to look beyond the landed classes. They had reached the zenith of their combined economic and political power before the turn of the century; the subsequent story is one of defense and concessions rendered easier by the fact that the process of erosion was slow, and their economic base remained firm. [...] On the other hand, they worked these levers within the context of strong challenges from other classes. To concentrate on the strength of their position in the formal and even the informal apparatus of politics would give a misleading impression of the power of the gentry and the nobility. Even if the Reform Bill of 1832, which gave the industrial capitalists the vote, disappointed the hopes of its more ardent advocates and belied the fears of its more ardent opponents, its passage meant that the bourgeoisie had shown its teeth. The same can be said about the striking down of the Corn Laws in 1846. The landed upper classes suffered no disaster, but they learned the limits of their power."(MOORE, 1993:p.31-32)

Mais do que transformações efetivas na estrutura social inglesa, a reforma

³¹ Há ainda as reformas de 1867, com redução do critério de renda para eleitores, e o *Redistribution Act* de 1885, que dava aos trabalhadores rurais o direito ao voto.

parlamentar carrega em si o caráter de preservação dos monopólios estabelecidos ao longo dos dois séculos anteriores, pontuando a trajetória de concentração de poder nas mãos das burguesias financeira e mercantil britânicas. Em outra nota, as análises de Moore³² e Hobsbawm abordam dois problemas fundamentais da organização política nas ilhas, no período: a dificuldade presente em estabelecer identidades entre interesses econômicos e facções políticas, no período, e a presença de uma miríade de grupos menores dentro de cada 'partido'³³, cada qual pautando-se por uma agenda específica e interagindo de forma diversa com as demais facções (o que propiciava alianças tragicômicas como a de setores Tory ultraconservadores e lideranças cartistas, motivadas pelo 'senso de dever' e 'caridade' das elites inglesas).

Uma análise apressada do período poderia conferir indícios à tese de que as transformações na legislação inglesa indicavam um avanço claro dos industriais do norte sobre a tradicional aristocracia fundiária britânica. No entanto, fazê-lo seria deixar de lado outro dos marcos institucionais da primeira metade do século XIX - as Corn Laws. Ainda que os preços de cereais fossem regulados desde o século XVII³⁴, as décadas de 1810 e 1820 representam ganhos na proteção do campo inglês. Em termos mais gerais, a legislação de 1815 estabelecia limites à importação de cereais, que só poderia ser realizada caso o preço doméstico atingisse um patamar específico (80 *shillings* por *quarter*). As consequências lógicas dessa medida foram a redução da renda disponível para consumo de manufaturas no mercado interno, culminante na oposição de setores do operariado e dos emergentes industriais do norte.

³² "In the nineteenth century, as in earlier periods, the lines between wealthy nobility, gentry and the upper reaches of business and the professions were blurred and wavering. In numerous individual cases it is very difficult to decide whether a person belongs in one category or another. This difficulty, the despair of anyone undertaking a statistical analysis of English class structure, constitutes in itself one of the most important facts about this structure." (MOORE, 1993:36)

³³ Stewart também (1989) aborda a dificuldade de enquadrar Whigs e Tories como partidos, e a objeção é perfeitamente compreensível - ambos os grupos não organizam-se da mesma forma que os partidos das democracias contemporâneas, e estabelecem uma relação peculiar com o sistema parlamentar britânico.

³⁴ Com a primeira versão da legislação entrando em vigor em 1689.

Revista em 1828, a lei passa a incorporar um imposto variável à importação de cereal, pautado pela proximidade do preço doméstico a um nível atribuído legalmente (73 *shillings* por *quarter*). Ainda assim, a oposição cresce em torno dos privilégios de que usufruíam os proprietários de terras ingleses - e tanto a reforma de 1832 quanto o agitação em torno da derrubada da Corn Law, na década de 1840, devem ser lidas como respostas à defesa do campo empreendida pela aristocracia Tory nas duas primeiras décadas do século. William Grampp nos dá uma apurada leitura do fortalecimento do radicalismo britânico com base na mobilização em oposição ao agrarismo Tory, iniciada ainda em 1820 com a *Merchants Petition*.

O documento tem origem em uma petição por grupo restrito de comerciantes que desejavam remover as restrições impostas durante as guerras com a França e ainda vigentes, sendo encaminhada ao Parlamento, onde um comitê bicameral é organizado para discutí-la. Sua recepção em um primeiro momento é muito positiva, como registra Grampp:

"The merchants were commended by Senior and George Richardson Porter, and McCulloch said the petition showed they now held 'more liberal and enlarged, and at the same time more correct views of their real interests' than they had done in the age of Smith who had excoriated them for their 'mean rapacity and monopolising spirit.' Huskisson, a few years later, said their enlightened views had placed Britain on the course toward a freer trade. Still later, Tooke himself said the petition 'may be considered as having been the originating impulse to the movement' for the repeal of the Corn and Navigation Laws." (GRAMPP, 1987:247-248)³⁵

³⁵ Grampp desenvolve ainda o que acredita ter sido a peculiaridade principal da *Merchants Petition* - o fato de a articulação para aprovação das sugestões contidas na petição ser realizada principalmente por Tories, com Tooke e Thornton sendo os responsáveis pela coleta de assinaturas de notáveis do partido. Ricardo, por exemplo, afirmava receber mais respeito dos Tories do que dos Whigs, apesar de sua defesa da Reforma Parlamentar: "Ricardo, who was then in Parliament, said he received more understanding and respect from the Tories than from the Whigs, even though he was known to favor Parliamentary reform, and he told McCulloch that if Baring were the free trader he professed to be he would have put Ricardo on the Select Committee on Trade. When the Merchants Petition was submitted, Ricardo told the House it gave him pleasure since it came from 'so important a body as the merchants of London,' yet (he continued) he did wonder why the principles were so long in

No entanto, nem toda a mobilização contrária às impopulares medidas Tory se dá pela via parlamentar, ou com respostas tão razoáveis. Um episódio particularmente trágico, e ao qual pouca atenção é dada, tanto pelo impacto dos desdobramentos da derrota de Napoleão quanto pela ênfase da história Tory nos grandes nomes e grandes fatos, é o massacre de Peterloo, resultante da agitação popular em resposta ao aumento dos preços do cereal e das mazelas econômicas e sociais das populações dos centros industriais. Como afirma Marjorie Bloy em um breve registro do enfrentamento, "During the period 1812-22, it could be said that England suffered more, economically, socially and politically, than during the French Wars. Consequently there were a number of manifestations of discontent and distress, in the shape of riots and disaffection, which epitomised the 'Condition of England Question'."(BLOY, 2003) Após uma longa série de demonstrações públicas de descontentamento, onze manifestantes são mortos pelas forças de repressão enviadas pelo governo Tory em Agosto de 1819.

O que fora pensado como uma reunião aberta para discussão de possíveis temas para reforma parlamentar (nas bases das dificuldades encontradas por alguns dos centros industriais ingleses, como Manchester, Birmingham, Sheffield, Leeds e Liverpool), acaba com o encarceramento de grande número dos participantes, 400 feridos e onze mortos. A cobertura dada ao episódio é ampla, não por acaso - John Tyas, correspondente do *The Times* que estava no local do massacre, é acidentalmente

coming before Parliament since they had been known from the time of Adam Smith. Actually they were known before then and had been publicly debated."(GRAMPP, 1987:249-250). Para o autor, isso é um indício de que a responsabilidade pela realização das reformas da primeira metade do XIX residia primeiramente com os membros do parlamento e do gabinete ministerial, sendo a pressão industrial pouco significativa, no curso tomado por essas modificações. Somos levados a discordar dessa tese por um argumento bastante simples - a associação entre Whigs e industriais é inerentemente falha, já que muitos dos mais abastados manufatureiros ingleses figuravam entre os Tories (como Peel, por exemplo).

preso como um dos descontentes. No editorial de 19 de Agosto, 3 dias após o acontecido, Tyas pinta um retrato do avanço dos milicianos e das tropas inglesas sobre os manifestantes:

"It appears by every account that has yet reached London, that in the midst of the Chairman's speech, within less than twenty minutes from the commencement of the meeting, the Yeomanry Cavalry of the town of Manchester charged the populace sword in hand, cut their way to the platform, and with the police at their head, made prisoners of Hunt and several of those who surrounded him - seized the flags of the Reformers - trampled down and cut down a number of the people, who, after throwing some stones and brickbats at the cavalry in its advance towards the hustings, fled on all sides in the utmost confusion and dismay. Of the crowd ... a large portion consisted of women. About 8 or 10 persons were killed, and, besides those whom their own friends carried off, above 50 wounded were taken to the hospitals; but the gross number is not supposed to have fallen short of 80 or 100, more or less, grievously wounded...

Was that [meeting] at Manchester an 'unlawful assembly'? Was the notice of it unlawful? We believe not. Was the subject proposed for discussion an unlawful object? Assuredly not. Was any thing done at this meeting before the cavalry rode in upon it, either contrary to law or in breach of the peace? No such circumstance is recorded in any of the statements which have yet reached our hands."(TYAS apud BLOY, 2003)

Ainda que a composição das forças presentes nos dois lados do massacre lance dúvidas sobre a importância do acontecimento na articulação da burguesia industrial manchesteriana em torno da Reforma Parlamentar³⁶, resta seu papel como registro da instabilidade das áreas manufatureiras inglesas. A óbvia dificuldade do governo britânico em lidar com a insatisfação tanto das massas trabalhadoras quanto dos industriais, exemplificada pelo tratamento dado não só aos manifestantes de Liverpool, como aos ludditas (1811-16), aos *blanketeers* de Manchester (1817) e à

³⁶ Uma vez que tanto a milícia Yeoman quanto o corpo de discursistas eram compostos por membros da 'classe média' de Lancashire.

insurreição de Derbyshire (1817) garantiria que, pouco mais de dez anos passados da repressão a esses movimentos populares, os Whigs assumissem o gabinete, levando consigo um amplo plano de reformas políticas.

Vastamente mais importante que a mobilização em torno da *Merchants Petition*, a *Anti Corn Law League* tem seu início ainda em Outubro de 1837, com a articulação de um grupo de industriais de Londres (liderado por Joseph Hume, Francis Place e John Roebuck). No ano seguinte, juntam-se a estes Archibald Prentice e Richard Cobden, interessados em expandir a organização para Manchester. Ainda em Março de 1839, o mesmo Cobden que se filiara há não mais de um ano prova-se instrumental no estabelecimento de uma nova e centralizada liga, lançando-a em uma campanha nacional por reformas liberalizantes. Bright viria logo em seguida, a pedido de Cobden, amigo de longa data.

Em sua composição, o grupo era pouco ou nada homogêneo, sendo a oposição à proteção do campo institucionalizada em 1815 a única constante entre seus membros. Grampp (1987) observa que, entre os simpatizantes do movimento, poderiam ser encontrados cinco 'grupos' - o primeiro, composto pelos fundadores originais e parcelas crescentes dos capitães de indústria ingleses, preocupava-se com o incremento nos custos de manutenção da mão de obra representado pelo elevado preço dos meios de subsistência do operariado; parcelas do movimento viam na penúria experimentada pelos trabalhadores algo a ser combatido, e moviam-se, fundamentalmente, pela 'compaixão' para com seus pares menos favorecidos; uma terceira facção derivava a vinculação à Liga dos princípios teóricos utilitaristas, seguindo aquilo que convencionou-se denominar de radicalismo filosófico (ou 'paralítico', na visão de seus detratores), embasado nas teses de Mill e Bentham sobre comportamento individual e jurisprudência; um quarto elemento fundamentaria a

defesa do *repeal* em um liberalismo pacifista, vendo na abolição das amarras mercantilistas o passo fundamental rumo à paz mundial; e, por fim, um último setor do movimento pautava-se pela derrubada da Lei do Cereal enquanto um golpe necessário no embate contra o conservadorismo Tory, vendo na abolição da proteção ao campo não um fim, mas o meio mais desejável para uma finalidade política clara. Cobden afirmava-se como a principal voz dentre os pacifistas, enquanto Bright, inspirado por um profundo sentimento anti-Tory, via o programa da Liga como instrumental no ataque à aristocracia britânica.

O êxito da Liga pode ser medido pela eleição de Cobden como MP de Stockport, ainda em 1841, que garantiria o embate entre o principal representante dos manchesterianos e a voz da reação Tory no período, Sir Robert Peel. Com o advento da crise de 1840-42, o programa cobdenita ganha força, e adesão de um contingente cada vez maior de simpatizantes é franqueada. A "fome da batata" de 1845 teria sido, nesse sentido, instrumental na revisão do curso seguido pelos defensores da Lei do Cereal, que passaram a ver na revogação proposta por Manchester uma possível saída para a crise alimentar em que se encontrava a Irlanda. A conclusão lógica desse curso de acontecimentos é o fim da trajetória política de Peel, e uma cisão monumental nos quadros Tories, resultante a adesão de setores do partido à tese de que talvez a defesa das *Corn Laws* não fosse mais oportuna ou benéfica para o campo inglês. Por fim, os ganhos políticos do movimento são instrumentais na derrubada de um outro conjunto de leis mercantilistas - as *Navigation Laws*, versão repaginada dos Atos de Navegação cromwellianos, principal sustentáculo formal do Império Britânico.

Em suma, a trajetória política britânica no início do século XIX poderia ser dividida em duas etapas - a primeira, entre 1815 e 1832, marcada pelo avanço da reação Tory e a consolidação de defesas da aristocracia rural; e uma etapa de

contestação desse domínio, de 1832 a 1848, culminante no ocaso da *Corn Law* e da *Navigation Law*. No entanto, em que medida há, efetivamente, alguma ruptura entre esses dois períodos? Fora isso, quanto dessas mudanças pode ser diretamente vinculada aos interesses dos industriais de Manchester?

Para Grampp, as transformações institucionais de 1820, 1846 e 1848 seriam tributárias não da articulação de interesses industriais em torno de uma causa política comum, mas da atuação de alguns políticos de carreira que viram na mobilização em torno do ataque aos resquícios legais do mercantilismo uma oportunidade para derrubada dos Atos então vigentes. Nas palavras do autor,

"Let me conclude by repeating the question I have examined: Can the trade policy of Britain in the nineteenth century be attributed to the business interests that believed they would benefit from it? My answer is, No. I find it plausible to think the policy was the work of politicians who believed it would increase the total and per capita real income of Britain."(GRAMPP, 1987:254)

Ainda que Grampp construa uma cuidadosa análise da mobilização em torno dessas três reformas, sua leitura esbarra em dois erros fundamentais: a dissociação entre interesses industriais e representação parlamentar (o que é curioso, já que não só Cobden como Peel possuíam indústrias), e uma otimista crença na 'boa-vontade' dos parlamentares britânicos que teriam sido levados a crer, pela brilhante oratória de Cobden, nos benefícios evidentes da liberalização comercial. Engodo similar aparece na interpretação de Eric Phillips, *fellow* do Instituto von Mises. No entanto, aqui ele surge com requintes literários:

"The repeal of the Corn Laws depended on shifting ideologies. Prime Minister Peel was persuaded to change his position on the issue through the power of argument alone, and

he brought with him a large number from his party who were loyal to him. The landed classes had no direct economic interest in opening the country to free trade and they still possessed a stranglehold on political power. Cobden himself seriously doubted whether repeal would have carried in the face of continued opposition from Peel. Deterministic readings that ignore the events, people, and debates end up providing theory that is either myopic, insufficiently supported, or even contradictory to the facts. Lord Robbins is correct in his assessment: "Any account ...of the coming of free trade in the United Kingdom which omitted the influence of economic thought and of economists would be defective and, indeed, absurd."(PHILLIPS, 2008:6)

A ênfase nas decisões das principais personalidades envolvidas na questão do cereal aparece como a raiz dos muitos problemas presentes nessa leitura. Mais do que uma demanda de setores da sociedade inglesa, da industrialização, ou do capital, a derrocada da Lei do Cereal figura como o fruto do ímpeto inigualável de Cobden, ou da sabedoria de Peel, capaz de trair seus correligionários para não trair sua pátria. Não que o resultado das mobilizações da década de 1840 não simbolizem uma vitória para a burguesia industrial vitoriana; certamente representam, mas uma vitória pírrica - pois ao observarmos apenas o embate entre campo e indústria, perdemos de vista o quadro mais amplo dos interesses em jogo (que, talvez, nem precisassem se fazer manifestar pela voz dos panfletos políticos do período). Nesse sentido, Barrington Moore Jr. traz alguma clareza ao debate:

"the gentry and nobility of England had no great need to rely on political levers to prop up a tottering economic position. Even the abolition of the Corn Laws failed to have the dire effects predicted by some. If anything, the condition of agriculture may have been better after 1850 than before. Prices continued to rise. Estate management took on more and more the attributes of running a capitalist business enterprise as the operators tried to take advantage of the great improvements in agricultural techniques developed in previous

decades."(MOORE, 1993:35)

Da mesma forma, insistir na pujança dos interesses industriais, ou de seu peso, no conjunto da classe média britânica no período, é tomar seu valor de face enquanto valor real; por mais que dominassem os debates em torno da Lei do Cereal, os manchesterianos não eram nem nunca foram maioria. E, mais do que o embate com a aristocracia, os capitães de indústria ingleses tinham diante de si o enfrentamento cotidiano com o operariado ou outros setores da burguesia. Na leitura de uma estudiosa do fortalecimento dos interesses industriais no período, a questão aparece da seguinte forma:

"There were new elements, but these did not disturb established economic interests or represent a major discontinuity; but they were significant, though neither large in numbers nor great in wealth or in the holding of formal institutional power, and paradoxically part of that significance lay in the contemporary belief that they were numerous, wealthy, and powerful. It was the middle-class belief in the dominant manufacturer, a myth that originated in the later eighteenth century and continues to influence modern historiography, that gave manufacturers such prominence in nineteenth-century Britain."(NENADIC, 1991:82-83)

Como explicar, portanto, os rumos tomados pelo liberalismo britânico em meados do XIX? Em que medida os debates entre Cobden, Bright e Peel representam uma inovação nas teses sobre liberdade comercial desenvolvidas ainda em finais do século XVIII? Acreditamos ser composta a resposta de dois elementos distintos.

Em primeiro lugar, faz-se necessário retornar a Cobden (e, fundamentalmente, a seu enfrentamento com Peel em meados do século) para que possamos compreender como a crítica ilustrada ao mercantilismo é absorvida pelos movimentos de contestação da década de 1840. Obviamente, essa crítica não é incorporada sem

modificações, e figura entre nossos objetivos uma apreensão das medidas em que os usos políticos das teses de Smith, pelos manchesterianos, garantem a estas nova roupagem, novos sentidos.

Por outro lado, Peter Cain e Anthony Hopkins nos proporcionam uma palatável síntese das forças em conflito na Inglaterra mid-vitoriana, capaz de esclarecer não só a posição manchesteriana como os outros interesses envolvidos na revogação da Lei do Cereal. Embasados nas teses de Thorstein Veblen e John Atkins Hobson, os dois historiadores produzem uma convincente interpretação da alternância entre imperialismo formal e informal, escudando-a nas vicissitudes políticas de meados do século XIX. Tanto por já termos trabalhado o tema em outro momento³⁷ quanto pelo já desnecessário prolongamento dado ao tema, nos concentraremos sobre os rumos tomados pelo debate. O que pode ser dito, ainda assim, é que observa-se uma associação, no longo prazo, entre um conjunto de capitalistas agrários ingleses e os *puppeteering financiers* de Hobson. Articulados em torno das reformas cromwellianas, latifundiários e banqueiros (ainda presos às vias modernas de valorização do capital mercantil, em um primeiro momento) teriam se estabelecido como a elite dominante na economia britânica, afirmando em seu *modus vivendi* um distanciamento claro das práticas adotadas pelo comércio bufarinheiro e pela incipiente produção manufatureira³⁸. Compreendidos como uma espécie de aristocracia capitalista - *gentlemanly capitalism*, nos termos dos autores da tese - teriam em suas mãos os rumos da vida política inglesa, tradicionalmente controlada

³⁷ Discutimos em algum detalhe os dois momentos do debate sobre Imperialismo do Livre Comércio em SIMIQUELI, 2011.

³⁸ A vinculação à noção vebleniana de "classe ociosa" é fundamental para a construção desse conceito; os *gentlemanly capitalists* afirmam-se enquanto gentlemen justamente por não se envolverem diretamente em seus negócios, comandando-os à distância, por meio de uma vasta rede de subordinados. Mais do que a riqueza palpável, material, do capitão de indústria, valem-se de títulos, ações, papéis, conciliando o *não-fazer* aristocrático ao *rentismo* financeiro e rural (abandonado, em alguma medida, após o fim das *Corn Laws*).

pela nobreza associada à terra, e as vias de realização e valorização de seus capitais, por meio da progressiva afirmação do caráter financeiro da hegemonia britânica, em detrimento de suas faces mercantil e industrial. Mais do que uma derrota sobre os senhores de terra, o pírrico avanço dos manchesterianos é indicativo da reinvenção do conservadorismo nas ilhas; antes dependente de formas extra-econômicas de coerção e inseguro de sua posição de dominância, afirma-se, em meados do século XIX enquanto plenamente hegemônico. Abandona-se a faceta rural da aristocracia inglesa, mas mantém-se seu estatuto rentista e predatório.

Fica aqui, portanto, a ressalva - por mais que possamos ler na atuação dos homens de Manchester um componente fundamental nos rumos tomados pelo liberalismo, não só enquanto tradição teórica como enquanto ideologia, sua contribuição para a chamada 'guinada liberal' do Império deve ser vista com ressalvas. Ainda que a indústria de Lancashire fosse o aspecto mais visível do pujante capitalismo britânico, este não nega seu caráter financeiro - por demais complexo para ser discutido aqui.

Richard Cobden, Robert Peel e a Lei do Cereal

Quando do falecimento de Cobden, escreve Goldwin Smith ao New York Times

"To the sober sense of a man of business COBDEN had thus added the order of a crusader; and this union of sobriety and after malace the whole course of his political career. The landlords fought for protection, as the slave owners fight for slavery; and COBDEN, as one of their great enemies, was of course one of the chief objects of their furious invectives. Yet his character remained more free from bitterness, perhaps, than that of any other party man. He could be moved to indignation,

fiery indignation, against public wrong. But personal rancor he had none. A short time before his death he had a very angry correspondence with the editor of the Times. But the calumny which on that occasion excited his wrath, and revealed the latent vehemence of his nature, had been leveled not against himself, but against his friend. In fact, perfect devotion to a great cause had raised his mind, as above everything that was mean, as above the meanness of personal hatred. [...] Free trade does not stand by itself, either in the pages of ADAM SMITH, its great apostle, or in the real world. It is intimately connected with a general policy of peace and good will among nations, of which free commercial intercourse is the providential basis. Of this policy, and of the mutual reduction of armaments and military taxation which is a consequence of it, COBDEN was, during the rest of his life, in conjunction with BRIGHT, the worthy representative and the untiring champion. It signally triumphed in the commercial treaty with France, which is apparently about to be followed by similar treaties with other European nations. The treaty with France was opposed by the politicians of the old school, whose doctrines were international antipathy and mutual mistrust. The chief of that school did his best to thwart it at the time, though he is now compelled to acknowledge its good effects and to eulogize its author. It is evidently the belief of Americans that in England a public man who does not hold office can have no power. PALMERSTON has held office almost all his life. COBDEN never held an office of any kind. Yet the policy of COBDEN is prevailing over the policy of PALMERSTON as the day prevails over the night."(SMITH, 1865)

O retrato pintado pelo jornalista americano é representativo do prestígio desfrutado por Cobden quando de seu falecimento. Sentimentos similares são ecoados por Disraeli, seu último adversário, e Bright, seu amigo mais próximo, que mal consegue dar início ao discurso preparado para a sessão solene em homenagem ao industrial no Parlamento. Para muitos de seus contemporâneos, Cobden representavam não só o ideal do self-made man, do capitão de indústria que, munido somente de sua astúcia, alguns rudimentos de matemática e economia e uma indomável vontade, teria sido capaz não somente de alçar-se ao panteão dos grandes homens da Inglaterra de seu tempo, como de desafiar os perversos vícios agrários e belicistas de sua aristocracia.

Uma breve biografia (BLOY, 1997) justifica essa mitificação do caráter de Cobden, e de suas origens modestas. O industrial britânico nasce em Heyshott, em 1804, em uma família de camponeses que em menos de uma década seria forçada a vender sua casa para saldar dívidas. Quarto de onze filhos, é enviado a Yorkshire para estudar no que compararia ao reformatório de *Dotheboys Hall*, de Dickens, saindo com apenas 15 anos para trabalhar como vendedor no armazém comercial pertencente a seu tio, em Londres. Dez anos mais tarde (1828), junta-se a dois amigos para montar um negócio de compra e venda de calico³⁹, seguindo, posteriormente, para a abertura de uma firma de impressão em algodão, em Lancashire. Em 1832, já se estabelece como um dos homens de negócio bem sucedidos de Manchester, visitando o oriente e os Estados Unidos da América. Seu primeiro panfleto viria em 1835, com o título de *England, Ireland and America*, e consistiria em um ataque às práticas mercantilistas ainda vigentes no Império Britânico e uma entusiasmada defesa do livre comércio, compreendido pelo autor como a via natural para a paz entre os povos.

Uma passagem, em particular, é de especial interesse para nosso trabalho. Nas palavras de Cobden,

"We have our Banksian, our Linnæan, our Hunterian Societies; and why should not at least our greatest commercial and manufacturing towns possess their Smithian Societies, devoted to the purpose of promulgating the beneficent truths of the Wealth of Nations? Such institutions, by promoting a correspondence with similar societies that would probably be organized abroad (for it is our example in questions affecting commerce that strangers follow), might contribute to the spread of liberal and just views of political science, and thus tend to ameliorate the restrictive policy of foreign governments, through the legitimate influence of the opinions of their people. Nor would such societies be fruitless at home. Prizes might be offered for the best essays on the corn question; or lecturers might be sent to enlighten the agriculturalists, and to invite

³⁹ Espécie de tecido grosseiro de algodão.

discussion upon a subject so difficult and of such paramount interest to all. The question of the policy or justice of prohibiting the export of machinery might be brought to the test of public discussion; these, and a thousand other questions might, with usefulness, engage the attention of such associations."(COBDEN, 1903:24)

No lugar das conspiracies denunciadas pelo filósofo escocês, por que não recorrer a associações dedicadas à expansão dos preceitos da economia política liberal? Cobden não só derivava de Smith muitas das suas crenças sobre o papel fundamental do comércio no progresso da humanidade, como via nas teses do autor a resposta última às mazelas enfrentadas pela sociedade vitoriana.

A mal sucedida candidatura à cadeira de Stockport no parlamento ocorre em 1837, um ano antes de sua adesão à *Anti-Corn-Law League* e da fundação de um braço local da organização em Manchester. Sob sua liderança, o livre comércio defendido pela Liga avança sobre o cenário intelectual inglês, com uma série de *lectures* proferidas pelo industrial em diferentes partes do país. Sua eleição em 1841 consolida a posição dos manchesterianos enquanto uma força a ser reconhecida, e a dura oposição a Peel garante alguns de seus mais memoráveis debates.

Segundo Bloy, é de Cobden a recusa em integrar o programa da *Anti-Corn-Law League* a projetos mais amplos de transformação política, uma vez que ele via na ênfase dada à questão das proteções ao campo um ponto de pressão eficiente o bastante para agregar o apoio de outras áreas industriais. Seu comprometimento à causa era tamanha que teria levado ao esgotamento de suas finanças.

Anos após a derrubada da Lei do Cereal, retira-se do Parlamento mas permanece como uma figura de grande importância na vida política britânica, sendo responsável, em 1860, pela consolidação de um acordo comercial com os franceses.

Foi também um apaixonado defensor do Norte, durante a Guerra Civil Americana (o que justifica o tom apaixonado do epitáfio de Smith), e esposou polêmicas posições pró-chinesas durante a Guerra dos Boxers. Falece em 2 de Abril de 1865, com pouco mais de sessenta anos de idade.

Por meio de sua ativa participação nos debates dos meados do século XIX, Cobden e os demais Free Traders promoveram a difusão daquilo que, por muito tempo, foi lido como a aplicação direta da perspectiva smithiana sobre comércio internacional às instituições inglesas. No dizer de Semmel (1970:159), “Richard Cobden saw free trade as inexorable truth, proceeding as it did, logically, from the principles of the science of political economy, and as so universally beneficial that to oppose it was the devil's work”. Em muitos de seus discursos, elabora, em termos claros, sua concepção sobre a essência do que compreende como Livre Comércio e do papel que a adoção deste desempenharia para o Império. Em uma passagem particularmente provocante de sua exposição em Covent Garden, define

"Free Trade! What is it? Why, breaking down the barriers that separate nations; those barriers, behind which nestle the feelings of pride, revenge, hatred, and jealousy, which every now and then burst their bounds, and deluge whole countries with blood; those feelings which nourish the poison of war and conquest, which assert that without conquest we can have no trade, which foster that lust for conquest and dominion which sends forth your warrior chiefs to scatter devastation through other lands, and then calls them back that they may be enthroned securely in your passions, but only to harass and oppress you at home."(COBDEN, 1878:419-420)

Há uma clara retomada do papel do livre comércio enquanto elemento de união entre as nações então separadas pela beligerância e insensatez de seus governantes. No entanto, os argumentos de ordem econômica para sua adoção manifestar-se-iam em outros momentos do movimento cobdenita. O fragmento

seguinte, extraído de um discurso proferido na Câmara dos Comuns em Fevereiro de 1846, nos proporciona alguns indicativos da importância do legado teórico smithiano para a elaboração das propostas defendidas pelos manchesterianos, centradas na abolição dos monopólios comerciais e no abandono de políticas de proteção - tanto à indústria quanto ao comércio – pelo Estado:

"How can protection, think you, add to the wealth of a country? Can you by legislation add one farthing to the wealth of the country? You may, by legislation, in one evening, destroy the fruits and accumulation of a century of labour; but I defy you to show me how, by the legislation of this House, you can add one farthing to the wealth of the country. That springs from the industry and intelligence; you cannot do better than leave it to its own instincts. If you attempt by legislation to give any direction to trade or industry, it is a thousand to one that you are doing wrong; and if you happen to be right, it is work of supererogation, for the parties for whom you legislate would go right without you, and better than with you."(COBDEN, 1878:197)

A mudança de tom nos discursos pós-1841 é claramente perceptível. Avançando nos temas caros à Liga e aos manchesterianos, Cobden faz extensivo uso de sua posição enquanto Membro do Parlamento para propagar o ideal de liberalismo defendido pela Manchester School. E, nesse sentido, a figura de Peel é instrumental, assumindo na imprensa da época (e em muitas das leituras pró-Cobden da aniquilação das amarras coloniais inglesas, ainda hoje) o papel do antagonista arquetípico dos cruzados liberais, defensor do caráter agrário e conservador da aristocracia Tory. No entanto, Peel não correspondia exatamente a esse estereótipo. Recorrendo mais uma vez a Bloy (2002), o primeiro ministro representaria o setor ilustrado dos Tories, como demonstrado ao longo da década de 1830. No dizer da autora, "However, despite the setbacks, Peel attracted men of talent into the Conservative party. Sir James Graham and Edward Stanley joined him from the Whigs; Gladstone and

Disraeli were Conservatives together although they were rivals and opponents later in their lives when Gladstone became a Liberal. By 1837 there were over 300 men in Peel's opposition party. Many of the pieces of Whig legislation in the period 1833-41 had Peel's backing and it is difficult to see how they could have been passed without his support. They included the 1834 Poor law Amendment Act, the 1835 Municipal Corporations Act and the 1839 Jamaica Act."(BLOY, 2002) No embate entre esses dois homens de Estado é possível captar muitas das nuances da política vitoriana, e, principalmente, uma noção melhor informada da idéia de livre comércio mantida por Cobden.

Na primeira fala de Cobden ao parlamento, em 25 de Agosto de 1841, o líder da Liga Contra a Lei do Cereal alude a uma reunião de religiosos em Manchester, para avaliação da situação dos trabalhadores de Lancashire. A conclamação dos homens de fé à ação sobre a deteriorada realidade social das zonas industriais britânicas serve, então, de mote para uma ofensiva direta contra Peel e os defensores do campo, pautada nos seguintes termos:

"Those reverend Gentlemen had prepared and signed a petition, in which they prayed for the removal of those laws - laws which, they stated, violated the Scriptures, and prevented famishing children from having a portion of those fatherly bounties which were intended for all people: and he would remind honourable Gentlemen that, besides these 650 ministers, there were 1,500 others, from whom letters had been received, offering up their prayers in their several localities to incline the will of Him who ruled princes and potentates to turn your hearts to justice and mercy. When they found so many ministers of religion, without any sectarian differences, joining heart and hand in a great cause, there could be no doubt of their earnestness. He begged to call to their minds whether these worthy men would not make very efficient ministers in this great cause? They knew what they had done in the anti-slavery question, when the religious public was roused; and what the difference was between stealing a man, and making him labour, and robbing a man of the fruit of his industry, he could not

perceive. The noble Lord, the Member of North Lancashire, knew something of the abilities of those men. The noble Lord had told the House that from the moment the religious community and their pastors took up the question of slavery, from that moment the agitation must be successful. He believed this would be the case in the present instance."(COBDEN, 1870:5)⁴⁰

A comparação da questão do cereal ao ataque moral à escravidão (que marca uma das linhas de ação da política internacional britânica na primeira metade do XIX, como evidenciado por nossa história e pela importância dada à questão da força de trabalho) tem um objetivo claro - expandir para além do puramente econômico a defesa do laissez-faire. Cobden já havia explorado seu componente político - pacificador - e sua clara dimensão econômica - modernizante - em momentos anteriores, abrindo aqui o leque de possibilidades (e alianças) da Anti-Corn-Law League.

Dois dias após a inflamada ofensiva de Cobden, Peel lança-se à defesa da lei então vigente:

"I now approach the more important and exciting question of the Corn-laws. [...] If I could bring myself to think - if I could believe that an alteration of the Corn-laws would preclude the risk of such distress - if I thought it would be an effectual remedy, in all cases, against such instances of lamentable suffering as that which have been described, I would say at once to the agricultural interest, 'It is for your advantage rather to submit to any reduction of price, than, if an alteration of the Corn-laws would really be the cure for these sufferings, to compel their continuance.' I should say, that it would be for the interest, not of the community in general, but especially of the agriculturists themselves, if, by any sacrifice of theirs, they could prevent the existence of such distress. If any sacrifice of theirs could prevent their being the real cause of the

⁴⁰ A petição mencionada é redigida por John Pye Smith, John Jones e Stephen Olding, e apresentada aos parlamentares pouco antes do discurso de Cobden. Ver Smith, Jones e Olding, 1841.

distress - could prevent the continuance of it - could offer a guarantee against the recurrence of it, I would earnestly advise a relaxation, an alteration, nay, if necessary, a repeal of the Corn-laws. But it is because I cannot convince my mind that the Corn-laws are at the bottom of this distress, or that the repeal of them, or the alteration of their principle, would be its cure, that I am induced to continue my maintenance of them...."(PEEL apud HANSARD, 1841:413)

A estratégia de Peel e de seus correligionários reside, obviamente, na dissociação entre a Lei do Cereal e as mazelas sociais dos trabalhadores industriais ingleses. O tom do discurso cobdenita, assim como a crise enfrentada então pela economia inglesa (com severa escassez no campo) forçam os representantes Tories a manterem-se na defensiva, nos canais oficiais.

Na leitura dos manchesterianos, o avançar de Cobden era inexorável, e Peel não teria condições de detê-lo. Como afirma em carta escrita um mês após seu *maiden speech*,

"From what I can hear, it appears that Peel has no plan in view of any kind, with respect to the corn question. The aristocracy and people are gaping at him, wondering what he is going to do, and his head will be at work with no higher ambition than to gull both parties. I am of opinion that there never was a better moment than at present for carrying the question out of doors. If there be determination enough in the minds of the people to make a vigorous demonstration during the recess, he will give way; if not, he will stick to his sliding scale and the aristocracy. There is a rumour very industriously spread in London that we are going to have a better trade. This is one in the chapter of accidents upon which Peel depends for an escape into smooth water." (COBDEN apud MORLEY, 1879:181)

As respostas aos ataques da Liga não viriam somente de dentro do Parlamento, no entanto. Sumarizando as pesquisas do Home Office sobre os *free traders*,

realizadas por ordem direta de Peel, J. W. Croker inflamaria a opinião pública em um dos números do *Quarterly Review*, principal periódico do conservadorismo Tory, ainda em 1842 (CROKER, 1842). Suas acusações estão assentadas sobre a crença de que os manchesterianos incorreriam em medidas 'jacobinas' para agravar a situação do operariado local, mobilizando então as simpatias daqueles que se compadecessem pela miséria de Lancashire, então culpando à proteção do campo o nefasto quadro social dos centros algodoeiros ingleses. No dizer do autor do relatório, we hope we have shown that no man of common sense of any party (...) can hesitate to pronounce the existence of such associations - raising money - exciting mobs - organised - and - to use a term of the same Jacobin origin as their own, a hated - for the avowed purpose of coercing the government and the legislature - can hesitate, we say, to pronounce the existence of such associations disgraceful to our national character, and wholly incompatible either with the internal peace and commercial prosperity of the country - or, in the highest meaning of the words - the SAFETY OF THE STATE."(CROKER, 1842)

O catalizador das tensões que eventualmente conduziriam à derrubada das Corn Laws, em 1845-46, e o conseqüente fim da carreira política de Peel, é certamente o discurso proferido por Cobden em 15 de Maio de 1842, intitulado *Total Repeal*. O estopim para esse novo ataque é a revisão das tarifas variáveis aplicadas ao cereal, a partir dos patamares do preço doméstico, e estabelecidas em 1815 e 1828. Buscando conter os ânimos da Liga, que, desde a ascensão de Cobden à posição de MP apresentava redobrada aceitação pela opinião popular, os representantes do agrarismo britânico pretendiam assim retardar o avanço das forças contrárias à Lei do Cereal. Na conclusão à sua fala, o industrial britânico é claro quanto ao que os proponentes da revisão poderiam esperar de sua aplicação

“As far as I know the feeling out of doors, whatever may be the fate of the motion, however small the numbers in its favour may be, it will not have the slightest effect upon the progress of public opinion on the question. The League will go on, as they have hitherto done. In the course of our agitation we may probably dissolve parliaments and destroy ministries, but still public opinion upon the subject cannot be checked by the division, whatever it may be, and if there be any force in truth and justice, it will go on to an ultimate and not distant triumph.” (COBDEN, 1842:8)

Aqui, Cobden atém-se ainda à compaixão do público educado para com seus irmãos e irmãs das zonas industriais, que já se encontravam desvalidos dos meios de garantir sua subsistência. O teor fortemente moral do discurso é uma constante, no período, e fundamenta-se, a nosso crer, no tipo de audiência a quem o industrial se dirige. A associação entre essa dimensão e os problemas econômicos advindos dos monopólios mercantis é garantida por dois discursos de Outubro de 1843, proferidos em Londres e Manchester. No primeiro deles, Cobden apela para a justiça inerente à idéia de Livre-Comércio - "Now, our business is to ask you, whether you will take a man for your representative who, acknowledging free trade to be just—though I confess I believe he does not know much about it—yet refuses to act up to his professions? Will you take him, or a man who, after avowing our principles, will go into Parliament pledged and determined to carry them out?"(COBDEN, 1870:41)

Com essa base, lança-se à crítica objetiva dos resultados dos monopólios comerciais ingleses, tratando não só dos cereais, como do açúcar

“Now, let us see how the imposition of monopolies can aid the revenue. Take corn, and go back only to the time of your own memory. During the four years of 1834, 1835, 1836, and 1837, the average price of corn was 45s. It so happened that the

Chancellor of the Exchequer had, during these years, a surplus of revenue; he could afford to come forward and remit taxation. But then we had the four years of 1838, 1839, 1840, 1841, when monopoly did its worst for the people, but when, according to the arguments of its supporters, it should have done its best for the revenue. And what was the result? Why, a declining revenue. And when corn cost 65s. per quarter, the Premier admitted that the ability of the working classes to pay any more taxation was exhausted, and that he had no alternative but to levy an income-tax upon the middle classes. Now, I like to go to facts and experience, in preference to authority; and I take this experience, as a much better guide in forming my opinions, than anything Mr. Baring can say.” (COBDEN, 1870:43)

Se não há ganho social ou material na manutenção da Lei do Cereal, por quais razões ela seria mantida, então? No entendimento do autor, pelas garantias de ganhos ilícitos dadas a alguns de seus defensores, interessados na manutenção dos monopólios enquanto forma de obtenção de riquezas indisponíveis para o inglês comum. Por essa ofensiva, Cobden é acusado (juntamente com o restante da Liga) de 'subverter a idéia de propriedade'. Sua resposta é curiosa não só pelo tom tomado pela discussão, mas pela evocação da leitura de Smith da miséria dos trabalhadores manufatureiros - "Now, having thus the countenance of Adam Smith for the assertion, I must say I think that Mr. T. Baring, his aiders and abettors, in so far as they support the Corn-laws and other monopolies, violate the right of property in the labouring man; and by so doing, I tell them now, as I did at the last meeting, that they thus undermine the rights of property of all kinds."(COBDEN, 1870:47)

Concluindo sua apresentação, Cobden faz um apelo ao adversário natural dos manchesterianos - os interesses agrários. Para o industrial,

“Mind you, I do not come here as the opponent of the farmers and agriculturists; I come charged with the authority of twenty-five county meetings in the open air, every one of which pledged itself to seek the abolition of those laws. I say, therefore, that, in voting for Free Trade, you will not be merely

promoting your own interest, but the best interests of every class. With such an object, I expect you will act like men having justice and humanity to guide and direct you; and the next time I appear before a London audience, I hope I shall have to congratulate you on that triumph which will be hailed through the length and breadth of the land; for the result of your contest will be as a knell of despair throughout the kingdom, or the proud signal of a speedy triumph.” (COBDEN, 1870:48-49)

O agravamento da crise conduz, logicamente, ao acirramento das tensões em torno da Lei do Cereal, que chega a seu clímax entre 1845 e 1846. O discurso proferido em 15 de Janeiro de 1846 pode ser visto, não por acaso, como sua defesa conclusiva dos preceitos defendidos pela Anti-Corn-Law League - sete dias após essa sessão, Peel anunciaria a derrubada das leis de proteção aos cereais ingleses, vigente após três anos da decisão. Olhando para o que imagina ser um futuro sem proteções comerciais, Cobden conclui

“I believe that the effect will be to change the face of the world, so as to introduce a system of government entirely distinct from that which now prevails. I believe that the desire and the motive for large and mighty empires; for gigantic armies and great navies—for those materials which are used for the destruction of life and the desolation of the rewards of labour—will die away; I believe that such things will cease to be necessary, or to be used, when man becomes one family, and freely exchanges the fruits of his labour with his brother man. I believe that, if we could be allowed to reappear on this sublunary scene, we should see, at a far distant period, the governing system of this world revert to something like the municipal system; and I believe that the speculative philosopher of a thousand years hence will date the greatest revolution that ever happened in the world's history from the triumph of the principle which we have met here to advocate.” (COBDEN, 1870:186)

Uma semana depois, Peel declara que as Corn Laws não mais representavam o interesse do povo inglês. Sua decisão é antecipada por um memorando trocado com

parte da base aliada ainda em Novembro de 1845, que dá indícios da aceitação do rumo a ser tomado, dada a escassez experimentada pelo campo inglês nos meses anteriores à decisão. Desnecessário dizer, a decisão causa uma drástica ruptura nos altos escalões Tories, com um grupo mantendo-se fiel a Peel, enquanto outro reunindo-se em torno da carismática figura de Benjamin Disraeli, que torna-se, a partir desse momento, a nova liderança do partido e o principal opositor do liberalismo de Manchester. Os ataques ferozes do jovem político vitoriano garantiriam a eventual renúncia do primeiro ministro, após a derrota na votação de um Ato de Coerção contra os irlandeses.

Em uma outra nota, as atividades de Cobden após o fim da Liga (esclarecido em uma cordial - e inusitada, se levamos em conta o calor do debate ao longo da década de 1840 - carta a Peel, logo antes de sua renúncia) merecem alguma atenção, principalmente no que diz respeito à posição do industrial de Manchester sobre o India Bill de 1853, que previa o controle governo indiano pela Companhia das Índias Orientais. Apesar dos óbvios ganhos para a indústria têxtil inglesa, Cobden se opõe à anexação pelos potenciais riscos presentes na manutenção desse território. Em suas palavras,

“Other people may not share in my opinion; but I am under the impression that, so far as the future is concerned, we cannot leave a more perilous possession to our children than that which we shall leave them in the constantly-increasing territory of India. The English race can never become indigenous in India; we must govern it, if we govern it at all, by means of a succession of transient visits; and I do not think it is for the interest of the English people, any more than of the people of India, that we should govern permanently 100,000,000 people, 12,000 miles off. I see no benefit which can arise to the mass of the English people from their connection with India, except that which may arise from honest trade; I do not see how the millions of this country are to share in the patronage of India, or to derive any advantage from it,

except through the medium of trade; and therefore, I say emphatically, that if you can show me that the East India Company is the reality which many persons suppose it to be, I shall not be the party to wish to withdraw their responsible trust and to place it again in the hands of a Minister of the British Crown. But when I see that this vast territory is now being governed under a fiction, that the Government is not a real one, but one which one of the most able and faithful servants of the Company has declared to be a sham, I say, 'Do not let the people of this country delude themselves with the idea that they can escape the responsibility by putting the Government behind a screen.' I wish therefore to look this question fairly in the face; I wish to bring the people of this country face to face with the difficulties and dangers with which I think it is beset. Let it no longer be thought that a few gentlemen meeting in Leadenhall-street can screen the people of England from the responsibility with which they have invested themselves with regard to India. Since the granting of the last Charter, more territory has been gained by conquest than within any similar period before, and the acquisition of territory has been constantly accompanied with a proportionate increase of debt. We have annexed Sattara, and our own blue-books prove that it is governed at a loss; we have annexed Scinde, and our own books prove that it, too, is governed at a loss; we have annexed Pegu, and our own authorities said that this annexation also will involve a loss. All these losses must press on the more fertile provinces of Bengal, which are constantly being drained of their resources to make good the deficit. Let me not be told, by-and-by, that the annexation of Pegu and Burmah will be beneficial. What said Lord Dalhousie? He said in his despatch—and the declaration should not be forgotten—that he looked upon the annexation of Pegu as an evil second only to that of war itself; and if we should be obliged to annex Burmah, then farewell to all prospect of amelioration in Indian affairs. Well, then, believing that if this fiction be destroyed—if this mystery be exterminated—the germ of a better state of things in reference to this question will begin to grow; and believing that as yet we are profoundly ignorant of what was wanted for India, I shall vote for the Amendment, that we should wait for two years; and I hope sincerely that the House will agree to it.”
(COBDEN, 1870:562)

O extenso excerto aqui reproduzido dá uma idéia clara do que buscamos com o resgate da vinculação entre Cobden e Smith. Aludindo a um forte componente moral, ao direito dos povos à liberdade e ao caráter pacificador do Livre Comércio, o industrialista de Manchester incorre em argumentos próximos aos do filósofo escocês,

evidenciando, a cada momento, não somente as consequências econômicas favoráveis da revogação como seus benefícios políticos. No entanto, Cobden concentra-se sempre sobre os benefícios *gerais* desse arranjo; o free trade é inerentemente bom, sumamente justo e indiscutivelmente virtuoso. Nas suas falas, assume o caráter de um imperativo categórico, irresistível, indiscutível, irrecusável.

Nos meandros do debate político em torno da liberalização do Império, perde-se aquilo que fazia da análise de Smith uma peça singular de reflexão sobre a ordem liberal - o reconhecimento de que há, sim, uma vasta gama de benefícios estratégicos na adoção dessa política pelos ingleses, e que esses não vão necessariamente no sentido de uma melhoria das condições de vida da humanidade como um todo, mas no ganho de uma parcela sobre as demais. Em um ganho relativo de poder, em termos mais claros.⁴¹

Acreditamos que, ainda que não haja a declarada intenção de fazê-lo, Cobden subverte a confissão da Economia Política Liberal Clássica de que seus meios seriam, em última instância, válidos na consecussão dos mesmos fins almejados pelas autoridades mercantilistas, mas com menores custos e menor atrito. A longa tradição de teóricos e políticos liberais que deriva (mesmo que implicitamente) do parlamentar britânico sua leitura de um mundo sem amarras protecionistas cai, naturalmente, na mesma falácia - fartamente recriminável se observarmos seus resultados na contemporânea crise do capital.

Cobden é extremamente bem sucedido em marcar o discurso e a prática

⁴¹ Em outra nota, a *motivação* para o abandono da argumentação sobre as vantagens militares/estratégicas do livre comércio pode ser lida em outro dos embates marcantes da trajetória dos liberais ingleses no período: a contenda em torno da *Board of Admiralty*, entidade composta por civis e militares e responsável por arbitrar os regimentos da Marinha Britânica. Aqui, a oposição se dava frente a um grupo de militares de carreira, próximos a Disraeli, e monopolizadores do discurso estratégico enquanto uma das linhas últimas de defesa do Império formal. A utilização desse *rationale* por Cobden inexoravelmente causaria rupturas na base de apoio manchesteriana, da mesma forma que o apelo moral tinha por objetivo interpelar os membros mais influentes da "caridade Tory" - alcançado, diga-se de passagem, com estrondoso sucesso.

liberais, construindo expedientes retóricos que são, ainda hoje, reproduzidos, estudados, imitados. Com isso, no entanto, acaba por propagar a falácia da pretensa neutralidade das políticas liberalizantes, reconhecida e denunciada por seus propositores originais.

Considerações Finais

"El sueño de la razón produce monstruos"

Francisco de Goya y Lucientes, 1799

Pintor da realeza espanhola e cronista do avanço das tropas napoleônicas sobre a Espanha, Goya é testemunha ocular dos malgrados desdobramentos das luzes na França. Ainda que entusiástico, em um primeiro momento, do avançar ilustrado sobre o obscurantismo absolutista, o retratista é progressivamente bombardeado pelas imagens da tragédia de seu tempo - a violência da Convenção, os massacres de Madri, a destruição de qualquer um que se levantasse frente ao inadiável marchar da história.

Publicado em 1799, seu *Capricho n.43* impressiona apesar da simplicidade. Debruçado sobre uma escrivaninha (com os dizeres reproduzidos acima) repousa um homem de letras, provavelmente adormecido após prolongado trabalho. Sobre seus ombros, levanta-se um grupo de animais alados, inicialmente comparáveis a corujas, mas cujas formas tornam-se progressivamente mais sombrias conforme distanciam-se do primeiro plano. Deitado a seus pés um gato observa a cena, seu olhar estupefato aproximando-se do fitar do provável observador, que vê as corujas, símbolo de sabedoria, a converterem-se em morcegos conforme abandonam a luz.

Não teríamos condições, aqui, de discutir essa obra em profundidade. Mas seu papel enquanto registro dos acontecimentos temporâneos a Goya é claro. Nem todos os frutos do Iluminismo resultaram em benefício para a humanidade; nem todos os filhos da razão e das luzes mostraram-se dóceis para com os homens.

Vivesse o pintor nos nossos tempos, pouco ou nada mudaria de seu imaginado diagnóstico. Hoje, além dos massacres de Maio, temos condições de apontar a tragédia vivida pelas populações na Grécia, nos resquícios do Império Britânico no Oriente Médio, na miséria dos desempregados das nações tidas como desenvolvidas, na penúria dos trabalhadores chineses. É evidente que as benesses do liberalismo e da globalização econômica capitalista, rótulo conveniente para o nefasto prosseguir da ideologia neoliberal, não são compartilhadas por todos. E, como num lampejo, somos levados a despertar do sonho racionalista dos dois séculos e meio que se passaram desde a publicação d'*A Riqueza das Nações* e nos perguntarmos - de onde vieram as mazelas? Para onde foram os esperados benefícios de um mundo sem guerras, sem fronteiras, de uma grande federação internacional?

Os exércitos napoleônicos deram mostra, já no início do século XIX, de alguns dos trágicos desdobramentos das luzes francesas. Mas, crenes no progresso da humanidade, no advento da sociedade comercial, nos benefícios da industrialização e na 'paz perpétua' de um mundo sem barreiras, abraçamos os postulados dos liberais escoceses e os defendemos aguerridamente, negando crise e depressão, subdesenvolvimento, exploração e miséria como meras deficiências das pálidas tentativas de regulamentação exercidas por governos desavisados de sua própria falibilidade.

Smith alertava-nos, já n'*A Riqueza*, sobre as consequências da divisão social do trabalho e da liberalização do comércio. Homens reduzidos a autômatos que pouco

ou nada entenderiam para além de sua função cotidiana, tendo, por meio do trabalho, massacrada a faculdade fundadora (e libertadora) de seu caráter humano - a imaginação, exaltada pelo filósofo de Kirkcaldy como o potencial de sistematização e superação do real pela reflexão ordenada. Matizando sua leitura original para além das benesses da fábrica de alfinetes, Smith lia no comportamento dos trabalhadores um claro indício do futuro provável dessa sociedade - em que o homem transformar-se-ia em engrenagem, e perderia no processo aquilo que faz dele efetivamente humano.

O mesmo vale para a leitura das colônias. Gregas ou romanas, estas são ainda colônias; têm na relação com a metrópole ou o Império um laço claro de dependência. Uma mais aceitável que a outra, no entendimento do autor, mas ambas, ainda assim, fundadas em severa disparidade. Atentos aos benefícios da teoria social escocesa, à pujança de um Império que, erigido sobre meia dúzia de tecelagens de algodão, estendeu-se a ponto de ligar um extremo ao outro do globo, nos esquecemos dos problemas inerentes a essa estrutura. Era ainda um Império. E sua face liberal não garantia que a violência contra seus subordinados fosse menor.

Cobden, defensor da dimensão moral desse discurso, obviamente não via na liberalização do Império um objetivo a ser combatido. Olhando para os dois séculos que o precediam, a história do Reino Unido era marcada por suas guerras dinásticas, pela expansão de sua marinha de guerra, pela miséria de sua população urbana e pelos vícios resultantes da excessiva proteção. Era claro, para os liberais de meados do XIX, que o livre comércio traria benefícios muito maiores do que seus (inimagináveis) prejuízos. Agora, tal razão só é compreensível - e perdoável - em um dado contexto, em um dado momento histórico.

Ao longo de nosso trabalho, procuramos resgatar dois momentos fundadores

da reflexão e prática liberais contemporâneas. Em Smith, temos o retorno ao 'mito fundador' da ideologia liberal em seus termos políticos e econômicos, com evidências que nos levam a crer na clara missão política compreendida por seus formuladores (distante, de várias formas, da idéia de pacifismo libertário abraçada por Cobden e Kant). Em Cobden, o momento chave de implementação dessas idéias (ou de uma versão vastamente modificada destas, informada pelos avanços da economia política burguesa), levado a cabo não somente pelos industriais de Manchester como por outras forças sociais, talvez mais conscientes do caráter das mudanças que realizavam. Em ambos, temos o embate entre dois homens de letras e a realidade de seu tempo; a crença de que suas teses representavam um enfrentamento direto entre as luzes e o progresso, de um lado, e o conservadorismo e o obscurantismo, de outro.

Na Escócia do século XVIII ou na Inglaterra do XIX, esse poderia ser considerado o bom combate, se permanecêssemos alheios ao clamor das massas e à miséria tão bem retratada por Dickens, inspiradora das várias correntes socialistas do período. Mas hoje, quase dois séculos e meio depois da publicação da primeira edição do *magnum opus* smithiano, acreditar encontrar na liberdade comercial a todo custo uma solução para os problemas contemporâneos não parece somente ingenuidade, mas má fé.

Essa ilação seria desnecessária não fosse a vasta profusão de material impresso sobre o tema, seja nos relatórios das agências de cooperação internacionais e de seus intelectuais de carreira (que vêem na liberalização das instituições econômicas nacionais uma saída viável para a crise), seja na produção teórica de alguns grupos particularmente vocais. No caso brasileiro, chama atenção o trágico manifesto de Eduardo Gianetti da Fonseca, intitulado *Liberalismo versus Pobreza* (1989). Em suas pouco mais de cem páginas, o estudioso de Economia Política e História do

Pensamento Econômico dedica-se ao resgate das teses de Smith sobre o liberalismo em sua literalidade, almejando assim solucionar os problemas do Brasil no fim da década perdida. Para Gianetti, nosso atraso, nossa crise, nossa hiperinflação poderiam ser explicados pelos elementos clássicos da perspectiva smithiana - uma autoridade central corrupta, atrasada, incapaz de gerir eficientemente uma sociedade de mercado justamente por dispensar esta qualquer forma de gestão.

Fosse a Escócia do século XVIII o objeto de estudo de Gianetti, ele poderia estar certo. Mas, como mostram as últimas páginas adicionadas por Smith a seu grande trabalho, não estava; as raízes da prosperidade britânica encontravam-se assentadas solidamente sobre seu passado mercantilista, sendo os Atos de Navegação os grandes responsáveis pela primazia de sua Marinha. Ademais, não resta ao Império abolir-se após a liberalização, mas liberalizar-se para permanecer Império - não se trata de dissolver os laços de dependência, de servidão, mas de reimaginá-los. Amenizá-los, na melhor das hipóteses.

O que procuramos fazer, aqui, foi revisitar Smith e Cobden na busca pela dimensão política das teses do filósofo escocês sobre as colônias, e de seu esquecimento pelos vitorianos. Em Cobden, a dimensão estratégica da liberalização do Império é deixada de lado e cede espaço a seu papel moral e moralizante, à defesa do *pauper* britânico e de seu direito à subsistência. Mesmo ao tratar da questão da dominação imperial sobre a Índia, onde seu discurso aproxima-se mais da curiosa leitura de Smith do potencial para um Império assentado sobre liberdades políticas e comerciais, distancia-se dos ganhos de poder da liberalização. A questão central são os custos, os riscos.

Obviamente, Cobden era um homem da prática. Diferentemente de Smith, não tinha a obrigação intelectual de contemporizar com os dois lados de uma mesma

questão, de garantir alguma medida de idoneidade na análise da realidade social de seu tempo. Em suas mãos, a ambivalência da divisão social do trabalho e da liberalização do comércio é transformada, e somos levados a crer nos benefícios absolutos em tombar por terra as barreiras erigidas pelo mercantilismo.

Em se tratando de uma história das idéias, da apreensão de Smith por Cobden e de sua conveniente transformação, de filósofo e pensador social a apologeta do *laissez faire*, enfrentamos um vasto conjunto de dificuldades. Tanto o cenário intelectual escocês setecentista quanto os debates mid-vitorianos revelaram-se objetos difíceis, talvez além de nossas aspirações ou capacidade. Mas acreditamos ter conseguido trazer alguma luz sobre o tema, e sobre as formas pelas quais a transposição do abismo entre teoria e prática nunca se faz sem perdas significativas.

Por outro lado, se nos lembrarmos do propósito que fundamenta as histórias de Heródoto, logo em seu princípio - registrar os eventos passados "para que não se desvanecesse no tempo a memória dos acontecimentos e dos homens", nos damos por satisfeitos. Hoje, mais do que nunca, é necessário relembrar que nem sempre o liberalismo foi visto como solução última para a beligerância entre as nações ou a violência entre os homens e que entre os primeiros a observar este fato encontrava-se Adam Smith.

Bibliografia

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo : Boitempo, 2008. 430p.
- _____. *O longo século XX*. São Paulo : Ed. Unesp, 2006.
- ASHLEY, W. A Retrospect of Free-Trade Doctrine. *The Economic Journal*, v.34, n.136, p. 501-539, dez.1924.
- BARRINGTON MOORE Jr. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Beacon Press, 1993.
- BEHRENS, B. Government and Society. In: RICH, E. E. e WILSON, C. H. (org.) *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. V: The Economic Organization of Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 549-620
- BENIANS, E. A. Adam Smith's Project of an Empire. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge, v.1, n.3, p. 249-283, 1925.
- BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 167p.
- BINETTI, S. T. Iluminismo in BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (org.) *Dicionário de Política*. Brasília : Ed. UnB, 1994. p.605-611
- BLOY, M. *Victorian Web*. < <http://www.victorianweb.org/> >. Web. Última visita em

Janeiro de 2012.

_____. *Victorian Web* – Robert Peel.

<<http://www.victorianweb.org/history/pms/peel/peel10.html>> Última visita em

Janeiro de 2012.

_____. *Victorian Web* – Richard Cobden.

<[://www.victorianweb.org/history/cobden.html](http://www.victorianweb.org/history/cobden.html)>. Última visita em Janeiro de

2012.

BRIGHT, J. e ROGERS, J. E. (ed.), *Speeches on Questions of Public Policy* –
Richard Cobden, 2 vols. London: Macmillan, 1878. Disponível eletronicamente
em: <http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Cobden/cbdSPP.html>

BROADIE, A. *The Scottish Enlightenment: The Historical Age of the Historical
Nation*. Edinburgh : Birlinn Limited, 2007. 240p.

_____ (org.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*.
Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2003. 384p.

BURKE, E. *Speech of Edmund Burke, Esq., on Moving His Resolutions for
Conciliation with the Colonies in Select Works of Edmund Burke - A New
Imprint of the Payne Edition*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. Vol. 1.

BUTLER, E. *Adam Smith – a Primer*. London: Institute of Economic Affairs, 2007.
125p.

CALKINS, W. N. A Victorian Free Trade Lobby. *The Economic History Review, New
Series*, v.13, n.1, p.90-104, 1960.

CERQUEIRA, H. E. A. da Gama. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês.
Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 1-28, jan./jun, 2006.

_____. Para ler Adam Smith: novas abordagens. In: XXXI Encontro Nacional
de Economia, 2003, Porto Seguro. Anais do XXXI Encontro Nacional de

- Economia, 2003. p. 1-20.
- _____. Nações e Estilos de Economia Política. *Revista de Economia Política*, v.27, n.3, p.357-374, jul./set.2007.
- COBDEN, R. *The Political Writings of Richard Cobden*, vol. 1. London: T. Fisher Unwin, 1903.
- _____. *Speeches on Questions of Public Policy by Richard Cobden, M.P.*, ed. by John Bright and J.E. Thorold. London: T.Fisher Unwin, 1908 [1870], 2 vol.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo : Editora Hucitec, 1993. 220p.
- FLETCHER, A. *A discourse of government with relation to militias*. Nabu Press, 2011.
- FONSECA, E. A Psicologia do Agente Econômico em David Hume e Adam Smith in QUIRINO, C.; BRANDÃO, G.; VOUGA, C. (org) *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp, 2004. org. Célia N. Galvão Quirino; Gildo Marçal Brandão; Claudio José T Vouga
- GALBRAITH, J. S. Myths of the "Little England" Era. *The American Historical Review*, v.67, n.1, p. 34-48, out.1961.
- GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.6, n.1, p. 1-15, 1953
- GRAMM, W. The Selective Interpretation of Adam Smith. *Journal of Economics Issues*, v.14, n.1, p.119-142. mar. 1980
- GRAMPP, W. D. Britain and Free Trade: In Whose Interest? *Public Choice*, v.55, n.3, p. 245-256, 1987.
- _____. How Britain Turned to Free Trade. *The Business History Review*, Cambridge, v.61, n.1, p. 86-112, 1987.

- HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. 424p.
- HARNETTY, P. The Imperialism of Free Trade: Lancashire and the Indian Cotton Duties, 1859-1862. *The Economic History Review, New Series*, v.18, n.2, p. 333-349, 1965.
- HECKSHER, E. F. *Mercantilism*, 2v. London: Routledge, 1994. 901p.
- HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. 464p.
- _____. *A Era do Capital 1848 – 1875*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. 459p.
- HUME, D. *Letters of David Hume to William Strahan*. Oxford: Clarendon Press, 1888.
- _____. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- HUTCHESON, F. *An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue in*
- HAAKONSEN, K. (org.) *Natural Law and Enlightenment Classics*. Indianapolis : Liberty Fund, 2004.
- KANT, I. Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento’ In: _____. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- KINDLEBERGER, C.P. The Rise of Free Trade in Western Europe, 1820-1875. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v.35, n.1, p. 20-55, mar. 1975.
- LEE, S. *Aspects of British Political History, 1815-1914*. Routledge, 1994.
- LEWIS, T. Persuasion, Domination and Exchange: Adam Smith on the Political Consequences of Markets. *Canadian Journal of Political Science*, XXXIII:2,

Jun-2000.

LIVINGSTON, D. David Hume and the Conservative Tradition. *The Intercollegiate Review*, Fall 2009

_____. David Hume and the Republican Tradition of Human Scale. *Arator: A Journal of Southern History, Thought, and Culture*, Vol. 1, No. 1 (2010)

LONG, D. *Adam Smith's Politics* in HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. 424p.

MACDONAGH, O. The Anti-Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.14, n.3, p. 489-501, 1962.

MACDONALD, P. K. Those who forget historiography are doomed to republish it: empire, imperialism and contemporary debates about American power. *Review of International Studies*, v.35, p.45–67, 2009.

MANDEVILLE, B. *The Fable of the Bees or Private Vices, Publick Benefits*. Indianapolis : Liberty Fund, 1988. 412p.

MELTON, J. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2004.

MOORE, R. J. Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4. *The Economic History Review, New Series*, v.17, n.1, p. 135-145, 1964.

MORLEY, J. *The Life of Richard Cobden*. London: T. Fisher Unwin, 1903 [1879].

NAIRN, T. *The Break-up of Britain : crisis and neonationalism*. London: NLB, 2003.

NENADIC, S. Businessmen, the Urban Middle Classes, and the 'Dominance' of Manufacturers in Nineteenth-Century Britain. *The Economic History Review, New Series*, Vol. 44, No. 1 (Feb., 1991), pp. 66-85

OLZ-SALZBERGER, F. The political theory of the Scottish Enlightenment in BROADIE, A. (org.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*.

- Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2003. 384p.
- ONLEY, J. Britain's Informal Empire in the Gulf, 1820-1971. *Journal of Social Affairs*, v. 22, n.87, p. 29-45, 2005.
- PADULA, R. Resgatando pensadores: Friedrich List. *Oikos: Revista de economia heterodoxa*. n.8, p.161-180, 2007.
- PERELMAN, M. *The Invention of Capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation*. Durham & London : Duke Univ. Press, 2000. 412p.
- PHILLIPS, E. *What Crushed the Corn Laws?* Mises Daily: 20/06/2007.
- PLATT, D. C. M. The Imperialism of Free Trade: Some Reservations. *The Economic History Review, New Series*, v.21, n.2, p. 296-306, ago. 1968.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo : EdUSP, 2003. 456p.
- _____. Adam Smith and History in HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. p.270-87.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Beacon Press: 2001.
- RAE, J. *Life of Adam Smith*. [1895]. Disponível eletronicamente em:
http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1411&Itemid=29
- RASHID, S. "He Startled... As If He Saw a Spectre": Tucker's Proposal for American Independence. *Journal of the History of Ideas*, v.43, n.3, p. 439-460, Jul./Set. 1982.
- SCHMOLLER, G. *The mercantile system and its historical significance*. Fairfield: Augustus M. Kelley Publishers, 1989.

- SCHONHARDT-BAILEY, C. Ideology, Party and Interests in the British Parliament of 1841-47. *British Journal of Political Science*, v.33, n.4, p.581-605, out.2003.
- SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. London : Allen & Unwin, 1954. 1282p.
- SEMMELE, B. *The rise of free trade imperialism: classical political economy, the empire of free trade and imperialism 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. 250p.
- _____. *The liberal ideal and the demons of empire: theories of imperialism from Adam Smith to Lenin*. Baltimore ; London: J. Hopkins University, 1993. 223p.
- SIMIQUELI, 2011. Imperialismo do Livre-Comércio: elites, capitalismo financeiro e hegemonia internacional das teses Gallagher-Robinson e Cain-Hopkins. *Revista de Geopolítica*, Vol. 2, No 2 (2011)
- SKINNER, A. S. Adam Smith and the American Economic Community: an Essay in Applied Economics. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v.37, n.1, p. 59-78, jan./mar. 1976.
- _____. (ed.) *Essays on Adam Smith*. Oxford : Clarendon Press, 1975. 647p.
- SKINNER, Q. *Visions of Politics*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2004-2006.
- _____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Vol. 8, No. 1 (1969), p.3-53.
- _____. *Liberty Before Liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, 2 vols. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 745p.

_____. *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*,
7 vols., [1978]. Disponível eletronicamente em:

http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php&person=44

_____. *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*,
7 vols., [1978]. Disponível eletronicamente em:

http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php&person=44

SMITH, J. *The Death of Richard Cobden. – Editorial.* The New York Times,
21/04/1865. <<http://www.nytimes.com/1865/04/21/news/the-death-of-richard-cobden.html>>

TRENTMANN, F. Political Culture and Political Economy: Interest, Ideology and
Free Trade. *Review of International Political Economy*, v.5, n.2, p. 217-251,
1998.

TULLY, J. *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics.* Cambridge :
Polity, 1989. 370p.

WALLERSTEIN, I. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder.* São Paulo :
Boitempo, 2007. 144p.

WINCH, D. *Adam Smith's Politics: an essay in historiographic revision.* Cambridge:
Cambridge univ. press, 1978.